



ÁREAS PROTEGIDAS E GESTÃO TERRITORIAL

O CASO DA SERRA DA LOUSÃ

PAULO CARVALHO
LUIZ ALVES

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

Ge  grafias

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

ESTRUTURA EDITORIAL

Luciano Lourenço
João Luís Fernandes
Adélia Nunes
Fátima Velez de Castro

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Por aqui Por ali Por acolí, CC BY-SA 4.0
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>, via Wikimedia Commons

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

PRÉ-IMPRESSÃO

Margarida Albino

PRINT BY

KDP

ISBN

978-989-26-2025-1

ISBN DIGITAL

978-989-26-2026-8

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2026-8>

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:



ÁREAS PROTEGIDAS E GESTÃO TERRITORIAL

O CASO DA SERRA DA LOUSÃ

PAULO CARVALHO
LUIZ ALVES

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Sumário	5
Índice de Figuras	7
Índice de Tabelas	11
Introdução	13
PARTE I	
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL:	
UMA SÍNTESE DO ESTADO DA ARTE	17
1. Dinâmicas e perspetivas de desenvolvimento em ambientes rurais e montanhosos	17
2. Áreas protegidas: conservação e valorização	26
2.1. Contexto internacional	26
2.2. Realidade nacional	36
PARTE II	
SERRA DA LOUSÁ: RETRATO TERRITORIAL	51
3. Localização e quadro institucional	51
4. Geologia, geomorfologia, hidrologia e biogeografia	55
5. Demografia e economia	71
5.1. Povoamento e população	71
5.2. Economia	80

PARTE III	
SERRA DA LOUSÁ: PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO	
COMO PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL.....	97
6. Valor cultural	97
7. Valor ecológico	109
8. Valor estético	127
9. Delimitação	137
CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Intervenção na Casa da Cultura António Bentes, em São Brás de Alportel, com apoio do LEADER II (2000)	19
Figura 2. Requalificação de fontes e percurso pedestre nas Termas de São Pedro do Sul, com apoio do PRODER (2016)	20
Figura 3. Painel informativo da rede de percursos pedestres do Parque Natural Regional do Vale do Tua (Brunheda, 2018)	22
Figura 4. <i>Outdoor</i> alusivo à Festa da Castanha (Folgosinho, 2018)	24
Figura 5. Santuário Ecológico de Pipa (Rio Grande do Norte, 2005)	27
Figura 6. Parque Natural da <i>Baixa Limia/Serra do Xurés</i> (2015)	30
Figura 7. Projeto “Taxus – Restaurar Bosquetes de Teixo”, apoiado pelo programa LIFE (Portela do Homem, 2015)	32
Figura 8. “Rio Guadiana, refúgio de vida selvagem” (Mértola, 2016)	33
Figura 9. Valores das áreas protegidas	34
Figura 10. Mapa de distribuição geográfica das áreas protegidas da rede nacional em Portugal Continental (2020)	44
Figura 11. Parque Nacional da Peneda-Gerês (Portela de Leonte, 2015)	45
Figura 12. Parque Natural da Serra de São Mamede (Castelo de Vide, 2011)	45
Figura 13. Reserva Natural de Castro Marim (Castro Marim, 2016)	46
Figura 14. Paisagem Protegida da Serra do Açor (Arganil, 2017)	46
Figura 15. Monumento Natural das Portas de Ródão (Vila Velha de Ródão, 2017)	47
Figura 16. Mapa de distribuição geográfica da Rede Natura 2000 em Portugal Continental (2020)	49
Figura 17. Mapa simplificado de localização da Serra da Lousã	52

Figura 18. Mapa de localização dos concelhos da Serra da Lousã	53
Figura 19. Imagem parcial da Bacia e Serra da Lousã, a partir do miradouro do Cume (2016)	56
Figura 20. Vista dos Penedos de Góis, a partir da Aigra Velha (2017)	58
Figura 21. Castanheiros no Coentral Grande (2017)	62
Figura 22. Vegetação autóctone na Ribeira de Espinho (2018)	62
Figura 23. Cedro-do-Atlas (e outras resinosas) no Porto Espinho (2018)	63
Figura 24. Acácia-mimosa no setor setentrional da Lomba do Mouro (2016)..	65
Figura 25. Rã-ibérica (<i>Rana iberica</i>), na ribeira de Cavalete (2017)	69
Figura 26. Borboleta (<i>Clossiana titania</i>), na Comareira (2017)	70
Figura 27. Base litológica da “Pedra Letreira” (2018)	72
Figura 28. Castelo da Lousã (2019)	74
Figura 29. Casa da Cerejinha (Pena, 2018).....	88
Figura 30. Cerdeira <i>Village</i> (Cerdeira, 2018)	88
Figura 31. Casinha do México (Gondramaz, 2018)	90
Figura 32. Sinalética direcional de percurso pedestre em Casal de São Simão (2018).....	91
Figura 33. Centro de BTT da Ferraria de São João (2018).....	92
Figura 34. Sinalização de <i>trail running</i> no Gondramaz (2018)	92
Figura 35. Praia fluvial do Mosteiro (2018).....	94
Figura 36. Praia fluvial do Poço Corga (2018).....	94
Figura 37. Museu Centro de Artes/Casulo de Malhoa (2017)	95
Figura 38. Ecomuseu Tradições do Xisto (2015).....	95
Figura 39. Cerdeira (2018)	97
Figura 40. Casa no Coentral Grande (2018).....	98
Figura 41. Caminho no Franco de Baixo (2019).....	99
Figura 42. Talasnal (2016)	103
Figura 43. Candal (2019)	103
Figura 44. Carlos Rodrigues (1928-2010) na fase de acabamento de uma escultura em pedra (Gondramaz, 2006)	108
Figura 45. Peça de artesanato, em madeira de castanheiro, da autoria de Kerstin Thomas (Cerdeira, 2008)	108

Figura 46. Sítio da Serra da Lousá no contexto da Rede Natura 2000 em Portugal Continental	110
Figura 47. Lugares do SIC Serra da Lousá (Rede Natura 2000).....	111
Figura 48. Mapa hipsométrico do SIC Serra da Lousá	112
Figura 49. Mapa simplificado da litologia do SIC Serra da Lousá.....	114
Figura 50. Mapa dos habitats naturais do SIC Serra da Lousá.....	117
Figura 51. Mapa de distribuição da fauna do SIC Serra da Lousá.....	119
Figura 52. Incêndios florestais no SIC Serra da Lousá, em 1990-2018	121
Figura 53. Perigosidade de incêndio florestal no SIC Serra da Lousá	122
Figura 54. Ocupação do solo do SIC Serra da Lousá, em 2015	123
Figura 55. Perímetros florestais no SIC Serra da Lousá	125
Figura 56. Zonas de Intervenção Florestal no SIC Serra da Lousá	126
Figura 57. Ribeira das Quelhas, junto ao Coentral (2018)	128
Figura 58. Santuário da Senhora da Piedade (2017).....	130
Figura 59. Poços e Capela de Santo António da Neve (2017).....	130
Figura 60. Painel de azulejos evocativo da “Ti Joaquina da Catraia” (Catraia, 2018)	131
Figura 61. Casa serrana da Lousá: desenho esquemático	133
Figura 62. Terreiro das Bruxas (Cantão das Hortas, 2018)	134
Figura 63. Rebanho de cabras na Ponte das Quelhas (2018)	135
Figura 64. Proposta de delimitação da Paisagem Protegida da Serra da Lousá	138
Figura 65. Referência de delimitação da Paisagem Protegida da Serra da Lousá	140
Figura 66. Lugares abrangidos pela Paisagem Protegida da Serra da Lousá....	142
Figura 67. Mapa hipsométrico da Paisagem Protegida da Serra da Lousá.....	144
Figura 68. Rede Natura 2000, na Paisagem Protegida da Serra da Lousá	145
Figura 69. Habitats naturais e seminaturais da Rede Natura 2000, na Paisagem Protegida da Serra da Lousá	145
Figura 70. Espécies de fauna da Rede Natura 2000, na Paisagem Protegida da Serra da Lousá.....	146
Figura 71. Carta ecológica da Paisagem Protegida da Serra da Lousá.....	147
Figura 72. Tipologias de paisagem da Paisagem Protegida da Serra da Lousá	147

Figura 73. Carta de solos da Paisagem Protegida da Serra da Lousá.....	148
Figura 74. Acidez dos solos da Paisagem Protegida da Serra da Lousá.....	148
Figura 75. Distribuição da temperatura média na Paisagem Protegida da Serra da Lousá (normais climatológicas 1931-1960)	149
Figura 76. Litologia (simplificada) da Paisagem Protegida da Serra da Lousá	149
Figura 77. Carta geológica 19-D, adaptada à Paisagem Protegida da Serra da Lousá (parcial)	150
Figura 78. Carta de ocupação e uso do solo (2015) da Paisagem Protegida da Serra da Lousá.....	151
Figura 79. Perímetros florestais abrangidos pela Paisagem Protegida da Serra da Lousá.....	152
Figura 80. Casas florestais integradas na Paisagem Protegida da Serra da Lousá.	152
Figura 81. Zonas de intervenção florestal integradas na Paisagem Protegida da Serra da Lousá.....	153
Figura 82. Áreas queimadas, por ano, na Paisagem Protegida da Serra da Lousá	154
Figura 83. Perigosidade de incêndio florestal na Paisagem Protegida da Serra da Lousá.....	154

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Indicadores demográficos selecionados para a Serra da Lousã	78
Tabela 2. Estrutura da população empregada dos concelhos da Serra da Lousã, em 1991-2011	81
Tabela 3. Estabelecimentos e capacidade de alojamento da Serra da Lousã, por município (31.07.2016).....	84
Tabela 4. Empreendimentos turísticos da Serra da Lousã, por concelho, em 12/2018.....	87
Tabela 5. Alojamento local da Serra da Lousã, por concelho, em 12/2018..	89
Tabela 6. Distribuição geográfica do Sítio Serra da Lousã, por município...	109
Tabela 7. Habitats naturais e seminaturais do Sítio Serra da Lousã (a negrito consideram-se os habitats prioritários)	116
Tabela 8. Espécies de fauna (anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005) do SIC Serra da Lousã	118
Tabela 9. Espécies (anexos B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005) do SIC Serra da Lousã	118
Tabela 10. Coordenadas correspondentes aos pontos de referência de delimitação da Paisagem Protegida da Serra da Lousã	141
Tabela 11. Indicadores demográficos das aldeias da Paisagem Protegida da Serra da Lousã, em 2011.....	143

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

A presente publicação decorre do estudo realizado pelos autores no âmbito da prestação de serviços especializados entre a Universidade de Coimbra (através do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras) e a Dueceira (Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça), com o apoio do PROVERE iNature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas, para fundamentar uma proposta de classificação da Serra da Lousã como área protegida.

Após o processo de revisão e reformatação do documento original, a obra com a chancela da prestigiada Imprensa da Universidade de Coimbra é agora disponibilizada ao público com interesse nestas matérias: estudantes de licenciatura, mestrado e doutoramento; técnicos e especialistas em áreas protegidas; planeadores e gestores de territórios, marcas e produtos turísticos, entre outros.

Classificar esta unidade de paisagem da Cordilheira Central Ibérica e providenciar para a sua inclusão na Rede Nacional de Áreas Protegidas é um enorme desafio a que os autores têm dado o seu contributo através de artigos de opinião e intervenções em diversos eventos, designadamente as “Conferências Sobre a Serra da Lousã” (Góis, 2013; Castanheira de Pera, 2014; Lousã, 2015) ou o recente “VIII Congresso de Estudos Rurais” (Ponte de Lima, 2019). O impulso decisivo para a concretização destes desígnios resultou do acolhimento institucional da referida proposta de estudo por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lousã e da Direção da Dueceira – Dr. Luís Antunes –, a quem é devido um agradecimento muito especial pelo interesse e apoio que demonstrou a esta causa desde o primeiro momento.

Um trabalho com estas características, ou seja, um estudo com assinatura de autor, reflete, em primeiro lugar, as perspetivas de quem recolheu, tratou e analisou um conjunto de informação documental (quantitativa e qualitativa); utilizou ferramentas para produção de cartografia temática (a partir de dados georreferenciados); percorreu de carro, de bicicleta e, sobretudo, a pé, a Serra da Lousã em longas jornadas de investigação de campo, por estradas, caminhos e veredas, para captar a essência da sua geografia em cada metro quadrado de terreno, com o propósito de evidenciar os traços diferenciadores e excepcionais da montanha, os quais emergem plasmados através de uma proposta sólida no plano científico e que, no limite, pode configurar o reconhecimento da importância nacional da Serra da Lousã à luz do atual quadro normativo das áreas protegidas em Portugal.

O estudo académico, a posterior decisão política no contexto das câmaras municipais para fixar o regulamento da paisagem protegida (com preâmbulo/síntese de caracterização e justificação, e respetiva delimitação territorial) e, por último, os contributos no âmbito da discussão pública, materializam as etapas fundamentais de um processo longo que há de resultar na versão final do estatuto de proteção (categoria e âmbito) que se pretende para a Serra da Lousã.

Quanto à estrutura, o livro, tal como o estudo que lhe serve de suporte, abre com uma nota introdutória, para explicar o contexto que está na génese da publicação; enfatiza o estado da arte (síntese do quadro teórico-conceitual) através de uma revisão de literatura especializada, para analisar o significado e a relevância das áreas protegidas, bem como as suas ligações ao património, lazer e turismo, designadamente em espaços rurais e montanhosos; apresenta uma caracterização da área de estudo, alicerçada em elementos geofísicos e geohumanos, para identificar e explicar as principais dinâmicas territoriais da Serra da Lousã; e na última parte trata da explicitação dos elementos fundamentais (valores culturais, ecológicos e estéticos) de diferenciação da Serra da Lousã e da delimitação que materializa a proposta de classificação da extremidade ocidental da Cordilheira Central Portuguesa como Paisagem Protegida Regional. A encerrar o trabalho é apresentada uma síntese da investigação.

Como referimos em outra ocasião, as preocupações relativas à conservação da natureza e biodiversidade emergem no âmbito da reflexão sobre o desenvolvimento e as suas diferentes perspectivas, e assumiram, como estas, uma dimensão internacional, sobretudo a partir do início dos anos 70 do século XX (Alves, Cordeiro e Carvalho, 2015).

Desde então, é notório o crescimento em número e tipologia dos elementos a classificar/proteger (Hall, Gossling & Scott, 2015), o que acontece em paralelo com o incremento e alargamento do universo patrimonial (Ashworth, Graham & Tunbridge, 2007), em que o rural assume também uma crescente expressão, e ainda com a implementação de políticas e instrumentos territorializados, com preocupações ambientais e patrimoniais, no contexto de processos de governação cada vez mais descentralizados, participativos e individualizados (Ferrão, 2015; Pereira, 2009; Vasconcelos, Oliveira e Caser, 2009).

O modelo de gestão e a concepção de áreas protegidas na Europa Ocidental, ao contrário do que aconteceu em outras regiões do globo, revela a centralidade das “paisagens que apesar de uma longa e intensa presença do ser humano mantinham características naturais ou seminaturais relevantes, e que nos exemplos mais felizes espelha uma relação harmoniosa entre os elementos antrópicos e físicos (...)” de tal maneira que “(...) não inclui apenas os recursos naturais de relevância patrimonial (a vertente de conservação), considera também a salvaguarda e valorização dos modos de vida tradicionais, para além de indiciar uma maior abertura às atividades de lazer e turismo” (Alves, Cordeiro e Carvalho, 2015:99).

Na atualidade as áreas protegidas da Europa, ocupando um lugar de relevo no plano global, revelam uma enorme diversidade de paisagens e sistemas de gestão, refletem uma ampla variedade de estatutos de classificação (local, regional, nacional e internacional) e estão associadas a um conjunto significativo de valores e funções, com o propósito de assegurar a manutenção (proteção) da biodiversidade, com a qual a atividade humana pode compatibilizar-se em inúmeras situações e, assim, contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Portugal tem acompanhado e desenvolvido diversas iniciativas no que refere a esta matéria, com o propósito de implementar uma organização e gestão eficiente das áreas protegidas, contando no presente com mais de uma centena e meia de sítios naturais classificados ou protegidos no território continental ao abrigo de estatutos nacionais e internacionais.

No caso da Serra da Lousã o seu valor ecológico já foi reconhecido no contexto da Rede Natura 2000. Contudo a dimensão cultural e estética de uma parte significativa das suas paisagens, aqui entendidas enquanto expressão grandiosa de uma relação secular entre a sociedade e o suporte físico e, portanto, segundo uma abordagem holística (em que o todo deve ser mais do que a soma das suas diferentes partes: estruturas edificadas, campos de cultivo, parcelas florestais, fauna e flora, entre outros elementos matriciais) e de continuidade territorial (ao invés de uma visão fragmentada ou alicerçada em ilhas ou arquipélagos) apresenta também uma inegável dimensão patrimonial e de interesse público, o qual, em função do atual quadro normativo das áreas protegidas em Portugal, permite aos municípios solicitar a sua classificação (através de uma das medidas consideradas mais adequadas a esses propósitos: a Paisagem Protegida) e, assim, assumir, na escala das suas possibilidades e em articulação com os demais agentes e entidades relevantes nesta matéria, a responsabilidade de contribuir para a conservação, proteção e valorização da Serra da Lousã, de acordo com uma visão dinâmica e integrada, capaz de promover ainda um novo modelo de ordenamento e gestão do território em escala supramunicipal.

Coimbra, 24 de janeiro de 2020.

PARTE I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL:
UMA SÍNTESE DO ESTADO DA ARTE

1. Dinâmicas e perspectivas de desenvolvimento em ambientes rurais e montanhosos

As orientações estratégicas e as políticas da União Europeia para o mundo rural estão associadas a duas tendências principais: da génese da Política Agrícola Comum até meados dos anos 80, é evidente a preponderância da agricultura e a primazia das orientações produtivistas; desde então, mas sobretudo na última década, emerge e consolida-se uma nova perspectiva, na atmosfera de diversificação da base económica e de integração das políticas, ancorada ao desenvolvimento rural (Carvalho, 2009).

Com efeito, as perspectivas e as intervenções da União Europeia refletem a transição de uma concepção agrícola, centrada na agricultura e direcionada para os agricultores e suas organizações, que coincide com um período de acentuado enfraquecimento e desvitalização económica, social e demográfica de uma parte significativa do mundo rural, para uma concepção pós-agrícola alicerçada na valorização de novas atividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural, que por sua vez acompanha o maior interesse dos territórios rurais por parte da população urbana. Esta última, de cariz territorial, norteada para o território e para o conjunto da população rural, considera que a política agrícola deve ser integrada no quadro de uma política de desenvolvimento rural que impulse a diversificação de atividades e dote os territórios rurais de

infraestruturas e equipamentos suficientes para que a população se mantenha nos espaços rurais em condições de qualidade (Moyano Estrada, 2006).

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre as Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) configura a referência incontornável ou a dimensão de maior visibilidade desta nova concepção de desenvolvimento para o mundo rural europeu. Este programa constitui uma abordagem inovadora e pioneira neste domínio e configura uma ferramenta chave da política de desenvolvimento do mundo rural a partir de uma metodologia ascendente e de um conjunto de intervenções (com uma componente territorial muito marcada) (Plaza Gutiérrez, 2006). Lançado pela Comissão Europeia, em 1991, o LEADER apresenta como traços inovadores a programação e gestão do território (“zonas de intervenção” que correspondem a uma escala sub-regional) mediante parcerias envolvendo diversos agentes de desenvolvimento local, como autarquias, associações culturais e sociais, associações profissionais ou setoriais, empresas, ou mesmo privados a título individual, embora com enquadramento regulamentar e cofinanciamento público comunitário e nacional (Carvalho, 2005).

Em três fases de execução, no alinhamento da programação e implementação das políticas públicas da União Europeia, pretendeu diversificar a economia das áreas rurais mediante a aplicação de programas supramunicipais orientados para a melhoria da qualidade de vida da população, a utilização de novos conhecimentos e tecnologias e a valorização dos recursos naturais e culturais (Figura 1). A cooperação e a constituição de redes entre territórios rurais constituíram também preocupações e eixos orientadores do LEADER (designadamente em 2000-2006).

A aprovação do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), com início de aplicação no período de 2007-2013, através de três eixos temáticos de atuação/objetivos fundamentais (o aumento da competitividade da agricultura e silvicultura; a melhoria do ambiente e da paisagem rural; a promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e a diversificação da atividade económica no conjunto dos espaços rurais), veio institucionalizar o desenvolvimento rural como dimensão política integrada e reconhecer, de igual modo, a importância da participação dos atores do mundo rural na definição e gestão

das políticas e, assim, consolidar a abordagem LEADER que agora passa a ser utilizada como metodologia/ferramenta de trabalho nomeadamente para a implementação da qualidade de vida e a diversificação económica rural, com o objetivo de implementar estratégias locais para o desenvolvimento rural através de parcerias público-privadas a nível local.



Fotografia: Autores

Figura 1. Intervenção na Casa da Cultura António Bentes, em São Brás de Alportel, com apoio do LEADER II (2000)

Portanto, a política europeia de desenvolvimento para os espaços rurais reconhece a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e reflete orientações e objetivos diferenciados, através de medidas de apoio direcionadas para os setores agrícola e florestal (tendo presente as preocupações de competitividade e eficiência produtiva, e as exigências ambientais), a diversificação da base económica e a revitalização social.

A aplicação desta política diferenciada nas suas iniciativas e destinatários deverá sedimentar uma ruralidade com mais dignidade e qualidade de vida, e contribuir para salvaguardar e valorizar os recursos estratégicos do mundo rural, como é o caso do património (natural, cultural ou paisagístico) – Figura 2.



Fotografia: Autores

Figura 2. Requalificação de fontes e percurso pedestre nas Termas de São Pedro do Sul, com apoio do PRODER (2016)

A tentativa de diversificar a base económica do mundo rural, e a sua inclusão nas novas escolhas geográficas de fenómenos como o lazer e o turismo, não pode ser dissociada das mudanças económicas, sociais e culturais ocorridas no espaço urbano. Ribeiro (2003), citada por Carvalho (2005:167-168), assinala fatores como os “níveis crescentes de instrução da população, o aumento dos tempos livres e as novas tendências de gestão e usufruto dos mesmos – férias repartidas –, a melhoria das infra-estruturas de acesso e das comunicações, e refere um movimento de revalorização do mundo rural, na génese da tentativa de encontrar contrapontos, antídotos e compensações, face à crescente artificialidade, insegurança, estandardização, impessoalidade, saturação, dos modos e contextos de vida urbanos”.

É no contexto de diversificação funcional que as atividades lúdicas e turísticas emergem como oportunidades para o mundo rural em geral (Page & Getz, 1997; Butler *et al.*, 1998; Roberts & Hall, 2001; Sharpley, 2003; Dashper, 2014) e os ambientes florestais em particular (Font & Tribe, 2000; Bell *et al.*, 2009; Stein *et al.*, 2012). Crescimento, flexibilidade, segmenta-

ção, inovação, criatividade são algumas das facetas de maior visibilidade na evolução contemporânea do turismo (Richards & Wilson, 2007; Cooper & Hall, 2008) – uma indústria complexa e multifacetada, segundo as palavras de Poon (1993) –, do mesmo modo que é evidente uma oferta de produtos cada vez mais especializados, personalizados e facilitadores de experiências singulares e intensas (Tan *et al.*, 2013; Carvalho e Alves, 2017), em resposta a uma procura informada, exigente e diversificada – além de desafios relacionados com a tecnologia, em particular a informação e comunicação (Buhalis, 2003), e o ambiente, designadamente as alterações climáticas (Burns, 2013).

Na descoberta ou redescoberta turística do rural, o alojamento (dimensão básica da atividade turística) assumiu um papel relevante, designadamente casas senhoriais, palácios, palacetes e outros imóveis com história ou valor arquitetónico, os quais estão na génese da oferta do turismo rural em Portugal (turismo de habitação), mas com o decurso do tempo, em resposta ao crescimento e alargamento da base de procura, emergem novas tipologias de alojamento (por exemplo, casas de campo, hotéis rurais, parques de campismo rurais) e despertam novos interesses, como a participação dos turistas em atividades de cariz agrícola ou agrosilvopastoril (agroturismo) ou a fruição dos ambientes rurais através de novas atividades ao ar livre, como é o caso do pedestrianismo (Figura 3), cicloturismo, BTT (bicicleta todo o terreno), e mais recentemente *geocaching* e *trail running*, entre outras (Carvalho, 2017).



Fotografia: Autores

Figura 3. Painel informativo da rede de percursos pedestres do Parque Natural Regional do Vale do Tua (Brunheda, 2018)

As atividades de lazer e turismo, conotadas com a natureza e vinculadas a diferentes perfis (idade, habilitações académicas, condição económica, situação profissional) e motivações dos visitantes, podendo assumir uma dimensão *soft* ou *hard*, em função de maior ou menor grau de exigência física, técnica e conhecimento científico ou técnico, são hoje parte fundamental da oferta de produtos e serviços (e, por conseguinte, da capacidade de atração) dos territórios rurais, e consideradas, pela larga maioria dos especialistas na matéria, como contributos positivos para o desenvolvimento local sustentável.

O crescimento do turismo com base na natureza tem criado muitas oportunidades para as regiões rurais, com implicações na diversificação das atividades económicas e nos usos do solo, em particular aquelas que apresentam maior dimensão de amenidades naturais e/ou culturais (Fredman & Tyrväinen, 2010).

Quanto aos espaços de montanha, trata-se de uma especificidade no quadro geral do mundo rural. Apesar da sua imponência física, apresentam muitas fragilidades e sinais contraditórios de desenvolvimento. A diversidade de recursos e bens estratégicos fundamentais (como, por exemplo, a água, a fauna, a

flora, o ambiente natural e cultural), assim como a importância das atividades desenvolvidas pelo ser humano (no amplo espectro da agricultura, pastorícia, silvicultura, exploração mineira, produção de energia elétrica – matriz hídrica e eólica, portanto, energias limpas e renováveis –, atividades turísticas e de lazer), tornam recorrente a questão da promoção do desenvolvimento sustentável das montanhas e das comunidades que aí vivem (Carvalho, 2005; Price, 2007; Caeiro, 2009).

O abandono e o despovoamento; o envelhecimento da população; a erosão dos solos; a urbanização desordenada (em especial relacionada com o fenómeno turístico); a gestão comprometedora dos recursos florestais; o abandono, o desordenamento e a alteração da composição florística do espaço florestal (com a introdução de espécies exóticas e o regime de monocultivo); a crescente ação destruidora dos incêndios florestais (geralmente ocasionados por ações negligentes ou criminosas), a atividade turística desregulada, constituem problemas muito preocupantes que “só é possível prevenir através de um ordenamento e gestão participados dos territórios e uma visão prospectiva que tenha como principal preocupação a sustentabilidade económica, social e ecológica” (Cavaco, 2005, citada por Carvalho, 2008:935).

No caso de Portugal, as dinâmicas recentes de desenvolvimento dos territórios montanhosos configuram trajetórias singulares, na sequência de um conjunto significativo de alterações da base produtiva e social, e de mutações no discurso e na imagem das montanhas (Carvalho, 2008), que é preciso entender no quadro geral das tendências evolutivas do mundo rural pós-productivista e do lazer pós-fordista.

O interesse crescente dos territórios montanhosos por parte da população urbana significa que os recursos da montanha mais valorizados socialmente afastam-se dos valores produtivos (ligados às terras, pastos e florestas), embora se reconheça o papel desse espectro para a manutenção da paisagem e a importância estratégica dos recursos florestais, minerais, hídricos e eólicos. A apropriação da montanha é comandada do exterior e a população urbana procura os ambientes de montanha para criar refúgios (Moreno, 1999), que ocupa de forma permanente ou utiliza no âmbito dos tempos livres.

É certo que a montanha não altera completamente a base/função produtiva, mantendo-se atividades como a silvicultura, a extração de pedra e minério (geralmente acompanhadas de alterações paisagísticas e ambientais preocupantes), bem como algumas atividades agrícolas, relacionadas com cultivos integrados e adaptados aos mercados (como, por exemplo, os olivais, os soutos e alguns pomares), consideradas de grande valor para o seu relançamento social e económico. A renovação de práticas tradicionais, como acontece com a agricultura biológica, os produtos certificados (carne, queijo, enchidos, frutas, mel, entre outros) e certas especialidades gastronómicas, define qualidades produtivas que contribuem para realçar a imagem do território que as acolhe e que são uma estratégia (por via da consolidação de um sistema diferencial de preços e eventos de promoção destes produtos de qualidade – Figura 4) para contrariar as suas tradicionais dificuldades produtivas (Carvalho, 2008).



Fotografia: Autores

Figura 4. *Outdoor* alusivo à Festa da Castanha (Folgoso, 2018)

As transformações no plano dos elementos de estruturação/articulação do território permitem evidenciar o reforço dos lugares mais dinâmicos (como acontece em especial nas sedes de concelho), a renovação e a expansão das estruturas

edificadas (relacionadas com a aplicação de capitais provenientes dos processos migratórios, o fenómeno da residência secundária e o turismo, entre outros). Para além destas mudanças introduzidas no povoamento e na urbanização, importa também sublinhar as alterações nas infraestruturas e equipamentos, quer do ponto de vista externo, com a melhoria da acessibilidade e a articulação dos territórios serranos decorrentes do lançamento de novos eixos rodoviários estruturantes (apoiados pela política regional da União Europeia), quer no plano interno, com a adaptação para usos recreativos e turísticos de antigos caminhos rurais, trilhos do contrabando, levadas e vias férreas desativadas, entre outros (Carvalho, 2008).

Ao mesmo tempo, registam-se algumas mudanças nas figuras de estruturação social, funcional e institucional do território, bem como a constituição de associações/grupos de ação local vinculados a iniciativas de desenvolvimento/promoção do potencial regional/local. Com efeito, verifica-se o envolvimento de entidades de natureza associativa (com atores públicos e privados) na génese de parcerias de nível local, com o estímulo e o apoio financeiro da União Europeia, sobretudo a partir do início da década de 90 (século XX) com o lançamento do já referido Programa de Iniciativa Comunitária LEADER.

As estratégias de desenvolvimento endógeno afirmam-se e multiplicam-se também em resultado do alargamento (e consolidação) da experiência LEADER, através de dois programas de índole nacional: os “Centros Rurais” e as “Aldeias Históricas”, iniciativas lançadas no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999), e ainda na sequência da aplicação da metodologia LEADER como matriz de gestão do eixo 3 do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, 2007-2013) – e, no atual período de programação e execução de políticas públicas (2014-2020), com algumas mudanças significativas, de que é expressão o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

No mesmo sentido, importa reconhecer o papel das ações integradas de base territorial (algumas com incidência em áreas de montanha, como aconteceu, por exemplo, no Pinhal Interior ou na Serra da Estrela), no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006). Embora de forma localizada, foi possível melhorar as condições de permanência ou fruição dos territórios montanhosos,

mediante investimentos em infraestruturas básicas, requalificação paisagística/ ambiental e apoio às atividades económicas, e ainda criar condições para a génese de novos atores institucionais como é o caso de agências/associações de desenvolvimento turístico (como, por exemplo, as Aldeias Históricas e as Aldeias do Xisto).

O PROVERE (Programa de Valorização de Recursos Endógenos), em 2007-2013 e 2014-2020, enquanto estratégia de dinamização económica de base territorial para o desenvolvimento de espaços de baixa densidade com base em recursos endógenos inimitáveis (ligados à natureza, à cultura e à paisagem) é outro contributo relevante neste domínio.

Apesar das iniciativas recentes, relacionadas com a (nova) política de desenvolvimento rural e regional da União Europeia, as montanhas carecem de intervenções especializadas, integradas, articuladas e territorialmente ajustadas às dimensões dos seus principais problemas e potencialidades (Carvalho, 2005; Price, 2007; Fernandes, 2011).

2. Áreas protegidas: conservação e valorização

2.1. Contexto internacional

As áreas protegidas representam cerca de 15% da área terrestre (exceto a Antártida) e 3,4% da área marinha do nosso planeta, suportadas por quase duas centenas de nações (Worboys, 2015).

A Europa está entre as regiões do mundo com maior percentual de áreas protegidas. Com efeito, “são mais de 120000 sítios nacionalmente designados em 52 países, incluindo mais de 105000 em 39 países da Agência Europeia do Ambiente” (EEA, 2012:5), o que representa 21% do território dos seus Estados membros e cooperantes.

No caso da União Europeia, as áreas nacionais protegidas e os sítios da Rede Natura 2000 perfazem 25% da sua superfície e “representam 69% dos registos no

Banco de Dados Mundial sobre áreas protegidas, geridos pela UNEP-WCMC” (EEA, 2012:49).

Em Portugal, as áreas protegidas correspondem a aproximadamente 22% do território nacional, repartidas por diversos estatutos ou categorias, no continente e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Fonte de inspiração e destino para milhões de pessoas no mundo todos os anos, as áreas protegidas são fundamentais para a conservação da natureza¹ (Figura 5), ajudam a manter serviços dos ecossistemas, tais como a água potável e o ar puro, e configuram uma importante solução natural no contexto das alterações climáticas. Além disso, são de grande importância social e cultural e ajudam a conservar o património cultural de muitos povos² (Worboys, 2015).



Fotografia: Autores

Figura 5. Santuário Ecológico de Pipa (Rio Grande do Norte, 2005)

¹ Para Pringle (2017:91), as áreas protegidas podem efetivamente proteger habitats e populações. “Análises globais mostram que a biodiversidade local é maior, as taxas de conversão [mudança de ocupação ou utilização] da paisagem são menores, e as tendências da população de animais selvagens são geralmente estáveis ou crescentes dentro das áreas protegidas”.

² “Todavia, as áreas protegidas não são lugares isentos de conflitos (Lewis, 1996), especialmente quando o acréscimo de restrições relacionado com o seu regime de proteção afeta a base económica local (Borrini-Feyerabend, 1996; Castro & Nielsen, 2003)”, como sublinham Pereira *et al.* (2014:209).

Na mesma linha, são reconhecidos os contributos (benefícios) das áreas protegidas para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Agenda 2030, Organização das Nações Unidas). Com efeito, mais de 1,1 mil milhões de pessoas dependem das áreas protegidas para uma parte significativa dos seus meios de subsistência; a Rede Natura 2000 suporta importantes práticas agrícolas e agroecossistemas, representando 38% da área total incluída nesta rede da União Europeia; as áreas protegidas fornecem uma parte significativa da água potável para um terço das 105 maiores cidades do mundo; estima-se que as áreas protegidas terrestres recebem visitas de aproximadamente 8 mil milhões por ano no mundo, gerando cerca de 600 mil milhões de dólares/ano em despesas diretas e 250 mil milhões de dólares/ano em outros consumos; em muitos dos principais biomas do mundo, as áreas protegidas são relevantes no plano da ocupação/utilização do solo, uma vez que cobrem quase 21% dos tipos de águas interiores principais do mundo, 20% das florestas naturais do mundo, 19% da área de montanha do mundo, 17% da área insular do mundo e 13% da área de sequeiro do mundo (UNEP-WCMC & IUCN, 2016).

As preocupações em matéria de conservação da natureza e biodiversidade emergem no contexto da discussão em torno do desenvolvimento e das suas diferentes visões ou perspetivas e assumiram, como estas, uma dimensão internacional, que é visível sobretudo a partir do início dos anos 70³ (do século XX), associada ao propósito de constituir redes e sistemas (na amplitude das escalas mundial, nacional e regional) para a partilha de informação e conhecimentos em torno de questões que começavam a revelar um carácter global e interdependente (Alves, Cordeiro e Carvalho, 2015).

Na Europa, é também a partir da década de 70 que surge uma nova perspetiva sobre as finalidades das áreas protegidas e o modo da sua gestão, mediante

³ Worboys (2015:11) advoga que o conceito de áreas protegidas existe há milhares de anos. Contudo a criação das áreas protegidas e a sua gestão profissional são particularmente um fenómeno dos séculos XX e XXI.

No mesmo sentido, a Agência Europeia do Ambiente reconhece que “O conceito de áreas protegidas existiu na Europa durante milhares de anos, sob a forma de áreas que foram consideradas relevantes por razões espirituais e religiosas” (EEA, 2012:10).

o reconhecimento da importância das comunidades locais, o que teve reflexo no crescimento significativo do número e da superfície de áreas protegidas dos países da Agência Europeia do Ambiente – de 10.000 sítios e 160.000 km², em 1969, para quase 100.000 sítios e mais de 1.500.000 de km², em 2009 (EEA, 2012).

O lançamento do Programa “O Homem e a Biosfera” (UNESCO, 1971), o qual está na génese da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente (Estocolmo, 1972) ou a aprovação da “Diretiva Aves” (1979) pela então Comunidade Económica Europeia (que vai constituir um dos pilares da futura Rede Natura 2000, a par da “Diretiva Habitats”, de 1992), são alguns exemplos paradigmáticos do reconhecimento da necessidade de uma ação internacional concertada neste domínio, a que se juntam outros contributos nas décadas seguintes como, por exemplo, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (aberta à assinatura no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, que decorreu no Rio de Janeiro, em 1992), a Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Biológica e Paisagística (preparada pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Conselho da Europa e Centro Europeu para a Conservação da Natureza, e adotada em 1996), a Estratégia da Comunidade Europeia em Matéria de Diversidade Biológica (1998) ou o Plano Estratégico para a Biodiversidade (2011-2020).

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Conselho da Europa e a União Europeia, entre outras entidades políticas, científicas e culturais, ajudaram a colocar em agenda a problemática da proteção da natureza e a relevância do património natural (Figura 6), e apontaram alguns caminhos comuns numa perspetiva de desenvolvimento sustentável que tem vindo a afirmar-se como imperativo da ação política em diferentes escalas de análise (Carvalho e Fernandes, 2002).



Fotografía: Autores

Figura 6. Parque Natural da *Baixa Limia/Serra do Xurés* (2015)

Conforme assinalado na introdução do “*Protected Planet Report 2016. How protected areas contribute to achieving global targets for biodiversity*”, publicado pela *United Nations Environment Programme - World Conservation Monitoring Centre* e *International Union for Conservation of Nature*, “Nos últimos 20 anos, tem havido um aumento significativo no número e extensão das áreas de conservação estabelecidas globalmente, representando um reconhecimento crescente do valor de proteção como forma de salvaguardar a natureza e recursos culturais e mitigar impactes humanos na biodiversidade. Também é importante reconhecer os compromissos políticos assumidos por governos em vários níveis que levaram a essas conquistas” (UNEP-WCMC & IUCN, 2016:1).

O conceito de área protegida abrange uma grande variedade de designações, tipologias, espaços, objetivos, regimes/modelos e instrumentos legais de gestão. “O termo é, portanto, muito amplo na sua aplicação” (EEA, 2012:9).

No plano global, merece destaque a perspetiva da União Internacional para a Conservação da Natureza, segundo a qual uma área protegida é “*A clearly defined geographical space, recognised, dedicated and managed, through legal or*

other effective means, to achieve the long-term conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values” (IUCN, 2018:2). Esta definição inclui seis categorias de gestão, a saber: “*Ia Strict nature reserve; Ib Wilderness area; II National park; III Natural monument or feature; IV Habitat/species management; V Protected landscape/seascape; VI Protected areas with sustainable use of natural*”, e quatro tipos de “*governance*”: “*Type A. Governance by government; Type B. Shared governance; Type C. Private governance; Type D. Governance by Indigenous Peoples and local communities*” (IUCN, 2018:2). Como refere Fernandes (2003:247-248), nas categorias I e III, “é dada primazia aos valores naturais e a conservação é a regra; nas categorias II e III, acrescenta-se essa perspectiva à possibilidade de visitas, reguladas previamente; nas áreas de categoria IV, os objetivos da gestão são as espécies biológicas (...); na categoria V, faz-se a gestão de paisagens culturais e, por isso, humanizadas; na categoria VI (...) administra-se a área protegida de modo a regular o uso dos valores naturais, embora em benefício das populações locais”.

De igual modo, as áreas protegidas compreendem uma reconhecida diversidade de ambientes geográficos naturais, com menor ou maior influência da atividade humana. No caso da Europa, “o mosaico de paisagens é o produto da intervenção humana ao longo de muitos séculos. Este contexto de diversidade da história da intervenção humana e das regiões biogeográficas explica o número relativamente elevado de áreas protegidas na Europa e o seu tamanho relativamente pequeno em comparação com áreas protegidas em África e nas Américas. Esta intervenção humana acelerou-se nas últimas décadas, resultando em maior fragmentação da paisagem devido às infraestruturas e urbanização, os quais tornaram os padrões de migração natural de muitas espécies mais difícil” (EEA, 2012:8).

Embora a proteção da biodiversidade permaneça um dos principais objetivos das áreas protegidas na atualidade, há uma série de outros benefícios associados às áreas protegidas. Assim, é pertinente evidenciar os principais resultados de diversos estudos sobre o assunto.

Fernandes (2003:250-252), com base em documentos da *World Commission on Protected Areas* (WCPA) – organismo integrado na *International Union for*

Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) –, advoga que as áreas protegidas estão “associadas a um conjunto vasto de valores e funcionalidades”, através de duas vertentes interligadas. Por um lado, a dimensão material inclui os “valores associados a usos diretos” (lazer, turismo, educação, investigação científica – Figura 7 –, caça, agricultura, silvicultura, entre outras), os valores de uso indirecto (designadamente o “importante papel desempenhado por muitas áreas protegidas no equilíbrio ambiental”, a “proteção de linhas de água e a preservação de habitats para muitas espécies – Figura 8 –”, o “papel na regulação climática e em questões globais como a redução do dióxido de carbono livre na atmosfera”), e o valor de reserva (o qual sugere a possibilidade do ser humano “poder retirar benefício no futuro uso, direto ou indirecto, destes espaços”, uma vez que em número significativo configuram “reservas genéticas que poderão ser importantes para a humanidade do futuro, em áreas tão relevantes como a medicina e a própria agricultura”). Por outro, a vertente imaterial reflete a relevância espiritual e estética de paisagens protegidas “das ações mais nefastas da humanidade”.



Fotografia: Autores

Figura 7. Projeto “Taxus – Restaurar Bosquetes de Teixo”, apoiado pelo programa LIFE (Portela do Homem, 2015)



Fotografia: Autores

Figura 8. “Rio Guadiana, refúgio de vida selvagem” (Mértola, 2016)

Conforme refere a Agência Europeia do Ambiente (2012:24), “Dujin *et al.* (2008) identificou três tipos principais de valores relacionados com áreas protegidas: socioeconómico, social e ambiental (Figura 9). Por meio de ressalva, deve ser lembrado que os serviços dos ecossistemas muitas vezes estão interligados, e em muitos casos, a existência de um serviço é dependente da existência de outros serviços. (...) Aqui estão alguns dos benefícios setoriais previstos para as áreas protegidas”.

Valores das áreas protegidas

Socioeconómico	Social	Ambiental
Emprego	Valor patrimonial	Serviços fornecidos pelos ecossistemas
Produção	Uso recreativo	Proteção contra catástrofes naturais
Desenvolvimento de competências	Uso científico e educativo	Serviços fornecidos pelas espécies
Governança	Saúde e qualidade de vida	Biodiversidade/ Património genético

Fonte: EAA (2012:25)

Figura 9. Valores das áreas protegidas

Segundo o já citado “*Protected Planet Report 2016. How protected areas contribute to achieving global targets for biodiversity*”, as áreas protegidas “proporcionam benefícios que ultrapassam os seus limites. Elas desempenham um papel fundamental na obtenção de meios de subsistência, saúde e bem-estar; reforço da regeneração e resiliência dos ecossistemas (...); permitem contribuições positivas para as economias locais e a redução da pobreza (...); oferecem soluções naturais para numerosos desafios globais (...), incluindo o sequestro e armazenamento de carbono para mitigar as mudanças climáticas (...) e ajudando as comunidades a lidar com o risco crescente de desastres naturais” (UNEP-WCMC & IUCN, 2016:59).

Portanto, cada vez mais são reconhecidos os valores sociais e económicos das áreas protegidas, bem como os serviços ambientais que áreas protegidas oferecem além de preservar a biodiversidade, como o sequestro de carbono, ou mitigar os efeitos das catástrofes naturais, como as inundações.

No que diz respeito à concepção de áreas protegidas e aos modelos para a sua gestão, é incontornável referir a perspetiva conservacionista ligada aos parques nacionais da América do Norte (de que é exemplo Yellowstone, nos Estados Unidos, classificado em 1872), a qual está associada a uma visão estreita

(reduzida) de conservação da natureza em estado selvagem em que a presença/ação do ser humano é bastante condicionada, diferenciando-se do modelo Europeu Ocidental, que assume expressão desde os anos 20/30 do século XX, centrado em paisagens que apesar de uma longa e intensa presença do ser humano mantinham características naturais ou seminaturais relevantes, e que nos exemplos mais paradigmáticos reflete uma relação harmoniosa entre os elementos antrópicos e físicos, para além de revelar preocupações económicas, sociais, culturais e científicas, e uma gestão mais integrada e participativa (das comunidades locais). Esta concepção, inicialmente através dos parques naturais, mostra o intuito de conciliar interesses de certa forma antagónicos e integrar valores naturais e culturais, isto é, sem perder de vista a conservação e proteção dos recursos naturais (bióticos e abióticos) de especial significado, considera não só a salvaguarda e valorização dos modos de vida tradicionais como reconhece também o papel que podem ter as atividades de lazer e turismo desde que integradas num modelo de gestão territorial adequado (Alves, Cordeiro e Carvalho, 2015).

Na atualidade, as áreas protegidas apresentam uma ampla gama de regimes diferentes de gestão, desde os sítios bastante fechados, onde poucas pessoas são autorizadas a entrar, através de parques onde a ênfase está na conservação; as áreas com modelos/abordagens muito menos restritivas, onde a conservação é integrada em estilos de vida humanos tradicionais; as áreas que proíbem atividades como coleta de alimentos, caça ou extração de recursos naturais, enquanto para outras estas atividades são aceites e até mesmo consideradas como uma parte necessária da gestão (EEA, 2012) – sem esquecer outra dimensão igualmente significativa: a variedade de ambientes (terrestres, marinhos, fluviais, entre outros) associados às áreas protegidas.

A diversificação funcional ou os novos desígnios das áreas protegidas – em sentido convergente com o que foi mencionado sobre a evolução do conceito (crescimento do número e alargamento do universo das áreas com estatuto(s) de proteção) – inclui na atualidade o papel que podem desempenhar na dinamização da economia local/regional, na educação ambiental, na proteção e valorização de outros patrimónios (culturais e/ou paisagísticos), e na certificação

ou validação de atividades e produtos que ocorrem no seu interior ou na sua área de influência (Mendigorri, 2017).

É a este respeito que o turismo configura um instrumento capaz de “(...) promover a conexão de visitantes com os valores das áreas protegidas, tornando-se uma força potencialmente positiva para a conservação. Experiências de visitante podem ser relevantes para o crescimento pessoal e o bem-estar de cada indivíduo, e ao mesmo tempo contribuir para a salvaguarda dos valores de área protegida” (Leung *et al.*, 2018:xi), embora seja necessário considerar também os impactes negativos gerados pela atividade turística nas áreas protegidas (Pickering & Weaver, 2003; Bushell & Mccool, 2007; Coghlan & Buckley, 2013; Leung *et al.*, 2018).

De igual modo, é importante sublinhar que “(...) a gestão das áreas protegidas será mais eficiente se for adotada uma abordagem inclusiva, baseada na colaboração dos atores e das comunidades locais (Borrini-Feyerabend, 1996). O envolvimento efetivo dos atores no planeamento e na gestão pode facilitar a identificação e localização proativa dos conflitos, minimizando *trade-off* negativos entre conservação e desenvolvimento económico e aumentando a perceção pública sobre os benefícios proporcionados pelos ecossistemas e pelo estatuto de proteção (Lewis, 1996; Jamal, 2004)”, como explicam Pereira *et al.* (2014:209-210).

Em síntese, a afirmação de um novo paradigma centrado no desenvolvimento sustentável e na proteção da biodiversidade, conduziu a uma reflexão e ação global, de que resultaram compromissos internacionais que vinculam os países, mas dando lugar a diferentes modelos de ordenamento e gestão das áreas protegidas, e essa amplitude revela uma visão cada vez mais holística do património natural (cultural e paisagístico) e da sua gestão territorial (Mendigorri, 2017).

2.2. Realidade nacional

Em Portugal, a política de conservação da natureza e biodiversidade e os seus instrumentos de execução refletem os compromissos internacionais que o

nosso país tem assumido desde os anos 70 do século XX. No período anterior, registaram-se algumas preocupações em relação às áreas protegidas, embora orientadas sobretudo para a criação de reservas de caça nos territórios ultramarinos, tendo em vista regulamentar essa atividade e controlar as espécies cinegéticas, como é o caso dos Parques da Gorongosa⁴ (Moçambique) e do Iona⁵ (Angola), entre outros.

Com efeito, a partir de 1970, em primeiro lugar com a Lei n.º 9/70, que lançou os pilares de uma política pública neste domínio, tornando possível a proteção e “a defesa de áreas onde o meio natural deva ser reconstituído ou preservado contra a degradação provocada pelo homem”, por meio da criação de parques naturais e outros tipos de reservas, e permitiu ao país iniciar o acompanhamento da evolução internacional de proteção da natureza, através da classificação das áreas mais representativas do património natural (é de 1971 a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, ao qual se seguiu a instituição de outras áreas protegidas), e sobretudo após o 25 de abril de 1974, em sucessivos governos, esta matéria é objeto de atenção especial, destacando-se a legislação aprovada em 1976 (o Decreto-Lei n.º 613/76 alargou o espetro da proteção com a inclusão de valores estéticos e culturais na classificação de áreas a proteger), 1978 (Decreto-Lei n.º 4/78, com a publicação da estrutura

⁴ Conforme informação disponível no *site* oficial deste Parque (www.gorongosa.org), a “Gorongosa foi inicialmente criada como uma reserva de caça com 1.000 Km² pela Companhia de Moçambique, uma empresa privada que geriu a zona centro de Moçambique por concessão do Governo Português”. Em 1935, a Reserva da Gorongosa foi alargada para 3200 Km². Em 1960, “o governo decretou a Gorongosa Parque Nacional e ao mesmo tempo adicionou-lhe mais 2.100 km², aumentando o seu tamanho para 5.300 Km²”. Na atualidade inclui 4067 Km² e mais 3300 Km² de “zona tampão”.

⁵ Vasio (2014:6), no seu pré-projeto de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, refere que “A criação de áreas protegidas em Angola foi mencionada pela primeira vez, num “Regulamento” colonial em 1936. A primeira área protegida, o Parque Nacional de Caça do Iona (Parque Nacional do Iona), foi estabelecida em 1937. Em Angola, a maioria das áreas protegidas foram estabelecidas em regiões remotas, de valor económico limitado na altura. O sistema de áreas protegidas na altura não foi concebido para corresponder às necessidades duma representação equilibrada da biodiversidade excecionalmente rica do país, nem foi concebido para proteger os principais processos do ecossistema, ou para desempenhar um papel na minimização dos impactos das alterações climáticas”.

O Parque Nacional do Iona situa-se no sudoeste de Angola, no Município do Tombwa, na Província do Namibe, e cobre uma área de 15150 Km².

orgânica das áreas protegidas), 1987 (Lei da Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87, que consagra os conceitos de área protegida de âmbito regional e local, em que a gestão destas áreas passa a ser cometida às autarquias locais ou às associações de municípios; prevê a possibilidade de serem criadas áreas protegidas de interesse privado, designadas de “sítios de interesse biológico”; e remete para a criação de uma rede nacional de áreas protegidas), 1993 (com a concretização da referida rede, através da Lei n.º 19/93, e a criação do Instituto de Conservação da Natureza), e 2001 (ano de aprovação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001).

Esta última “formula 10 opções estratégicas para a política de conservação da natureza e da biodiversidade, de entre as quais avulta a opção n.º 2, relativa à constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) e do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas (...)” (Diário da República, 1.ª série, n.º 142, 2008:4596-7).

Concretizada através do Decreto-Lei n.º 142, de 24 de julho de 2008, o qual estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, a RFCN é composta pelas áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no SNAC e pelas áreas de reserva ecológica nacional, de reserva agrícola nacional e do domínio público hídrico enquanto áreas de continuidade que estabelecem ou salvaguardam a ligação e o intercâmbio genético de populações de espécies selvagens entre as diferentes áreas nucleares de conservação, contribuindo para uma adequada proteção dos recursos naturais e para a promoção da continuidade espacial, da coerência ecológica das áreas classificadas e da conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território, bem como para uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas.

Ainda em concretização da mesma opção estratégica, o referido diploma estrutura o SNAC, o qual é constituído pelas áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, pelos sítios e zonas de proteção especial que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de

compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português⁶, assegurando a integração e a regulamentação harmoniosa dessas áreas já sujeitas a estatutos ambientais de proteção.

Em resultado da aprovação (revisão) do quadro jurídico fundamental da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), e da Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional, e da respetiva legislação complementar, foi necessário proceder à revisão do regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, para o adequar a estas novas realidades, o que aconteceu através do Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro.

Quanto à constituição da Rede Nacional de Áreas Protegidas, o n.º 2 do artigo 10.º do citado diploma, estabelece que “Devem ser classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar. O número seguinte esclarece que “A classificação de áreas protegidas pode abranger o domínio público e o domínio privado do Estado, a zona económica exclusiva e, em geral, quaisquer bens imóveis” (Diário da República, 1.ª série, n.º 202, 2015:8989).

⁶ Designadamente as que decorrem: “a) Do Programa Man and Biosphere, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), lançado em 1970; b) Da Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como «Habitat» de Aves Aquáticas (Convenção de Ramsar), adotada em Ramsar em 2 de fevereiro de 1971; c) Da Convenção Relativa à Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, adotada em Paris em 16 de novembro de 1972, na parte relativa aos valores naturais; d) Das Resoluções do Comité de Ministros n.os (76) 17 – Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa – e (98) 29 – Áreas Diplomadas do Conselho da Europa; e) Da Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Convenção OSPAR), adotada em Paris em 22 de setembro de 1992; f) Da Decisão do Conselho Executivo da UNESCO (161 EX/Decisions, 3.3.1), adotada em Paris em 2001, relativa aos geossítios e geoparques” (Diário da República, 1.ª série, n.º 202, 2015:8994).

As áreas protegidas podem ter âmbito nacional, regional ou local, conforme os interesses que procuram salvaguardar, e classificam-se nas seguintes tipologias:

- a) Parque nacional (“área que contenha maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de elementos de biodiversidade e de geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo”).
- b) Parque natural (“área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender da atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços”).
- c) Reserva natural (“área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa”).
- d) Paisagem protegida (“área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural”).
- e) Monumento natural (“ocorrência natural, contendo um ou mais aspectos, que pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e manutenção da sua integridade”) – (Diário da República, 1.ª série, n.º 202, 2015:8991).

No caso da paisagem protegida, o legislador preconiza que este estatuto “visa a proteção dos valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente: a) A conservação dos elementos da biodiversidade num contexto da valorização da paisagem; b) A manutenção ou recuperação dos padrões da paisagem e dos processos ecológicos que lhe estão subjacentes, promovendo as práticas tradicionais de uso do solo, os métodos de constru-

ção e as manifestações sociais e culturais; c) O fomento das iniciativas que beneficiem a geração de benefícios para as comunidades locais, a partir de produtos ou da prestação de serviços” (Diário da República, 1.ª série, n.º 202, 2015:8991).

Ainda de acordo com o citado quadro normativo (números 3, 4 e 6 do artigo 11.º), as áreas protegidas de âmbito nacional podem adotar qualquer das tipologias referidas; as áreas protegidas de âmbito regional podem assumir qualquer das tipologias com exceção da tipologia parque nacional, devendo as mesmas serem acompanhadas da designação “regional” ou “local”, conforme o caso. Podem ainda ser classificadas áreas protegidas de estatuto privado, assumindo a designação de “áreas protegidas privadas”.

A gestão das áreas protegidas de âmbito nacional (artigo 13.º) compete à autoridade nacional e a gestão das áreas protegidas de âmbito regional ou local incumbe às comunidades intermunicipais, às associações de municípios ou aos municípios.

Quanto à classificação (artigos 14.º e 15.º), a legislação refere dois cenários, a saber: no caso das áreas protegidas de âmbito nacional a proposta parte da autoridade nacional ou de quaisquer entidades públicas ou privadas, nomeadamente autarquias locais e associações de defesa do ambiente; por sua vez, as comunidades intermunicipais, as associações de municípios e os municípios podem classificar áreas protegidas de âmbito regional ou local. Nesta última situação, também estão definidos os termos em que tal pode ocorrer, ou seja, o procedimento de classificação depende de uma deliberação específica nesse sentido da entidade proponente, uma resolução de Conselho de Ministros que valida a classificação ao definir “O tipo e delimitação geográfica da área e seus objetivos específicos” e “Os recursos financeiros, materiais e humanos mínimos para a gestão da área protegida, bem como de outros requisitos como a abertura (prévia à classificação) de um período de discussão pública⁷ para “a recolha de observações e sugestões

⁷ De acordo com o estipulado no n.º 8 do artigo 14.º do citado diploma, “O período de discussão pública deve ser anunciado com a antecedência mínima de 10 dias e não pode ser inferior a 20 nem superior a 30 dias.”

sobre a classificação da área protegida, devendo, durante o mesmo período, ser também promovida a audição das autarquias locais envolvidas”, a qual “(...) é feita através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e da página da Internet da autoridade nacional, do qual consta a indicação do período da discussão e dos locais onde se encontra disponível a proposta final de classificação e a forma como os interessados devem apresentar as suas observações ou sugestões” (Diário da República, 1.ª série, n.º 202, 2015:8990).

“Concluída a discussão pública e aprovada a classificação da área protegida de âmbito regional ou local, a mesma é publicada em 2.ª série do Diário da República, mediante aviso e objeto de publicitação nos boletins municipais e na página na Internet das entidades responsáveis pela gestão da área protegida.

A deliberação que aprova a classificação da área protegida de âmbito regional e local é submetida a parecer da autoridade nacional, para efeitos da sua integração na RNAP.

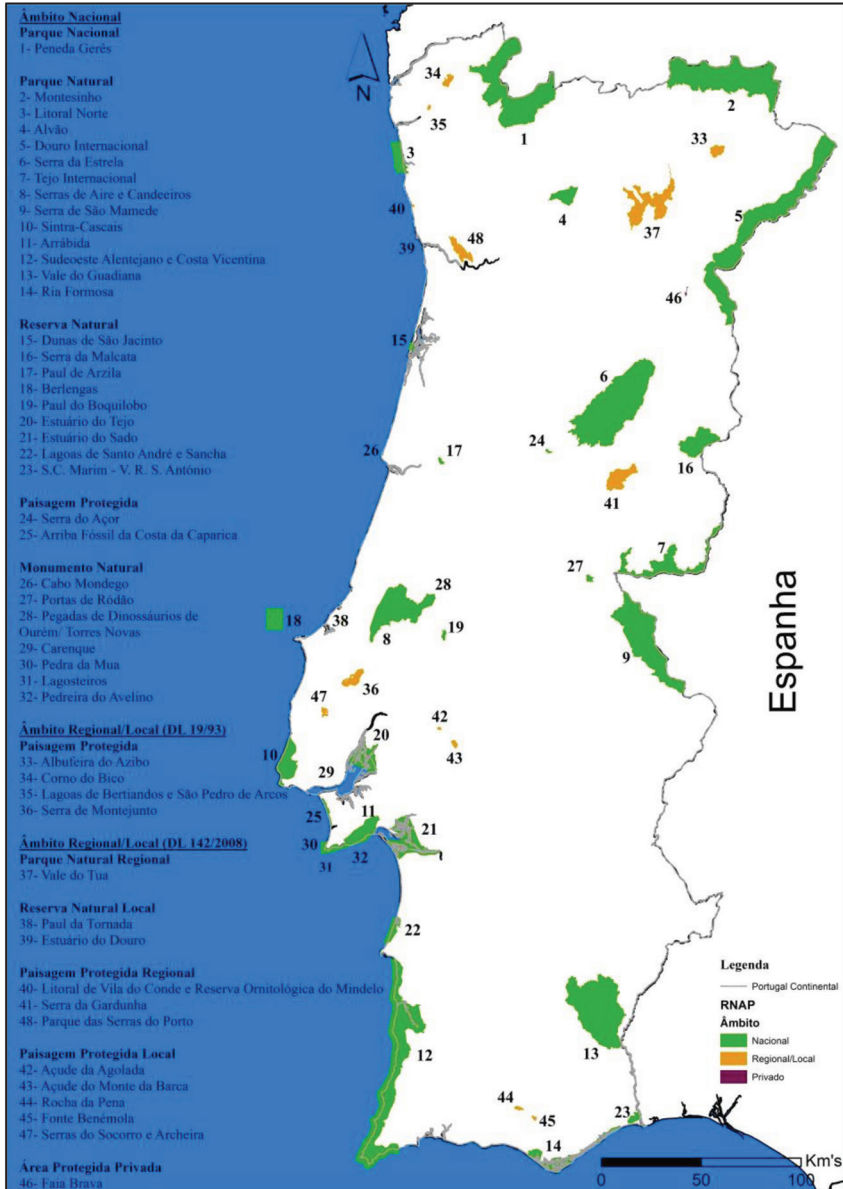
Os objetivos específicos da criação da área protegida de âmbito regional ou local, a competência e a composição dos órgãos de gestão, os meios financeiros, materiais e humanos para a gestão da área, os atos e atividades interditos e condicionados, as normas de fiscalização e o regime contraordenacional são estabelecidos por regulamento de gestão” (Diário da República, 1.ª série, n.º 202, 2015:8990).

De igual modo, conforme o referido diploma, “Os planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal devem consagrar os regimes adequados de proteção da área protegida de âmbito regional e local e estabelecer as ações permitidas, condicionadas ou interditas com incidência urbanística”, o que é utilizado pela autoridade nacional como elemento de avaliação dos pressupostos subjacentes à classificação.

Com base na informação disponível no *site (internet)* do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a RNAP em Portugal Continental integra quase cinco dezenas de áreas protegidas (Figura 10), repartidas do seguinte modo: um parque nacional (Figura 11); treze parques naturais (Figura

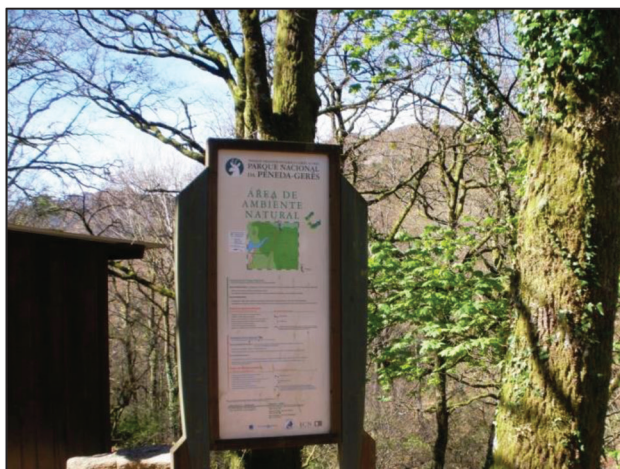
12); nove reservas naturais (Figura 13); duas paisagens protegidas (Figura 14) e sete monumentos naturais (Figura 15), no âmbito nacional; um parque natural regional; duas reservas naturais locais; duas paisagens protegidas regionais; quatro paisagens protegidas de âmbito regional/local; cinco paisagens protegidas locais, e uma área protegida privada.

A mais recente alteração normativa neste domínio – Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto – concretiza a participação dos órgãos municipais na gestão das áreas protegidas de importância nacional, através de um modelo participativo e colaborativo a implementar nas áreas protegidas de âmbito nacional até ao dia 1 de janeiro de 2021. A questão já constava da “Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030”, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7/05/2018, e teve como inspiração a experiência-piloto que decorreu no Parque Natural do Tejo Internacional. Com este diploma o Governo pretende reforçar a intervenção dos municípios na gestão das áreas protegidas, invocando o princípio da subsidiariedade e a política de descentralização plasmada no seu programa de ação (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais/Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), bem como envolver outras entidades relevantes (como, por exemplo, instituições de ensino superior e organizações não governamentais de ambiente) para a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos por esses estatutos de classificação.



Elaboração própria com base em ICNF (2020)

Figura 10. Mapa de distribuição geográfica das áreas protegidas da rede nacional em Portugal Continental (2020)



Fotografia: Autores

Figura 11. Parque Nacional da Peneda-Gerês (Portela de Leonte, 2015)



Fotografia: Autores

Figura 12. Parque Natural da Serra de São Mamede (Castelo de Vide, 2011)



Fotografia: Autores

Figura 13. Reserva Natural de Castro Marim (Castro Marim, 2016)



Fotografia: Autores

Figura 14. Paisagem Protegida da Serra do Açor (Arganil, 2017)



Fotografia: Autores

Figura 15. Monumento Natural das Portas de Ródão
(Vila Velha de Ródão, 2017)

Uma análise diacrónica coloca em evidência, como reconhece Mendigorri (2017:206), a respeito da Península Ibérica, o crescimento das áreas naturais protegidas, por via do impulso normativo, nas últimas três décadas, o que, por um lado, revela a influência de um novo paradigma ambiental e, por outro, traduz a “importância biogeográfica desta península no seu contexto territorial: equivale a 6% da Europa Ocidental, mas alberga cerca de 50% das espécies europeias de plantas e vertebrados terrestres, assim como 31% de endemismos de ambos os grupos”.

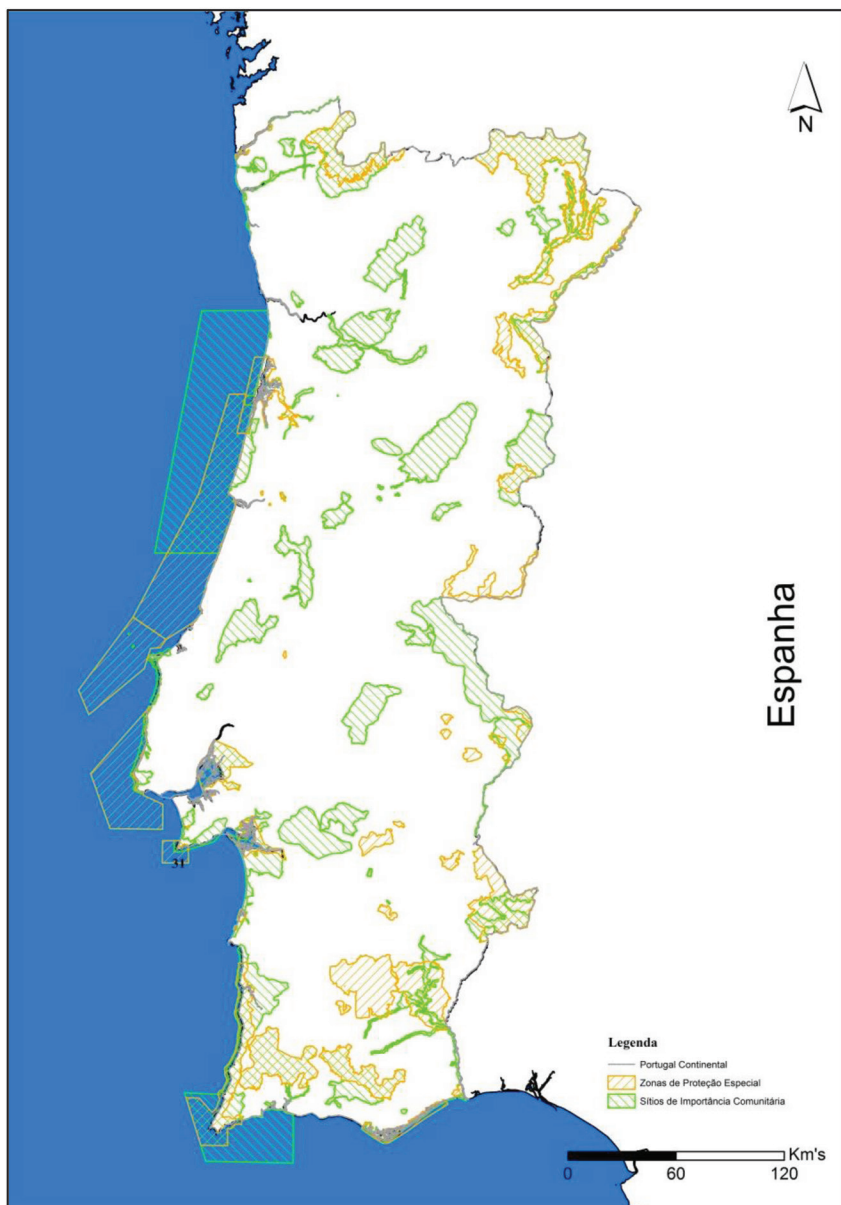
No caso de Portugal, os dados recolhidos e tratados pelo ICNF revelam um aumento do número de visitantes nas áreas protegidas: 215.327 visitas, em 2014; 296.799, em 2015; 341.747, em 2016; 518.178, em 2017; e cerca de 550.000 visitantes em 2018 (ICNF, 2019). “Estes números evidenciam o crescimento

acelerado da procura destas áreas e o valor acrescentado dos bens e serviços que têm génese nas áreas protegidas”, tal como refere a “Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade” (Diário da República, 1.ª série, n.º 87, 2018:1839).

Por outro lado, como resultado de compromissos internacionais assumidos por Portugal em diversas instâncias de relevo neste domínio, determinados sítios de elevado valor biológico e/ou cultural podem ser abrangidos, em parte ou totalmente, por outro tipo de estatuto de proteção/classificação como, por exemplo, Reservas da Biosfera, Reservas Biogenéticas, Sítios Ramsar ou Rede Natura 2000 (Figura 16).

Em síntese, as áreas protegidas incluem uma ampla diversidade de paisagens, modelos de gestão e estatutos/quadros normativos. Enquanto realidades dinâmicas e complexas importa encontrar soluções adequadas para conciliar tendências contrastantes como, por exemplo, a redução das atividades geoeconómicas primárias, a diminuição e o envelhecimento da população, o abandono do espaço rural (campos, bosques e estruturas edificadas) ou a procura crescente das “sociedades globais por alimentos, biomassa e proteção da natureza” (Schulp *et al.*, 2019:333).

Após esta primeira parte da reflexão, centrada nas dinâmicas e perspetivas de desenvolvimento em ambientes rurais e montanhosos, e na relevância atual das áreas protegidas (com integração de escalas), pretende-se, de seguida, apresentar o retrato territorial, com a localização e a caracterização geográfica da Serra da Lousã, bem como explicitar as qualidades e o potencial para a classificação e integração desta unidade de montanha da Cordilheira Central Portuguesa na Rede Nacional de Áreas Protegidas.



Elaboração própria com base em ICNF (2020)

Figura 16. Mapa de distribuição geográfica da Rede Natura 2000 em Portugal Continental (2020)

(Página deixada propositadamente em branco)

PARTE II

SERRA DA LOUSÁ: RETRATO TERRITORIAL

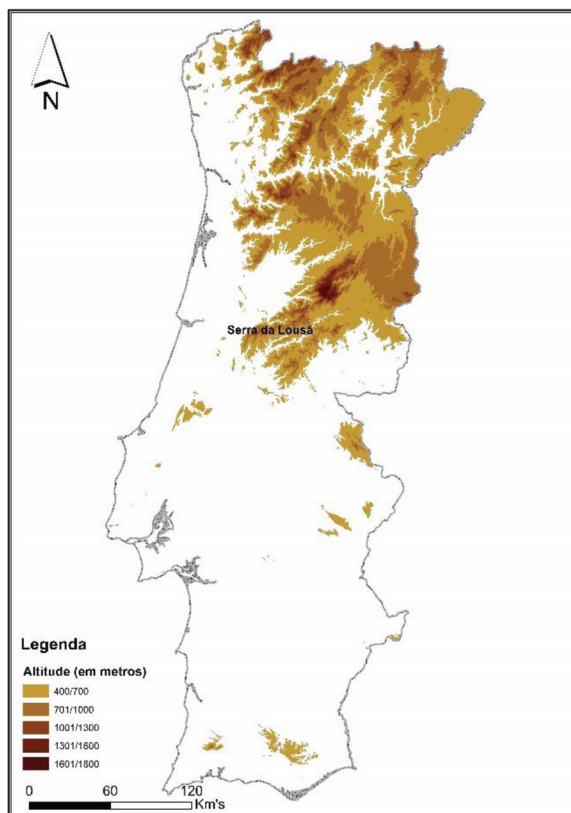
3. Localização e quadro institucional

A Serra da Lousá (Figura 17) está localizada na extremidade sudoeste da Cordilheira Central Ibérica e reparte-se, com diferente expressão ou dimensão territorial, pelos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousá, Miranda do Corvo, Penela e Pedrógão Grande (Carvalho, 2005), das atuais NUTS III de Coimbra e Leiria (Figura 18).

Com as serras do Açor, Caveiras e Estrela, a noroeste, e Alvelos, Muradal e Gardunha, a sudoeste, entre outras, configura uma grande unidade relevo no coração do Centro de Portugal, onde é difícil, pelo menos ao olhar de um observador comum, identificar elementos, com alguma segurança de critério, que permitam avaliar ou discorrer sobre a sua diferenciação interna. Com efeito, prevalece um padrão dominado por formas de relevo grandiosas (elevadas e inclinadas) sem que seja possível, em largas extensões de paisagem, reconhecer descontinuidades, o que levou o académico Adrião Forjaz de Sampaio, em 1838, por ocasião de uma visita (considerada a primeira viagem com intuito cultural e turístico) à Serra da Lousá, a utilizar a expressão “(...) montes levantados sobre montes, e cortados de infinitas gargantas e valeiros” (Sampaio, 1939:31) e, em momento mais próximo da atualidade (agosto de 1997), o historiador José Hermano Saraiva, a propósito de uma crónica televisiva sobre Góis¹, a

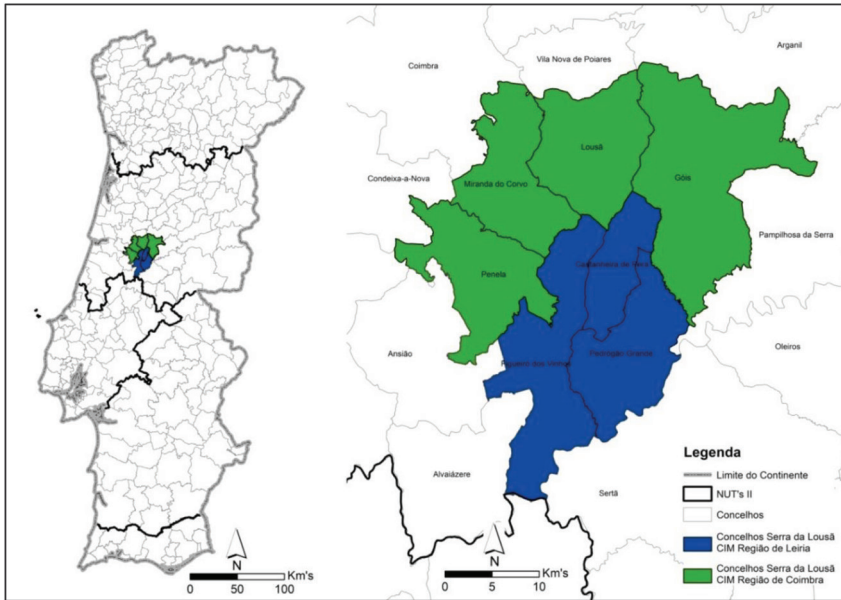
¹ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cronicas-serranas/> (1997-8-31); consulta a 29/10/2018.

tecer a seguinte consideração: “Não é uma serra são várias serras (...); isto é uma espécie de imbróglgio de montanhas”.



Elaboração própria a partir do Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 17. Mapa simplificado de localização da Serra da Lousã



Elaboração própria a partir do Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 18. Mapa de localização dos concelhos da Serra da Lousã

Contudo, uma análise mais cuidada, ao sabor do saber da geografia física (ou da geologia), permite identificar diversos contributos valiosos para o conhecimento científico, designadamente a geomorfologia da Serra da Lousã e unidades de relevo adjacentes. Autores como, por exemplo, Aristides de Amorim Girão, Pierre Birot, Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau, Maria Fernanda Alegria, Fernando Rebelo ou Luciano Lourenço, desenvolveram estudos, com diferente profundidade de análise, considerados fundamentais para explicitar a génese e evolução do relevo – bem como outros aspetos da ocupação e utilização do espaço. Deste leque de trabalhos, pela sua relevância para a área de estudo, importa destacar a tese de doutoramento de Luciano Lourenço², com o título

² Lourenço (1996) apresenta como principais unidades e subunidades morfoestruturais das serras de xisto do Centro de Portugal, as serras setentrionais (Serra da Lousã; Serra das Caveiras; Serra do Açor), o fosso do médio Zêzere (Superfície de Pedrógão; Serras do Médio Zêzere; Cristas

“Serras de Xisto do Centro de Portugal. Contributo para o seu conhecimento geomorfológico e geoecológico”³.

Aliás o acervo de publicações científicas sobre a Serra da Lousã em geral e a Lousã em particular é considerável, em diversas áreas do conhecimento como, por exemplo, geografia, história, sociologia, economia, geologia, biologia ou engenharia florestal, e no mesmo sentido seguiu a criação literária bem como outros domínios com tradução material em diversos suportes de informação ou divulgação territorial.

Da toponímia relacionada com a montanha, desde os meados do século XIV, sobressaem referências (registos em documentos) como Serra do Trevim, Serra da Lousã, Serra do Coentral, Altar de Trevim, Chã do Alhal ou Serra do Mouro, as mais antigas, e Serra de Góis, Serra do Espinhal, Serra de Vila Nova ou Serra de Miranda, as mais recentes, entre outras, o que deixa transparecer múltiplas denominações e até diferentes perceções locais da sua configuração geográfica, embora nos últimos anos, persistam sinais de uma acentuada convergência, a qual decorre da utilização do topónimo com maior visibilidade e reconhecimento no exterior: a Serra da Lousã.

No plano institucional os municípios da Serra da Lousã estão integrados em diferentes distritos (Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Penela, pertencem a Coimbra; Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, fazem parte de Leiria), comunidades intermunicipais (do mesmo modo que a distribuição anterior) e associações de desenvolvimento local (Lousã, Miranda do Corvo e Penela, na Dueceira, embora este último concelho para efeito de implementação de programas como o LEADER ou o PRODER apareça inte-

Quartzíticas), e as serras meridionais (Plataforma Degradada da Sertã; Serras de Alvelos - Cabeço Rainho; Serras das Mougueiras - Casinhas; Serras do Muradal – Pedragueira; Serras do Zibreiro – Maunça; Colinas de Almaceda). Como áreas marginais, a norte identifica a Plataforma Inclinada do Mondego; as Bacias de Lousã-Góis-Arganil e o Fosso do Alva); a nascente menciona a Serra da Estrela, a Cova da Beira e a Serra da Gardunha; a sul indica e Superfície de Castelo Branco, a Superfície Soerguida dos Montes da Senhora e a Bacia de Sarzedas; e a poente refere a Depressão Periférica e o Rebordo Montanhoso do Maciço Hespérico (xisto e quartzito).

³ Disponível em livro e *e-book*, desde julho de 2018, através da Imprensa da Universidade de Coimbra, com o título “Serras de Xisto da Cordilheira Central”.

grado nas Terras de Sicó; Góis, na Adiber; Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, na Pinhais do Zêzere).

O mel da Serra da Lousã, com Denominação de Origem Protegida desde 1994 (Despacho n.º 27/94, de 17 de janeiro), abrangendo os municípios de Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pedrógão Grande, Penela, Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares; a Lousãmel (Cooperativa Agrícola de Apicultores da Lousã e Concelhos Limítrofes); ou a Associação Empresarial Serra da Lousã (criada em 2014), com os municípios de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares, são exemplos de como outros motivos, designadamente a comercialização de um produto endógeno ou os interesses associativos, podem estruturar e desenhar uma geografia original (com continuidade espacial) centrada na Serra da Lousã.

A recente constituição da Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã, na sequência de compromissos assumidos pelos autarcas de Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Castanheira, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, nas “Conferências sobre a Serra da Lousã” (em 2013, 2014 e 2015, respetivamente), configura uma nova plataforma e abre horizontes promissores para estreitar a colaboração e aprofundar a cooperação estratégica dos referidos municípios na tarefa comum de gerir, de forma integrada e articulada, os recursos de um território de grande valor natural, cultural e paisagístico.

4. Geologia, geomorfologia, hidrologia e biogeografia

A Serra da Lousã (cujo ponto culminante ascende a 1205 metros de altitude, no Altar do Trevim) corresponde à extremidade ocidental da Cordilheira Central Ibérica e configura a primeira elevação relevante de uma sequência de relevos em escadaria que prosseguem no Açor (onde atinge 1342 e 1418 metros de altitude, em São Pedro do Açor e Cebola, respetivamente) e culminam na Estrela (a 1993 metros de altitude, na Torre) – tendo continuidade em Espanha, através das

serras de Gata, Gredos e Guadarrama, entre outras, onde atinge cerca de 2600 metros de altitude máxima. O Zêzere demarca a transição para o bloco sudeste da Cordilheira Central em Portugal, com o alinhamento Gardunha, Muradal e Alvelos, até fletir para sul, rumo ao Tejo.

O contexto geológico e geomorfológico regional é complexo pois revela diversas unidades morfoestruturais, em particular na bordadura norte e oeste da Serra da Lousã (Maciço Hespérico ou Maciço Antigo Ibérico), como a Bacia Sedimentar de Lousã-Arganil (Figura 19), o Rebordo Montanhoso do Maciço Antigo, a Depressão Periférica e a Orla Mesocenozóica.



Fotografia: Autores

Figura 19. Imagem parcial da Bacia e Serra da Lousã, a partir do miradouro do Cume (2016)

No contexto litológico domina o xisto (Complexo Xisto-Grauváquico das Beiras). Os conceituados académicos Amorim Girão e Raúl Miranda, por ocasião de “O Centenário Turístico da Serra da Lousã”, corria o ano de 1938, deixaram valiosos registos documentais sobre a geografia física e a geologia da Serra da Lousã, salientando, ambos, a idade precâmbrica e constituição xistosa – o que explica (...) “as formas predominantemente arredondadas e escavadas do seu

relevo, em visível contraste com o caprichoso recorte de algumas zonas graníticas vizinhas” (Girão, 1939:9).

Contudo, são os quartzitos e os granitos que desvendam os traços de relevo mais vigorosos e as paisagens de maior singularidade da Serra da Lousã: por um lado, como marcos ou sentinelas, a delimitar as extremidades ocidental e oriental, emergem as cristas quartzíticas do Pico do Espinhal (853 metros) e dos Penedos de Góis (1048 metros), respetivamente; por outro, o granito, ocupa uma pequena mancha paisagística no contacto entre Vila Nova e Espinhal, e assume maior expressão no coração da montanha, junto ao Coentral Grande, onde sobressai a ribeira das Quelhas.

No caso dos Penedos de Góis (Figura 20), trata-se de um alinhamento quartzítico “de idade ordovícica (com cerca de 480 milhões de anos)” (Lourenço, 1999:35), de direção NW-SE, ou seja, de forma perpendicular “à orientação geral das formas de relevo das Serras de Xisto, de NE-SW” (*Idem, ibidem*), de maior amplitude regional com pontos de referência nas serras do Buçaco, Atalhada, São Pedro Dias/Alveite e ainda no Cerro da Senhora da Candosa (local da conhecida epigenia do rio Ceira). A sua imponência no contexto da Serra da Lousã está marcada no desnível muito acentuado do relevo, com escarpas, nas linhas e quedas de água impetuosas e ainda na vegetação reliquial que permanece em locais de difícil acesso.

De acordo com a proposta de Lourenço (1996:145), “os Penedos de Góis são delimitados, a Norte, pelo vale da ribeira da Ponte do Sótão, a qual explora a falha que soergue a crista. Sensivelmente a meio do afloramento, são, ainda, franqueados pela ribeira da Pena, a qual, para o efeito, aproveita o acidente que levanta a Serra do Penedo, a Sul”.



Fotografia: Autores

Figura 20. Vista dos Penedos de Góis, a partir da Aigra Velha (2017)

Como referem Alves, Cordeiro e Carvalho (2015:97), “A singularidade e importância dos Penedos de Góis são atestadas, entre outros, pela sua elevada importância nos domínios paleontológico, tectónico-estrutural, geomorfológico e paisagístico, o que justifica a sua classificação como Monumento Natural”, na sequência do relatório apresentado ao município de Góis (e da realização de um evento alusivo ao assunto), no dia 2 de dezembro de 2012, com o título “Os Penedos de Góis – Geomorfologia, Geologia e Paisagem: a importância de classificar o Património Natural”, da autoria de Luiz Alves e Bruna Cordeiro.

Para Alves (2014:132), “Um dos elementos que expressa essa singularidade e importância de valorização e de conservação do património natural que encerra os Penedos de Góis são as icnofáceis, que podem definir-se como um conjunto de pistas e marcas associadas num dado sedimento e suscetível de fornecer informação de cariz paleoambiental, as quais são classificadas de acordo com o icnofóssil mais frequente e característico. Dos vários tipos de icnofácies existentes foram identificadas dois tipos nos Penedos de Góis: *Scolithus* e *Cruziana*, sendo a última aquela que apresenta maior representação na referida área”.

Esta relevância foi antevista pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia⁴, ao considerar os Penedos de Góis como um sítio de interesse regional, destacando o seu interesse e importância a vários níveis (conforme referido) e recomendar “(...) como medidas de proteção, a “Preservação do enquadramento paisagístico”, propondo a classificação como “Área de Paisagem Protegida” (Alves, Cordeiro e Carvalho, 2015:111).

Segundo Rola *et al.* (2014:1371), “O Granito do Coentral (...) ocupa uma área aproximada de 6 km². Apresenta forma grosseiramente elíptica, alongada na direção N-S. Para leste, encontra-se circunscrito por uma falha N-S, sub-vertical (Gomes *et al.*, 1991). Dados gravimétricos revelam maior desenvolvimento em profundidade, aproximadamente 9 a 10 km, prolongando-se para leste (Machadinho *et al.*, 2010). A auréola de metamorfismo de contacto prolonga-se essencialmente para oeste e sul e é constituída por filitos e metagrauvaques mosqueados, com porfirobastos de cordierite e andaluzite, e por corneanas (Gomes, 1990). Para leste, está condicionada a uma pequena faixa, devido a um sistema de falhas norteadas, com abatimento do bloco E e movimentação direita, relacionadas com a 2ª fase varisca (Gomes *et al.*, 1991; Soares *et al.*, 2007; Machadinho *et al.*, 2010)”.

Se no setor meridional existe uma certa continuidade das linhas de relevo, é a bordadura setentrional que corresponde ao contraste paisagístico (decorrente do declive) mais acentuado. Para quem viaja a partir de Condeixa ou Coimbra e utiliza as estradas nacionais 342 (em particular no setor entre Vila Seca e Lamas), 110 (na proximidade de Almalaguês e Rio de Galinhas) ou 236 (sobretudo após a ponte nova sobre o rio Ceira, na variante a Foz de Arouce) é evidente a elevação brusca da montanha em toda a sua extensão, destacando-se do alvéolo tectónico Lousã-Arganil, onde, por sua vez, persistem diferentes formas de relevo (pequenas e médias elevações) e litologias (afloramentos de séries detríticas finas, com arenitos, areias, argilas e cascalheiras heterométricas,

⁴ “Na sua página na internet, o LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia), apresenta uma série de fichas com as principais características de vários Geo-Sítios, ou seja, um inventário de sítios com interesse geológico” (Alves e Cordeiro, 2012:154).

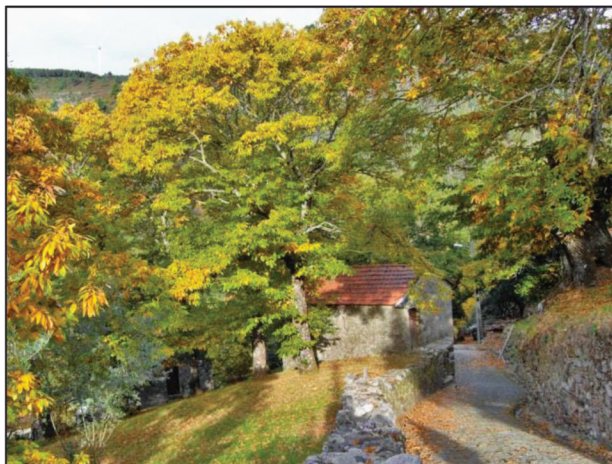
ou grosseiras, com fácies fluviais e *ranã*). Como sublinhava o Professor Doutor Fernando Rebelo, nas suas notáveis aulas de Geografia Física de Portugal, é necessário considerar fatores estruturais para explicar uma separação brusca de terrenos; no caso em análise é “(...) o acidente tectónico tardi-hercínico de Ourense – Bacia da Lousã” (Rebelo, 2013:93). A diferença de altimetria na ascensão à montanha, desde a Lousã até ao primeiro nível aplanado (a mais de 900 metros de altitude), na Catraia da “Ti Joaquina”, é uma oportunidade para vislumbrar os relevos que a norte, nascente e poente fecham a referida depressão sedimentar, designadamente (de forma total ou parcial) as serras de Sicó, Condeixa, Buçaco e Caramulo – sem esquecer a primeira linha de elevações como o Senhor da Serra, Carvalho, Atalhada, Sacões e Santa Quitéria. Os grandes mastros da Serra da Lousã (Trevim e Santo António da Neve), a cerca de 1200 metros de altitude, rasgam horizontes de maior amplitude, desde o estuário do Mondego e linha de costa na Figueira da Foz, passando pela Torre (Serra da Estrela), até aos confins da Beira Baixa ou do Norte Alentejano, entre outros.

Em relação ao clima, importa referir o estudo climático da Serra da Lousã e do Cantão das Hortas integrado na tese de doutoramento de Maria Emília Pinto da Costa. Com base nos dados da estação meteorológica da Lousã/Boavista e dos postos udométricos da Lousã/Serra, Lousã/Mondego, Louçainhas/Outeiro e Louçainhas/Simonte, a autora verificou o aumento da precipitação anual (com valores no intervalo de 1000 a 1500 mm) em função da altitude, cenário extensível ao número médio de dias com precipitação, com “os meses mais chuvosos no período de Novembro a Março, geralmente com máximos em Dezembro e Janeiro (Costa, 1992, citado por Carvalho, 1999:36). Quanto à temperatura, o valor médio anual da estação da Lousã/Boavista foi de 13,4°C e a “amplitude térmica rondou os 12° C, sendo provavelmente maior na Serra”. Os meses mais frios foram os de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, com médias mensais de 8-9°C, atingindo nestes meses mínimas inferiores a -5° C; os meses mais quentes foram os de Julho e Agosto, com máximas superiores a 37° C” (Costa, 1992:43).

A rede hidrográfica é um espelho da dicotomia Mondego-Zêzere (já referida), com dois sentidos principais de drenagem: a norte, os rios Arouce, Dueça

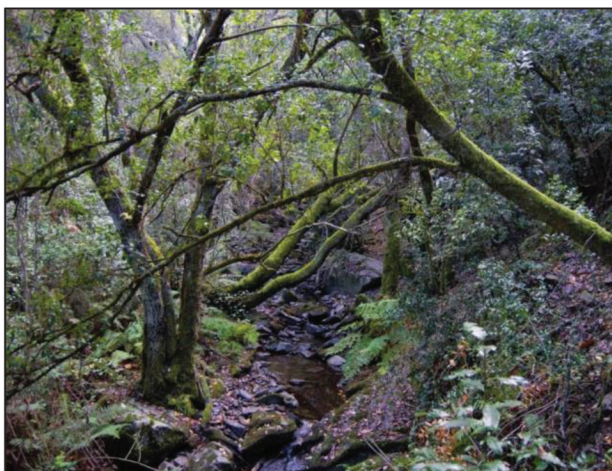
(com uma parte da sua bacia na Serra da Lousã) e Sótão, alimentam o Ceira e, por conseguinte, o Mondego; a sul, as ribeiras de Alge, Pera e Mega, entregam as suas águas ao Zêzere e, reflete, de igual modo, as características climáticas da região (Dias e Rebelo, 1985). Nos andares mais elevados e até ao nível dos 400-500 metros, uma rede organizada de pequenas linhas de água, sobretudo entre outubro e maio, anima a paisagem sonora e constitui uma das marcas diferenciadoras da montanha. As enormes torrentes que outrora se geravam nas cabeceiras, quando a vegetação escasseava e os solos estavam reduzidos a níveis mínimos históricos, e tudo arrastavam à sua passagem até atingir as terras baixas (onde, com frequência, deixavam um rasto de destruição), deram lugar, na sequência de intervenções de regularização hidráulica, as quais assumiram relevância com a reforestação estatal dos baldios, a uma nova realidade, principalmente onde a ação destruidora do fogo não deixou a sua marca no último meio século.

Quanto à vegetação, permanecem na montanha povoamentos significativos de castanheiro (*Castanea sativa* – Figura 21), carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), carvalho-português (*Quercus faginea*), sobreiro (*Quercus suber*) ou medronheiro (*Arbutus unedo*), pequenos núcleos de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), azinheira (*Quercus ilex*), azevinho (*Ilex aquifolium*), aderno (*Phillyrea latifolia*), azereiro (*Prunus lusitanica*), loureiro (*Laurus nobilis*) e também espécies ripícolas como o salgueiro (*Salix alba*), o freixo (*Fraxinus angustifolia*) ou o amieiro (*Alnus glutinosa*), entre outras. A distribuição geográfica das folhosas nativas, assumindo, em certos casos, uma dimensão reliquial, é apenas visível, em escala real, através de incursões pedestres a recantos inacessíveis a outros meios de locomoção como, por exemplo, em alguns setores das ribeiras (ou pequenos afluentes) de Pera (Cavalete, Coentral e Quelhas), Alge (Porto Espinho e Singral), Espinho (Conde, Cova de Alvar e Carvalhal – Figura 22), Fórnea, São João (Hortas, Vergada, Catarredor, Candal e Cerdeira), Mouro (Horta Velha e Aigra), Maior (Franco) e Pena (Meda e Porto da Carvalha), os quais, apesar das dificuldades de acesso compensam sempre em admiração e êxtase quem a eles consegue chegar para contemplar a natureza ou viver experiências de grande valor simbólico.



Fotografia: Autores

Figura 21. Castanheiros no Coentral Grande (2017)



Fotografia: Autores

Figura 22. Vegetação autóctone na Ribeira de Espinho (2018)

Da intervenção dos Serviços Florestais, mediante a submissão parcial de vastas áreas de baldios ao regime florestal, resultou neste particular valor acrescentado através de espécies como o castanheiro (*Castanea sativa*), carvalho-roble (*Quercus robur*), cedro-do-atlas (*Cedrus atlantica* – Figura 23), cipreste-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*), carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*), pinheiro-larício (*Pinus nigra*), pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*), camecíparris (*Chamaecyparis lawsoniana*), bétulas (*Betula celtiberica* e *Betula pubescens*), faia (*Fagus sylvatica*), entre outras, ainda com importante representação na montanha, designadamente em parte ou na totalidade dos antigos cantões de Hortas, Estoirão (setor superior), Porto Espinho, Trevim e Cova das Malhadas. Em Neve-Safra-Carriçal ou nos troços médio e superior da ribeira de Alge, os sinais desse tempo permanecem menos evidentes, em larga medida o resultado direto dos incêndios florestais e do desinvestimento crónico do Estado, pelo menos nas últimas décadas, em matéria de reflorestação e valorização de espaços de vocação florestal ainda com potencial produtivo mas que permanecem (na sua esmagadora maioria) desarborezados.



Fotografia: Autores

Figura 23. Cedro-do-Atlas (e outras resinosas) no Porto Espinho (2018)

A entrada e difusão no território, talvez no primeiro quartel do século XX, de plantas invasoras, como as acácias (mimosas, austrálias, espigas...) –, a par de outras espécies como, por exemplo, os ailantos (*Ailanthus altissima*) ou as háqueas-espinhosas (*Hakea sericea*) –, com o propósito principal de estabilização de taludes, fixação de margens de linhas de água, valorização cénica e/ou criação de condições de ensombramento junto às bermas de estradas ou caminhos rurais/florestais, criou problemas significativos nos ecossistemas⁵. As mimosas (*Acacia dealbata*) representam o maior problema de invasão biológica na Serra da Lousã.

Na atualidade, a distribuição geográfica de *Acacia dealbata* inclui diversos setores de contacto entre a Bacia Sedimentar de Lousã-Arganil e o Maciço Antigo ou integrados neste último, como é o caso de uma área delimitada, de modo genérico, pelas ribeiras de Vilarinho e da Fórnea, a qual, com diferente expressão, inclui de forma parcial a estrada nacional 236 e a estrada das Hortas, ou ainda uma área que acompanha a estrada nacional 342, de forma mais evidente desde a Boavista até à Portela de Góis (onde avança em direção a Góis/Arganil e Pampilhosa da Serra), com incursão para a Comareira e Aigra Nova (onde é visível também a expansão desta espécie invasora no setor setentrional da Lomba do Mouro – Figura 24), entre outros.

⁵ O problema não é exclusivo da Serra da Lousã, pois há registo de ocorrência destas espécies consideradas invasoras em diversas regiões do país: Alto Minho (em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês), Alto Douro, Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Oeste, Beira Baixa, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Algarve, entre outras.



Fotografia: Autores

Figura 24. Acácia-mimosa no setor setentrional da Lomba do Mouro (2016)

Dois trabalhos recentes de investigação, no contexto de cursos de mestrado em geografia física (ambiente e ordenamento do território) e biodiversidade e biotecnologia vegetal, respetivamente, acrescentam dados relevantes ao conhecimento científico sobre esta problemática na Serra da Lousã. Jorge Costa estudou a evolução da distribuição das espécies *Acacia dealbata* e *Acacia melanoxylon*, no período de 1965 a 2011, na bacia do rio Arouce, e concluiu que a ocupação do solo revelou um aumento significativo no último meio século, “passando de 55ha para 936ha, entre 1960 e 2011” (Costa, 2014:vi). Bruna Cordeiro analisou a perceção social sobre biodiversidade e plantas invasoras, utilizando como área de estudo “(...) o percurso pedestre PR1 GOI na Serra da Lousã e dois públicos-alvo: pedestrianistas (que têm um contacto superior com estas duas temáticas ao realizar o percurso) e público em geral” (Cordeiro, 2017:xiii), tendo concluído que “(...) na área de estudo a mimosa ocupa cerca de 8% enquanto espécie dominante (...) sobretudo na proximidade de vias de comunicação, linhas de água e monoculturas florestais” (Cordeiro, 2017:46).

Ao mesmo tempo, existem áreas de propagação, de menor dimensão ou em alguns casos de forma isolada, mas nem por isso causam menos preocupação,

em diversos locais da Serra da Lousã, sem intervenção (ou resultados efetivos) por parte dos proprietários ou das entidades com competência nesta matéria, como acontece na ribeira de São João a montante da central hidroelétrica da Ermida, ribeira do Talasnal, ribeira do Candal, Gondramaz, Coentrais, cabeceiras da ribeira de Alge, estrada de Vila Nova para as “serrinhas”, Louçainha ou mesmo no interior dos perímetros florestais (Hortas, Estoirão, Trevim, Cova das Malhadas), entre muitos outros locais. A realidade atual ultrapassa em larga medida esta tentativa de explicitação de um problema cada vez mais grave e incontrolável, pois estas espécies estão distribuídas por (quase) todas as paisagens (rurais, periurbanas e urbanas), quer na área de estudo, em particular, quer no conjunto do país, em geral.

Na Bacia Sedimentar de Lousã-Arganil a acácia-mimosa (e outras espécies do mesmo género: acácia-austrália e acácia-das-espigas) ocupam uma área também crescente, com destaque para o Arneiro, Alto do Padrão, Vale Salgueiro e espaços rurais/florestais no alinhamento da antiga estrada real desde o Padrão até Foz de Arouce. O mesmo problema acontece no setor desde Vilarinho até Serpins, daí até Vila Nova do Ceira, e ainda na subida para Sacões, onde coincide com o limite dos concelhos (Lousã e Góis), sem que tenha sido possível evitar a entrada e propagação destas espécies na Mata do Sobral (o que se agravou após os dois últimos grandes incêndios: 1990 e 2017, respetivamente). Aliás, para além do abandono dos espaços rurais e florestais, essa é uma das principais causas do problema em análise – as sementes permanecem em boa condição durante longos anos e as temperaturas elevadas e a posterior entrada de luz no solo favorecem a sua germinação e propagação⁶ – sem esquecer a “(...) ausência de pragas ou competidores naturais que as limitem” (Cordeiro, 2017:50).

Importa explicar que a Mata do Sobral, localizada na freguesia de Serpins (concelho da Lousã), é considerada uma relíquia da vegetação natural da região Centro antes da intervenção humana. O último século do seu percurso histó-

⁶ Em estudo que decorre na Mata do Sobral, com base em parcelas (áreas-amostra) com boas condições de luz, concluímos, nove meses após o grande incêndio de outubro de 2017, que nasceram cerca de 70 a 100 pés de *Acacia dealbata* por cada metro quadrado de terreno afetado pelo fogo, com uma dimensão média de 70 cm de altura (Alves, Cordeiro e Carvalho, 2018).

rico foi marcado pela intervenção do Estado (pedido de submissão da Mata ao Regime Florestal, em 1909 – a par das Matas do Braçal e da Cabeça Gorda), a qual conduziu à valorização do revestimento vegetal e melhoria da circulação/ acesso, entre outros. Nas últimas três décadas, em função de alterações orgânicas na tutela e mudanças sucessivas de políticas setoriais, a Mata do Sobral teve uma gestão cada vez menos ativa e eficiente (apesar de partilhada entre o atual ICNF e a Junta de Freguesia de Serpins), o que coincidiu com a ocorrência dos referidos grandes incêndios. Contudo, em 2000, a Mata foi incluída (de forma parcial) no sítio “Serra da Lousã – código PTCO0060” da Rede Natura 2000.

A capacidade de regeneração natural desta Mata decorre do tipo de vegetação que a compõe, em particular sobreiros (*Quercus suber*) e medronheiros (*Arbutus unedo*), para além de outras espécies nativas como, por exemplo, pilriteiros (*Crataegus monogyna*) e adernos (*Phillyrea latifolia*).

Antes do incêndio que ocorreu em meados de outubro de 2017, o município da Lousã (em colaboração com outras entidades, das quais destacamos a Junta de Freguesia de Serpins e a Universidade de Coimbra), concebeu e obteve aprovação de uma candidatura no âmbito do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), com o apoio financeiro da União Europeia e do Estado Português, para realizar as seguintes ações na Mata do Sobral: prevenção, controlo e erradicação de espécies invasoras; valorização dos habitats naturais; promoção de educação ambiental; introdução de estruturas recreativas e turísticas, designadamente a marcação de um percurso pedestre e ciclável. Pretendia-se que a iniciativa fosse considerada exemplar e com possibilidade de aplicação dos resultados em outras áreas afetadas pelo mesmo problema.

Após o referido incêndio foi necessário reformular e submeter a nova apreciação superior o projeto de candidatura, de que resultou, já em 2018, a aprovação de um renovado quadro de ação, do qual importa destacar dois domínios:

1. Iniciativas de educação ambiental centradas na floresta nativa (interpretação; plantação) e nas plantas invasoras lenhosas (deteção, controlo e erradicação);
2. Instalação de uma rede planeada de *geocaching* associada à flora, segundo um traçado que pode ser utilizado em diversas ações de educação ambiental a desen-

volver no território, o que permitirá acompanhar a evolução do renascimento da Mata, com distintos públicos-alvo (residentes e visitantes). A concretização do calendário (desenvolvimento das ações) de educação ambiental e divulgação científica está a ser assegurada por investigadores e docentes da Universidade de Coimbra, com o intuito de proporcionar o contacto direto com especialistas, técnicas e metodologias de trabalho que configuram visões diferenciadas sobre as dinâmicas e temáticas referidas anteriormente.

Outro problema significativo é a expansão da área ocupada por eucalipto⁷, a qual assume maior expressão no setor meridional da Serra da Lousã, onde forma manchas contínuas muito significativas, designadamente nas freguesias de Alvares (Góis), Espinhal (Penela), Campelo (Figueiró dos Vinhos) e na antiga freguesia de Castanheira de Pera, o que corresponde, de certa forma, ao limite setentrional de um enorme espaço de monocultura que a nascente da A13, desde a proximidade de Tomar, avança até às imediações de Coimbra, com larga incursão no IC8 (Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Sertã) até Proença-a-Nova. Na área de estudo, após os incêndios de 2017, ficou mais evidente a linha de fronteira, como acontece em Castanheira de Pera, onde a norte da vila permanece a vegetação autóctone ou naturalizada de maior relevo, e a sul, nascente e poente da sede de concelho (e demais territórios afetados) já começou a regeneração, para já visível em eucaliptos e espécies invasoras, do conjunto das árvores queimadas.

De igual modo, é notório, na sequência dos grandes incêndios florestais (pelo menos desde os anos 70 do século XX), o aumento da área sem vegetação arbórea sobretudo nos setores de maior altitude da Serra da Lousã, com destaque para as áreas localizadas a sudeste da Ortiga (até ao Trevim), a poente e sobretudo a sul da Catraia (até aos paralelos da Relva de Tábuas ou do Cabril), a sul do Planalto da Neve, incluindo Safra, e em larga medida no limite de

⁷ Até ao presente as plantações desta espécie não estão condicionadas ou vinculadas a critérios reguladores em matéria de qualificação dos solos rurais com vocação florestal, uma vez que não constam dos planos diretores municipais, o que resulta em anarquia e caos na ocupação do solo e na transformação da paisagem, com prejuízos elevados e difíceis de mitigar, pois não só contribuem para o desaparecimento de espécies autóctones de reconhecido interesse ambiental e paisagístico, como ocupam, por vezes, solos em áreas protegidas/classificadas.

Castanheira de Pera (até atingir a estrada que segue para o Camelo), sem que sejam desenvolvidos trabalhos de reflorestação no espaço público ou submetido ao regime florestal, tal como o abate indiscriminado de árvores ou arbustos de possível interesse público, com dezenas ou centenas de anos, mas sem estatuto de proteção efetivo (carvalhos, castanheiros, medronheiros, adernos, azereiros, pinheiros mansos, entre outros), são também motivo de grande preocupação quanto ao futuro biogeográfico (e ambiental) da Serra da Lousã, e, ao mesmo tempo, colocam em evidência a necessidade de intervenção urgente (uma vez que está em causa o interesse público) por parte de entidades com responsabilidade nesta matéria, nomeadamente o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

No que concerne à fauna, a rã-ibérica (*Rana iberica*) – Figura 25 – e a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitânica*) estão entre as espécies mais importantes da Serra da Lousã, a qual, pelas características referidas, alberga também outras espécies nativas como, por exemplo, o esquilo (*Sciurus vulgaris*), a raposa (*Vulpes vulpes*), o texugo (*Meles meles*), a gineta (*Genetta genetta*), o guarda-rios (*Alcedo atthis*), o melro (*Turdus merula*), as borboletas (Figura 26) e espécies que foram objeto de reintrodução como o javali (*Sus scrofa*), o veado (*Cervus elaphus*) e o corço (*Capreolus capreolus*).



Fotografia: Autores

Figura 25. Rã-ibérica (*Rana iberica*), na ribeira de Cavalete (2017)



Fotografia: Autores

Figura 26. Borboleta (*Clossiana titania*), na Comareira (2017)

A contagem de veados na Serra da Lousã, realizada entre março de 2013 e junho de 2014, permite estimar que o número de efetivos é superior a três milhares, o que representa uma evolução bastante positiva. Com efeito, em menos de duas décadas (desde março de 1995, quando foram libertados os primeiros exemplares), o número de animais em estado selvagem passou de algumas dezenas (96, no período 1995-1999) para mais de 3.000 (Valente *et al.*, 2017), ao mesmo tempo que a área ocupada pela população de veados é cada vez maior (superior a 90 mil ha) e as perspetivas apontam para que, em poucas décadas, possa atingir a Serra da Estrela (Sequeira, 2017). Este crescimento abriu espaço a atividades como a caça (tal como acontece com os javalis) e a observação dos animais no período da brama, as quais são nichos de mercado cada vez mais importantes, mas não está isento de conflitos designadamente os que decorrem dos prejuízos provocados por esses animais nas culturas agrícolas e silvícolas.

Nunca é demais sublinhar que o suporte para a permanência de uma parte significativa da fauna na Serra da Lousã, corresponde aos mosaicos de vegetação (folhosas, resinosas e mistos) e pequenos espaços de agricultura, como os que ocorrem em antigas aldeias, cantões florestais e outros trechos de paisagem de igual qualidade e relevância.

O elevado número de incêndios e sobretudo a extensa área ardida, com destaque para o ano de 2017 pois afetou de forma significativa sítios protegidos/classificados como o Parque Natural da Serra da Estrela, a Paisagem Protegida da Serra do Açor, o Complexo do Açor (Mata da Margaraça, Fajão, São Pedro do Açor e Cebola), a Paisagem Protegida da Serra da Gardunha, entre outros, faz sobressair o Sítio Serra da Lousã (Rede Natura 2000 – que será objeto de análise detalhada na Parte III deste trabalho) como um dos mais importantes da região no que diz respeito às espécies reliquiais, monumentais, notáveis e, também, quanto à biodiversidade (e geodiversidade).

5. Demografia e economia

5.1. Povoamento e população

Os tempos pré e proto-históricos correspondem a um número restrito de vestígios ou evidências da ocupação humana na região, como estruturas funerárias (“mamoas”), descobertas por ocasião dos trabalhos arqueológicos no âmbito do estudo de impacte ambiental para a instalação de parques eólicos⁸, em 2002, na Lomba Chã e Cabeço da Aigra (Góis), em 2004, na proximidade do marco geodésico da Safra⁹ (Coentral), em 2007/8, nos sítios de Lomba da Tarrastreia e Penedinho Branco/Alto do Marco (Vila Nova¹⁰, Miranda do Corvo), e em 2007 e 2011, no Lomba da Tarrastreia e Viso do Esporão (Campelo, Figueiró dos Vinhos); gravuras rupestres, como a “Pedra Letreira” (Figura 27), em local

⁸ Em Góis, no primeiro semestre de 2000, “foram identificados 12 sítios com interesse arqueológico durante os trabalhos de prospecção e acompanhamento arqueológico” da área “a ocupar pelo Parque Eólico de Cadafaz e Cadafaz II”, conforme informação consultada no sítio da internet: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=projectos.resultados&subsid=47366&vt=160805>, a 23 de dezembro de 2018.

⁹ Ferreira (2018:14) explica que “(...) a descoberta desses vestígios tinha ocorrido em 2001, quando foram realizados os estudos de avaliação do projeto para o estabelecimento da Ligação Rodoviária entre Castanheira de Pera e Góis”.

¹⁰ Resultados disponíveis em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>; consulta a 18 de dezembro de 2018.

contíguo à Portela do Vento (Alvares, Góis); fragmentos líticos no Monte da Nossa Senhora dos Milagres, Penedo do Granada e Cabeço da Cotovia, em Pedrógão Grande (Santos, 1998), e no vale do Ceira junto a Casal de Ermio, Serpins e Foz de Arouce (Paiva, 2009).



Fotografia: Autores

Figura 27. Base litológica da “Pedra Letreira” (2018)

O período romano está associado a diversos registos da presença do ser humano no território, quer na montanha, como é o caso das minas da Escádia Grande¹¹ (Alvares, Góis), quer na bacia sedimentar, depressão periférica ou

¹¹ Como nota Carvalho (1996:46), “Os trabalhos preparatórios de reconhecimento e de exploração e a entrada do jazigo em lavra activa suscitaram desde logo o interesse dos investigadores”. Carlos Teixeira, no artigo “Minas romanas na Serra da Lousã”, publicado em 1946 nos *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* (volume 10 (3-4), a páginas 243-247), “apresenta um contributo para o conhecimento da arqueologia mineira romana ao descrever três das lucernas então descobertas”. Alberto Cerveira, através do texto “Notas sobre as Minas de Ouro da Serra da Lousã”, inserido no *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal* (1947, volume 6 (3), a páginas 245-254), dedicou especial atenção à “descrição das características minerais do jazigo e as fases da sua formação”.

O texto de João de Castro Nunes, intitulado “Materiais arqueológicos do concelho de Góis. II – Nova ara dedicada a ILVRBEDA” e publicado no *Arquivo Histórico de Góis*, em 1957, a páginas 208-212, assinala a descoberta de fragmentos vários de cerâmica romana, e de duas aras

outras subunidades morfoestruturais, como, por exemplo, nos atuais perímetros urbanos das vilas da Lousã¹², Serpins e Pedrógão Grande¹³, ou na proximidade de Lamas¹⁴ (Miranda do Corvo).

Destes primeiros vestígios da ocupação humana, apenas a “Pedra Letreira”¹⁵ mereceu o reconhecimento superior do seu valor cultural, com a atribuição da classificação como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 67/97, de 31 de dezembro, publicado no Diário da República, I Série-B, n.º 301, 31/12/1997, p. 6894) – embora apresente más condições de conservação, alterações comprometedoras ao nível da ocupação do solo no contacto e na envolvente (Figura 27), ausência de sinalética direcional e falta de informação no local. Os restantes, na ausência de uma forma específica de proteção/valorização, integram exposições de peças em ambiente museológico ou permanecem *in situ*.

votivas, na Cova dos Ladrões (Alto das Cabeçadas, Alvares, Góis), por ocasião de trabalhos de desentulhamento de um poço de mina aí realizado no início dos anos 50, consagrando o artigo ao estudo de uma delas, entretanto guardada no Museu de Arganil.

¹² Nomeadamente nas atuais artérias Avenida Coelho da Gama e Rua Sacadura Cabral. Nesta última, em 2003, por ocasião de trabalhos arqueológicos, pela primeira vez, foram identificadas “estruturas de habitação do período romano no interior da vila da Lousã”, para além de espólio diverso da mesma origem (conforme informação disponível em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos.resultados&subsid=2703884&vs=53792>; consulta a 23 de dezembro de 2018).

Lemos (1951), na sua monografia sobre a Lousã, já dava conta de diversos materiais desse período na Lousã e Serpins.

¹³ Resultados disponíveis em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>; consulta a 18 de dezembro de 2018.

¹⁴ Na Eira Velha foi encontrado “um habitat de cronologia romana associado a 3 vias calcetadas”, identificado como uma malaposta, com “fragmentos de cerâmica comum, de cerâmicas de construção e escória de ferro”, por ocasião dos trabalhos arqueológicos associados à autoestrada A13, entre Coimbra e Tomar (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=156502>; consulta a 21 de dezembro de 2018).

¹⁵ A informação (ficha) disponível em www.monumentos.gov.pt, dá conta do seguinte: “Sítio pré e proto-histórico. Arte rupestre. Gravuras rupestres ao ar livre. Afloramento rochoso com gravuras rupestres insculptadas de temática idolíforme, escutiforme e com armas. Possui alguma importância dentro do panorama da Arte Rupestre Peninsular, nomeadamente com os petróglifos de Azabal e Puerto del Gamo, na província de Cáceres”. (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1270; consulta a 28/11/2018).

Em 1998, a Câmara Municipal de Góis editou (reimpressão integral) o texto de João de Castro Nunes, A. Nunes Pereira e A. Melão Barros, com o título “A Pedra Letreira” (resultado de uma comunicação apresentada ao I Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em Lisboa, de 15 a 20 de dezembro de 1958).

O registo da atividade humana é tardio e está sobretudo relacionado com os períodos da reconquista cristã, formação e consolidação da nacionalidade, quando foi necessário (re)povoar e defender os territórios. Figuras notáveis, em geral de ascendência nobre, instituições influentes como as ordens religiosas e militares, ou a própria sociedade, receberam de monarcas ou de outros poderosos de então, vastas extensões de território, com direitos e deveres consagrados em letra de forma, para administrar de forma direta.

Desse tempo, são os castelos e outras estruturas militares para defesa de Coimbra e apoio ao avanço da reconquista rumo a sul, de que restam no presente, embora com alterações arquitetónicas posteriores mais ou menos significativas e em diferente estado de conservação, os castelos de Germanelo, Penela e Arouce (Lousá – Figura 28), bem como alguns vestígios do castelo de Miranda do Corvo¹⁶ no Alto do Calvário.



Fotografia: Autores

Figura 28. Castelo da Lousá (2019)

¹⁶ As escavações arqueológicas realizadas no Alto do Calvário, por ocasião da requalificação desse espaço (com a recuperação da cisterna e de uma torre de origem medieval), entre maio de 2011 e março de 2012, no âmbito do projeto da Rede Urbana dos Castelos e Muralhas do Mondego, colocaram em evidência uma necrópole de sepultadas escavadas na rocha, datada dos séculos XI-XII (Santos, 2013), entre outros vestígios.

O “Inventário Artístico de Portugal”, no volume atinente ao distrito de Coimbra, assinala que a primeira referência ao castelo de Miranda do Corvo “(...) é a do assédio e tomada pelos muçulmanos em 1116” (Correia e Gonçalves, 1952:117).

Os primeiros forais, atribuídos por D. Afonso Henriques, apontam no mesmo sentido: Miranda do Corvo (1136), Penela (1137) e Lousã (1151). No setor meridional da montanha, as primeiras referências a lugares em documentos desta natureza, ou seja, com poder para estabelecer normas jurídicas, económicas, administrativas e militares, são mais tardias: Pedrógão Grande recebeu a sua primeira carta de foral em 1206, a qual reconhece um vasto território onde se incluem os atuais concelhos de Castanheira de Pera (o qual obteve a sua autonomia municipal em 1914) e Figueiró dos Vinhos (este último recebeu foral em 1204, das mãos de D. Pedro Afonso, filho de D. Afonso Henriques).

É do início do XVI a primeira fonte documental relevante sobre o povoamento e população da Serra da Lousã. Carvalho (1996, 1999 e 2005), com base no “Cadastro da População do Reino (ou Numeramento) de 1527”¹⁷ analisou a distribuição dos lugares e respetiva dimensão demográfica na região, tendo concluído que o maior número de lugares e a mais expressiva carga demográfica coincide com a bacia sedimentar da Lousã ou a bordadura setentrional da Serra da Lousã. De igual modo, identificou alguns povoados com localização na montanha, apesar da sua reduzida expressão demográfica, a saber: Vale de Nogueira, na Lousã¹⁸; Bemposta, em Serpins; Aigra Fundeira, Aigra Cimeira, Pena, Ribeira, Vale Torto, Esporão, em Góis; Galhardo, Cadaval, Gondramaz, Singral Fundeiro e Cimeiro, Aldeia de Alge e Eiras¹⁹, em Miranda do Corvo.

Da centúria anterior (século XV) importa mencionar o registo de pequenos lugares na aba sul da montanha o que, no estado atual do conhecimento,

¹⁷ As “Actas das Comarcas Damtre Tejo e Odiana e da Beira” foram publicadas por João Telo de Magalhães Colaço, em 1934, na Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Ano II, pp. 28-243. Por sua vez, Anselmo Braancamp Freire publicou no “Archivo Historico Portuguez” (volume 6, número 7, 1908, pp. 241-284) o artigo “Povoação da Estremadura no Século XVI”.

Porém, o desaparecimento dos fólhos concernentes aos atuais concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, não permite a obtenção de informação sobre a maior parte do espaço meridional da Serra da Lousã.

¹⁸ O registo “na serra” e a referência a onze moradores (chefes de família) está presente no citado documento.

¹⁹ Nesse tempo, o termo meridional da vila de Miranda incluía a freguesia paroquial de Campelo (mais tarde incorporada em Figueiró dos Vinhos), o que explica o facto dos lugares de Singral Cimeiro, Singral Fundeiro, Aldeia de Alge e Eiras aparecerem associados a Miranda do Corvo.

corresponde às referências macrotoponímicas mais antigas do interior da Serra da Lousã. Tal decorre de uma sentença pronunciada, em 1467, pelo monarca Afonso V, a propósito de um conflito, centrado na utilização das pastagens da Serra, entre o município da Lousã e alguns moradores dos lugares de Pera, Ervideira e Coentrais, do então termo de Pedrógão Grande. O documento original, publicado por Eugénio de Lemos em 1959, na parte que diz respeito aos argumentos dos réus, sugere que esses lugares teriam existência conhecida pelo menos desde meados do século XIV.

Contudo, o incremento do povoamento só deve ter ocorrido mais tarde, a partir da segunda metade ou do final do século XVI²⁰, o que está relacionado com a introdução e difusão de plantas do Novo Mundo, designadamente o milho grosso, o feijão, a abóbora e, mais tarde, a batata (Carvalho, 2005).

No final do século XVII, um conjunto mais vasto de documentos sobre a vila da Lousã e o seu termo, compilados por Mexia (1936), fornece indicações seguras sobre a ocupação permanente das aldeias serranas. É o caso do “Tombo dos bens e propriedades da Câmara e concelho desta villa da Louzan”, lavrado em 1687, por ordem de D. Pedro II. Nele constam os “casais” que existiam na Silveira, Catarredor, Candal, Vaqueirinho, Chiqueiro, Franco e Bemposta. “A propriedade dos casais repartia-se entre a Câmara, famílias de representação local e moradores nos lugares. (...) O casal correspondia a toda a área envolvente do lugar (excluindo as propriedades privadas e foreiras) e era composto por matos de utilização comum e algumas árvores” (Monteiro, 1985:55).

No universo das descrições mais antigas sobre a ocupação e utilização da Serra da Lousã, estão as respostas dos párocos aos quesitos dos inquéritos lançados pelo poder político central e pelas autoridades religiosas no decurso do século XVIII, em especial logo após o terramoto de 1755. Estas fontes revelam informações fundamentais para o conhecimento do território em domínios como, por exemplo, a caracterização física, com preciosas anotações sobre a fauna e a flora, ou o povoamento, com evidências sobre o crescimento do

²⁰ Os registos paroquiais (casamentos, óbitos e batismos) corroboram essa tese. Talasnal (1579), Silveira (1585) ou Candal (1591) são apenas alguns exemplos elucidativos a esse respeito.

número de lugares e a intensificação da ocupação da montanha (Daveau, 1988; Carvalho, 1996).

Depois, na segunda metade de oitocentos, sucedem-se outras notícias, assinadas por figuras relevantes do panorama científico da época, que deambularam pela Serra da Lousã, sobretudo fazendo escala no roteiro de outras viagens. Alexandre Herculano (1853), J. Rivoli e Bernardino de Barros Gomes (1873), e Júlio Henriques (1887) constataam o agravamento do estado da cobertura vegetal, problema que desencadeou tentativas do município da Lousã, na segunda metade do século XIX, no sentido de promover a sua arborização, e que estará na génese da intervenção do Estado, através da submissão ao regime florestal de extensas áreas de baldios, desde a segunda década do XX e em especial no período de 1930 a 1960 (Carvalho, 2005).

A partir de meados do século XIX, com a institucionalização da Estatística em Portugal, é possível acompanhar e analisar de forma mais profunda a evolução demográfica (população e povoamento) da Serra da Lousã. Em século e meio, ou seja, no período de 1864 a 2011, através de registos oficiais publicados (disponíveis para consulta) em versão definitiva, transparecem como tendências principais, por um lado, o crescimento da população dos concelhos da Lousã e Miranda do Corvo, onde permanecem os lugares mais importantes do sistema de povoamento (com estreita ligação a Coimbra) e, por outro, a redução demográfica e o envelhecimento acelerado em todos os restantes concelhos da Serra da Lousã, embora com dimensões de mudança diferenciadas ao nível das freguesias e dos lugares.

Segundo uma análise mais detalhada, fragmentando as escalas de tempo e espaço, a diminuição da população residente começa a assumir uma proporção relevante no plano concelhio desde a década de 40 do século XX, agravando-se a partir dos anos 60, em Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Penela e Pedrógão Grande, os quais registaram máximos demográficos entre 1911 e 1950. Só na última década o decréscimo populacional está situado no intervalo de -16,1% (Figueiró dos Vinhos) a -9,3% (Penela) – Tabela 1. Considerando o período de 1981-2001, a taxa de variação decenal é da mesma ordem de grandeza: Castanheira de Pera (-29,5%), Penela (-18,5%), Góis (-26%), Pedrógão

Grande (-25,8%), e inferior no caso de Figueiró dos Vinhos (-16,7%) (Carvalho, 2005). Por oposição, é no concelho da Lousã que a variação demográfica alcança valores mais expressivos: 11,8%, em 2001-2011; 17,1%, em 1991-2001 (em igual período, a população residente em Miranda do Corvo cresceu 11,9% – mas apenas 0,2% em 2001-2011).

Tabela 1. Indicadores demográficos selecionados para a Serra da Lousã

Distribuição Geográfica	População Residente 2011	População Residente 2001	Variação População Residente 2001-2011 (%)	Máximo Demográfico	
				Valor	Ano
Portugal	10562178	10356117	1,99	10562178	2011
Região Centro	2327755	2348397	-0,88	2348397	2001
Pinhal Interior Norte	131468	138535	-5,1	203810	1940
Serra da Lousã	54220	55760	-2,76	79351	1940
Castanheira de Pera	3191	3733	-14,52	6411	1940
Figueiró dos Vinhos	6169	7352	-16,09	12300	1950
Góis	4260	4861	-12,36	12488	1940
Lousã	17604	15753	11,75	17604	2011
Miranda do Corvo	13098	13069	0,22	13822	1950
Pedrógão Grande	3915	4398	-10,98	9250	1940
Penela	5983	6594	-9,27	11932	1911

Elaboração própria com base em Recenseamentos/Censos, INE (1864-2011)

A redução demográfica atinge valores extremos nas freguesias com maior área ou totalmente inseridas na Serra da Lousã. Coentral, Campelo e Espinhal alcançaram o valor máximo demográfico em 1911, quando registaram 661, 2024 e 3321 residentes, respetivamente. No período até 2011, perderam 85%, 86% e 77% desse universo, uma vez que apresentavam, no último censo populacional, pela ordem indicada, 100, 278 e 775 residentes – no caso do Espinhal, a parte relativa à montanha é inferior a 180 habitantes. Alvares registou uma diminuição de efetivos da mesma ordem (-81%), entre 1940 (máximo demográfico) e 2011, e Vila Nova perdeu mais de metade da população residente (55%), fixando-se em valor inferior a mil habitantes (mais precisamente, 970), quando em 1911 apresentou 2164 habitantes. Castanheira de Pera, apesar de incluir a sede de

concelho, registava em 2011 menos 46% de população residente face a 1940 (quando atingiu o valor demográfico mais elevado), o mesmo acontecendo em Góis (onde o decréscimo demográfico se situou em 42.8%).

Quanto à escala elementar do povoamento, Carvalho (2005) refere que a Serra da Lousã, representada à luz de uma perspetiva confinada a critérios geológicos ou geomorfológicos, em 2001, congregava cerca de 130 lugares, sendo a maioria de pequena dimensão (inferior a 50 habitantes), como acontece em particular nas freguesias de Campelo, Coentral, Espinhal e Vila Nova, onde residiam quase 6900 habitantes (menos 17,6% em relação a 2001), por sua vez distribuídos por dois setores: o noroeste, com cerca de três dezenas e meia de lugares e oito centenas e meia de habitantes; o sudoeste, com mais de nove dezenas de lugares e pouco mais de 6000 habitantes.

Esta demogeografia da Serra da Lousã, apurada com recurso às cartas militares (folhas 242, 252, 253 e 264), coloca em evidência o espaço balizado pelos vértices geodésicos do Penedo (1040 metros), Neve (1174), Safra (1024), Relva de Tábuas (940), Tróia (664), Pessegueiro (709), Ortiga (928), Mouro (768), o qual apresenta um número reduzido de lugares e população residente, mas regra geral consegue conciliar as paisagens culturais mais relevantes, isto é, os lugares mais antigos cuja evolução – a explicitar oportunamente – contribuiu para a sua valorização cultural até ao presente, com as paisagens seminaturais de maior valor ecológico e estético na contemporaneidade. Será esta perspetiva a considerar como a mais segura para a delimitação da área de paisagem protegida da Serra da Lousã.

Por outro lado, a estrutura demográfica é muito marcada pelo envelhecimento acelerado da população, afinal o resultado da “(...) intensa mobilidade espacial, interna (em particular para Lisboa) e externa (das Américas aos países da Europa Ocidental), que envolveu sobretudo a população ativa mais jovem. Nos últimos anos, este facto decorre, em boa parte, da mobilidade de carácter local que exerce efeito drenante nas áreas rurais a favor, regra geral, das sedes de concelho. Assim se explica, também, uma certa recomposição do povoamento” (Carvalho, 2005:268-269). Com efeito, o número de idosos aumentou bastante em relação ao quantitativo de população jovem nos concelhos de Castanheira

de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Penela e Pedrógão Grande, de tal maneira que, em 2011, o índice de envelhecimento apresenta valores no intervalo de 240% (Penela) a 311% (Góis) – o valor do país ultrapassa ligeiramente 100%. Contudo, o problema é ainda mais preocupante quando a escala de análise são as freguesias e os lugares do interior serrano.

5.2. Economia

A distribuição da população pelos principais setores de atividade económica revela o crescimento do setor terciário nos concelhos da Serra da Lousã (e em muitas áreas de Portugal), onde comércio e os serviços (ligados à atividade económica e às atividades de natureza social como o ensino, a saúde ou a cultura) são, na maioria dos casos, o principal empregador local, ao mesmo tempo que a agricultura/silvicultura, de forma mais profunda e em maior amplitude de tempo, e a atividade industrial têm vindo a perder progressivamente importância no conjunto da população ativa com emprego (e no caso da agricultura é evidente também a redução da área cultivada e do número de explorações).

Uma análise pormenorizada de cada um dos três grandes agregados da atividade económica, para o período de 1991 a 2011 (Tabela 2), permite destacar a importância do setor primário nos concelhos de Pedrógão Grande (27,1%), Penela (21,5%) e Figueiró dos Vinhos (20,1%), em 1991. Nesse ano o setor secundário ocupava cerca de 63,8% da população ativa com emprego no concelho de Castanheira de Pera, o valor mais elevado do então Pinhal Interior Norte, o que está relacionado sobretudo com a indústria de lanifícios. Esse setor era ainda muito importante nos municípios de Góis (41,9%) e Lousã (47,6%) onde aparece associado à indústria papeleira, madeiras, alcatifas e têxteis. Quanto ao setor terciário, no quadro geográfico da Serra da Lousã, em 1991, os valores repartem-se entre 30,9%, em Castanheira de Pera, e 52,9%, em Miranda do Corvo.

Tabela 2. Estrutura da população empregada dos concelhos da Serra da Lousã, em 1991-2011

Distribuição Geográfica	1991			2001			2011		
	Setores de atividade			Setores de atividade			Setores de atividade		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	10,8	37,9	51,3	5,0	35,1	59,9	3,1	26,5	70,5
Região Centro	17,1	38,8	44,2	6,8	38,1	55,1	3,7	30,1	66,2
Pinhal Interior Norte	16,9	43,4	39,6	7,2	40,8	52,0	3,3	32,7	63,9
Castanheira de Pera	5,2	63,8	30,9	2,7	46,8	50,5	3,9	36,6	59,5
Figueiró dos Vinhos	20,1	37,2	42,7	10,9	37,8	51,3	4,2	27,3	68,5
Góis	18,3	41,9	39,8	14,8	34,9	50,4	6,3	31,1	62,6
Lousã	4,7	47,6	47,7	1,9	35,6	62,5	2,8	26,6	70,6
Miranda do Corvo	10,9	36,2	52,9	3,9	31,8	64,2	2,8	20,9	76,2
Pedrógão Grande	27,1	28,1	44,8	8,3	28,9	62,9	6,2	23,6	70,3
Penela	21,5	38,1	40,4	6,3	41,4	52,2	2,3	28,8	68,9

Elaboração própria com base em Recenseamentos/Censos, INE (1991-2011)

Na década seguinte, com base nos resultados dos Censos 2001, constata-se o reforço da terciarização e o decréscimo dos restantes setores de atividade económica, embora com certas particularidades: a redução de ativos com emprego no setor primário foi mais elevada nos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela (mantendo-se o setor secundário com valores muito próximos em relação aos que foram registados em 1991); “Nos municípios da Lousã e de Castanheira de Pêra (...) o maior peso relativo do sector terciário é acompanhado por uma redução dos activos no sector secundário, tendência particularmente expressiva em Castanheira de Pêra²¹, onde se regista um aumento de quase 20% dos efectivos ligados ao sector terciário e uma diminuição de 17 pontos percentuais no sector secundário (fixando-se em 47% da população activa com emprego), em 2001” (Carvalho, 2005:278).

²¹ Com refere Syrett (1995), citado por Carvalho (2005:279), a “ilha industrial” apresentava, em 1981, 71% da população empregada no setor secundário (90% no sector têxtil), enquanto que o terciário dava emprego a 21% e o primário assegurava a actividade a 8% dos empregados. Em 1981 a indústria têxtil empregava 1057 trabalhadores, repartidos por 21 unidades de produção. Uma década depois, envolvia 812 trabalhadores (distribuídos por 13 unidades produtivas) e em 2001 empregava apenas duas centenas de indivíduos”.

Quanto à distribuição do emprego por subsectores de atividade, “destaca-se o sub-setor da construção civil, como o mais importante na oferta de emprego nos municípios de Penela (17%), Góis (16.4%), Miranda do Corvo (20.3%) e Figueiró dos Vinhos (14.9%), e aparece ainda com grande expressão na Lousã (17.4%). Se a indústria têxtil é o principal sub-setor em Castanheira de Pêra (21.2%), por sua vez a agricultura, produção animal, caça e silvicultura destacam-se em Figueiró dos Vinhos (13.7%) e Góis (16.3%). Por último, o comércio e a reparação de automóveis aparecem no topo da lista de actividades empregadoras na Lousã (17.4%) e Miranda do Corvo (16.7%), sendo, também, a actividade que maior número de empregos oferece para aqueles que residem e trabalham em Pedrógão Grande (15.4%). É, ainda, digno de registo, o emprego na administração pública, defesa e segurança social que aparece como a segunda modalidade mais relevante nos concelhos de Pedrógão Grande (14.1%) e Castanheira de Pêra (14.9%), e a terceira em Góis (10.9%) e Lousã (8.6%)” (Carvalho, 2005: 280).

Em 2011 prevalece o crescimento do setor terciário, atingindo valores no intervalo de 59,5% (Castanheira de Pera) a 76,2% (Miranda do Corvo), bem como a redução do peso relativo dos setores primário²² (no intervalo de 2,3%, em Penela, a 6,3%, em Góis) e secundário (de 20,9%, em Miranda do Corvo, a 36,6%, em Castanheira de Pera) no conjunto da população com emprego.

No que concerne a outros indicadores do mercado de trabalho por município, nomeadamente a dimensão (número de trabalhadores por conta de outrem) dos estabelecimentos, com base em dados de 2016 (publicados pelo INE, no final de 2018), verifica-se o predomínio dos estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores em Figueiró dos Vinhos (50,6%) – Pedrógão Grande (38,4%), Miranda do Corvo (37,5%) e Góis (35,9%) apresentam também taxas elevadas face aos valores de referência do contexto regional (24,2%) e nacional (21,7%); a

²² Alves (2015:145-146), a propósito de Góis, constata que “Nos dias de hoje, os ativos agrícolas a tempo inteiro são muito reduzidos. A agricultura que existe não é especializada e raramente mecanizada, revelando um atraso significativo. Esta realidade é consequência também da pequena dimensão das explorações, ausência de investimento, inexistência de novas técnicas, baixa produtividade e incipientes circuitos de comercialização”.

importância dos estabelecimentos entre 10 e 99 trabalhadores em Castanheira de Pera (83,1%), Góis (55,2%), Penela (43,8%), Miranda do Corvo (38%) e Lousã (32,5%); e a relevância dos estabelecimentos com mais de 100 trabalhadores em Pedrógão Grande (43,7%) e Lousã (38,5%). Considerando como critério de análise os estabelecimentos com mais de 250 trabalhadores, a amplitude de variação está definida no intervalo de 1,3-1,4% (Penela e Castanheira de Pera, respetivamente) a 24,4% (Miranda do Corvo%) – para os restantes municípios da área de estudo, com a exceção da Lousã (17,8%), o valor deste indicador não atinge os 10% (quando é 21,3% na Região Centro e 28,1% em Portugal).

Por sua vez, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, em 2016, oscila no intervalo de 740,60 euros, em Góis (um dos valores mais baixos da Região Centro) a 895,40 euros, na Lousã – ainda assim inferior ao valor de referência regional (966,30 euros) e nacional (1105,60 euros) – (INE, 2018).

Em relação aos indicadores de empresas por municípios, também em 2016 (segundo a mesma fonte), é possível afirmar que os valores do volume de negócios por empresa estão repartidos no intervalo de 81000 euros (Miranda do Corvo) a 190800 euros (Lousã), quando os indicadores regionais e nacionais correspondem a 224500 euros e 284700 euros, respetivamente (INE, 2018). Já a densidade (número) de empresas por km², permite concluir que apenas a Lousã (12,3) e Miranda do Corvo (10,3) estão acima do valor regional (9,0) – embora abaixo do indicador nacional (13,0). Nos outros municípios a situação é bastante diferente, com um número de empresas por quilómetro quadrado entre 1,6 (Góis) e 4,7 (Penela) – INE (2018).

É no contexto de crescimento do setor terciário, em particular os subsectores relacionados com os serviços, que se destaca, cada vez mais, a atividade turística.

De acordo com o “Anuário Estatístico da Região Centro”, disponível desde 19 de dezembro de 2017 no sítio na *internet* do Instituto Nacional de Estatística (<https://www.ine.pt>), com dados reportados a 1 de julho de 2016, foram contabilizados 33 estabelecimentos de alojamento turístico na Serra da Lousã (Tabela 3), nas categorias de hotel (7), alojamento local (5) e unidades de turismo no espaço rural e turismo de habitação (21), bem como 778 camas, o que corresponde a

13% do número total de estabelecimentos turísticos e a 5,1% da capacidade de alojamento para o conjunto das regiões de Coimbra e Leiria. Estas, por sua vez, representam 27,7% do total de estabelecimentos e 28,4% da capacidade de alojamento turístico da Região Centro – ou 5,3% e 4% do total nacional em relação aos mesmos indicadores. Portanto, a Serra da Lousã, quando comparada com o Centro de Portugal, apresenta ainda valores pouco significativos uma vez que a oferta é apenas de 3,6% em relação ao total de alojamentos e de 1,5% no que diz respeito ao total de camas da região.

No plano interno, a oferta dos concelhos do setor setentrional da Serra da Lousã é superior em relação aos municípios do setor meridional, sobretudo no que diz respeito ao número de camas (596 e 82, ou seja, 76,6% e 23,4%, respetivamente – embora sem dados para Pedrógão Grande) – tal como acontece, para os indicadores referidos, quando a escala de comparação está centrada no contexto subregional (Coimbra e Leiria).

Tabela 3. Estabelecimentos e capacidade de alojamento da Serra da Lousã, por município (31.07.2016)

Distribuição Geográfica	Estabelecimentos				Capacidade de Alojamento			
	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH
Portugal	4805	1669	1831	1305	380818	302491	55796	22531
Continente	3802	1451	1187	1164	333455	263708	48915	20832
Centro	918	333	270	315	53512	38050	10453	5009
Região de Coimbra	179	62	63	54	10730	7734	2265	731
Região de Leiria	75	34	24	17	4487	3272	1049	166
Serra da Lousã	33	7	5	21	778			68
Castanheira de Pera	4	1	0	3	79		0	
Figueiró dos Vinhos	7	1	1	5	103			
Góis	5	0	2	3	88	0		
Lousã	7	2	1	4	224			68
Miranda do Corvo	5	2	0	3	159		0	
Pedrógão Grande	2	0	1	1		0		
Penela	3	1	0	2	125		0	

Elaboração própria com base em INE (2017)

Segundo a mesma fonte (INE, 2017), os concelhos da Serra da Lousã (com uma exceção: Pedrógão Grande, pelo motivo já referido) receberam 41951 hós-

pedes e 74345 dormidas, o que representa 1,3% total da Região Centro – ou 4,2 e 4,3% para o conjunto das regiões de Coimbra e Leiria, respetivamente. Os dados (hóspedes e dormidas) apresentam a seguinte distribuição espacial: Góis (1937 e 3306), Figueiró dos Vinhos (4254 e 7914), Miranda do Corvo (7158 e 13584), Lousã (15909 e 26225) e Penela (10215 e 19127), o que sublinha a assimetria já assinalada. Lousã (com 37,9% do total) é o concelho preferido por aqueles que visitam e ficam hospedados na Serra da Lousã – em conjunto com Miranda do Corvo e Penela perfaz 79,3% desse universo. Em sentido oposto estão os concelhos de Góis, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, os quais não alcançam 21% do total de hóspedes da Serra da Lousã (4,6%, 5,9% e 10,1%, respetivamente).

Do total de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico da Serra da Lousã, 61,2% são de nacionalidade portuguesa, 14,7% são provenientes da Europa (excluindo Portugal) – Espanha, França, Alemanha e Reino Unido correspondem a quase 70% (precisamente 69,4%) dos hóspedes com origem na União Europeia (exceto Portugal) – e os restantes são oriundos de outros continentes (com destaque para a América, com 14,6% do total de estrangeiros com origem fora da Europa), o que está alinhado com o padrão da Região Centro mas divergente face ao valor de referência para Portugal, onde a nacionalidade portuguesa representa 61,9 e 40,9%, respetivamente. Contudo, os dados colocam em evidência diferenças internas significativas, a saber: a Lousã recebeu 53,2% dos hóspedes estrangeiros reportados ao conjunto dos municípios da Serra, enquanto Góis (0,2%) e Castanheira de Pera (1,7%) registam valores demasiado baixos para o mesmo indicador, tal como acontece quando a análise é focada no peso dos estrangeiros em relação ao total de hóspedes em cada concelho (com valores de 0,6% e 4,7%, para cada um), o que no limite suscita dúvidas quanto ao método de apuramento dos dados.

A estada média no estabelecimento, a taxa de ocupação-cama líquida e a proporção de dormidas entre julho e setembro, são também indicadores relevantes dos estabelecimentos de alojamento turístico. Quanto ao primeiro indicador, os valores dos municípios da Serra da Lousã, distribuídos no intervalo

de variação 1,6 (Lousã) – 1,9 noites (Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo e Penela) estão em linha com o valor da Região Centro (1,7 noites), embora abaixo do registo de referência do país (2,8 noites). Considerando a estada média de hóspedes estrangeiros, os valores aparecem repartidos no intervalo de 1,9 (Lousã) a 3,0 noites em Figueiró dos Vinhos – não considerando o valor de 8,3 noites em Góis –, abaixo do valor nacional (3,3 noites) mas superior ao valor da Região Centro (1,9 noites). Em relação ao segundo indicador referido, os valores oscilam entre 11,3% (Góis) e 43,7% (Penela) no caso da Serra da Lousã, enquanto a Região Centro e Portugal registam 30,9% e 46,4%, respetivamente. No que diz respeito à proporção de dormidas entre julho e setembro, os registos mais reduzidos ocorrem nos municípios de Penela (38,7%) e Lousã (42,5%); em Miranda do Corvo (50,9%), Figueiró dos Vinhos (53,2%), Góis (61,5%) e Castanheira de Pera (68,7%) o problema da sazonalidade é mais evidente, até quando comparado com os valores do Centro (39,1%) e de Portugal (37,9%).

Existem, porém, outras fontes (bases) de pesquisa sobre os estabelecimentos de alojamento turístico, as quais permitem concluir da existência de um número superior de empreendimentos com influência na oferta de alojamento aos visitantes da Serra da Lousã.

É o caso do Registo Nacional de Turismo (do Turismo de Portugal) – também da maior relevância para o conhecimento dos agentes de animação turística e agências de viagens. A consulta da base de dados, a 5 de dezembro de 2018, permitiu identificar 43 empreendimentos turísticos²³ (Tabela 4), nas tipologias de casa de campo (29), agroturismo (3), turismo de habitação (1), hotel e hotel rural (8), parque de campismo e/ou caravanismo (2), a que correspondem 326 unidades de alojamento com capacidade para 648 pessoas (a que acresce a capacidade – 284 – dos parques de campismo e/ou caravanismo).

²³ Não foram considerados 4 registos em situação de análise (técnica) pelo Turismo de Portugal, a que dizem respeito 18 unidades de alojamento e capacidade para 35 pessoas, com a seguinte distribuição geográfica: Gondramaz (Miranda do Corvo); Sinhel e Loural (Góis); Ribeira da Torre/Bouça (Pedrógão Grande).

Tabela 4. Empreendimentos turísticos da Serra da Lousã, por concelho, em 12/2018

Distribuição Geográfica	Tipologia						Capacidade	Unidades
	Total	Casa de Campo	Agroturismo	Tur. Habitação	Hotel	Parque Camp. e/ou Carav.		
Serra da Lousã	43	29	3	1	8	2	648 (+ 284)	326
Castanheira de Pera	3	2	0	0	1	0	68	36
Figueiró dos Vinhos	9	3	3	0	2	1	82 (+ 114)	41
Góis	7	7	0	0	0	0	38	19
Lousã	12	9	0	0	2	1	185 (+ 170)	91
Miranda do Corvo	7	4	0	1	2	0	160	81
Pedrogão Grande	0	0	0	0	0	0	0	0
Penela	5	4	0	0	1	0	115	58

Elaboração própria com base em RNT (TP, 2018)

Portanto, a distribuição dos empreendimentos turísticos por modalidade revela a preponderância das casas de campo (com 67,4% do total) e a reduzida expressão do agroturismo e do turismo de habitação nos concelhos da Serra da Lousã (neste particular, a exceção é Figueiró dos Vinhos, com 3 unidades de agroturismo, e Miranda do Corvo, com 1 unidade de turismo de habitação, instalada na Casa do Capitão-Mor/Solar Paiva Manso, em Tróia). O maior número de unidades e capacidade de alojamento diz respeito aos concelhos de Lousã, Miranda do Corvo e Penela, com uma quota aproximada de 70% em relação ao total da Serra da Lousã. As Aldeias do Xisto da Serra da Lousã integram a oferta de empreendimentos turísticos na tipologia de casa de campo, com 11 registos ativos, em Aigra Velha (1), Pena (2) – Figura 29 – e Comareira (1), no concelho de Góis; Talasnal (1) e Cerdeira (4) – Figura 30 –, na Lousã; Gondramaz (1), no concelho de Miranda do Corvo; Ferraria de São João (2), no concelho de Penela, o que perfaz 31 unidades de alojamento para 64 pessoas, ou seja, 37,9% das casas de campo da Serra da Lousã estão localizadas em 7 (das 12) Aldeias do Xisto associadas a esta unidade de paisagem.



Fotografia: Autores

Figura 29. Casa da Cerejinha (Pena, 2018)



Fotografia: Autores

Figura 30. Cerdeira *Village* (Cerdeira, 2018)

No que concerne ao alojamento local, de acordo com as referidas fonte e data de consulta, foram contabilizados 174 registos (Tabela 5), repartidos por

moradias (140), apartamentos (14) e estabelecimentos de hospedagem (20), ou seja, 80,4%, 8,1% e 11,5% do total, respetivamente – apenas Castanheira de Pera não segue este padrão, pois as moradias e os estabelecimentos de hospedagem representam 40% e 60% do total de alojamento local. A capacidade de alojamento, com 772 camas e 1173 utentes, reflete o contributo desigual das diversas modalidades: a título de exemplo, os estabelecimentos de hospedagem correspondem a 25,4% do total de camas disponíveis e a 20% do total de utilizadores previstos, apesar de não atingirem 12% do total da oferta de alojamento local da Serra da Lousã. A distribuição geográfica do alojamento local coloca em evidência os concelhos de Lousã, Penela, Figueiró dos Vinhos e Góis – os quais concentram cerca de 70% da capacidade instalada nessa modalidade (exatamente 68,4% das camas e 70,6% dos utentes) na área de estudo.

Tabela 5. Alojamento local da Serra da Lousã, por concelho, em 12/2018

Distribuição Geográfica	Modalidade				Camas	Utentes
	Total	Moradia	Apartamento	Estabelecimento de Hospedagem		
Serra da Lousã	174	140	14	20	772	1173
Castanheira de Pera	10	4	0	6	63	72
Figueiró dos Vinhos	31	24	4	3	121	180
Góis	27	23	3	1	119	189
Lousã	46	35	5	6	147	257
Miranda do Corvo	23	21	1	1	98	154
Pedrógão Grande	17	15	1	1	83	119
Penela	20	18	0	2	141	202

Elaboração própria com base em RNT (TP, 2018)

Ao mesmo tempo, a oferta de alojamento local inclui as Aldeias do Xisto, em cinco concelhos da Serra da Lousã, onde existem 31 registos (81 camas e capacidade para 144 utentes), com a seguinte repartição espacial: Pena (1) e Aigra Nova (1), em Góis; Gondramaz (5) – Figura 31 –, em Miranda do Corvo; Ferraria de São João (1), em Penela; Casal de São Simão (3), em Figueiró dos Vinhos; Casal Novo (3), Chiqueiro (1), Candal (4), Cerdeira (3) e Talasnal (9), na Lousã – onde está mais de 60% desse universo; e ainda locais de contacto/

proximidade como Ribeira Cimeira e Vale Torto (Góis), Pardieiros Fundeiros (Penela), Coentral (Castanheira de Pera), Fragas de São Simão e Alge (Figueiró dos Vinhos), Vale Pereira da Serra (Lousã), entre outros.



Fotografia: Autores

Figura 31. Casinha do México (Gondramaz, 2018)

Em resumo, os concelhos da Serra da Lousã apresentam quase 220 registos (entre empreendimentos turísticos e alojamentos locais), a que correspondem cerca de 1100 camas para mais de 1800 pessoas (a que acresce a capacidade dos parques de campismo e/ou caravanismo). Neste universo, destacam-se as tipologias de casa de campo, por um lado, e moradia, por outro. A oferta nas Aldeias do Xisto da Serra da Lousã perfaz 42 empreendimentos e alojamentos, com mais de uma centena de camas (112) e capacidade para acolher mais de duas centenas pessoas (208).

Quanto aos agentes de animação turística dos concelhos da Serra da Lousã, o Registo Nacional de Turismo (em igual data de pesquisa) inclui 26 entidades com reconhecimento do Turismo de Portugal para desenvolver atividades (ar livre/turismo e aventura; culturais/*touring* cultural e paisagístico; marítimo/turísticas, embora estas últimas só pontualmente assinaladas), metade das

quais com sede na Lousã. Neste particular é evidente uma assimetria “norte-sul”, uma vez que no setor setentrional estão registados 21 agentes e apenas 5 no setor meridional, o que está relacionado também com a desigual oferta de equipamentos, infraestruturas e produtos turísticos estruturados no território.

É a este respeito que importa mencionar os percursos pedestres – 13 percursos, perfazendo cerca de 85 quilómetros, estão integrados nos Caminhos do Xisto (Figura 32) –, os trilhos e centros de BTT (Figura 33) bem como o *trail running* (Figura 34), os quais configuram atividades de crescente expressão e projeção nacional e internacional (com diversos eventos nos territórios) da Serra da Lousã.



Fotografia: Autores

Figura 32. Sinalética direcional de percurso pedestre em Casal de São Simão (2018)



Fotografia: Autores

Figura 33. Centro de BTT da Ferraria de São João (2018)



Fotografia: Autores

Figura 34. Sinalização de *trail running* no Gondramaz (2018)

No caso dos percursos pedestres, a investigação de Rodrigues (2018), com base na consulta de informação disponível no sítio da *internet* da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, que faz o ponto de situação do Registo

Nacional de Percursos Pedestres, revela a existência de 39 percursos distribuídos por seis municípios que integram a Serra da Lousã. A exceção é Castanheira de Pera, embora com trabalho realizado neste domínio e boas perspetivas de implementação de percursos pedestres, com reformulação e ampliação da rede que em tempos foi estruturada no território.

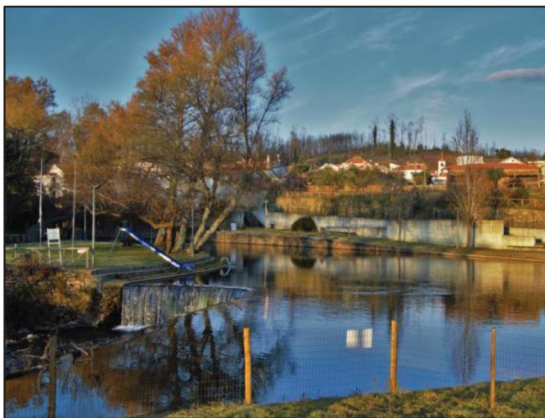
Em relação ao BTT, Vaz (2017) deixou um importante contributo para o conhecimento desta atividade na Lousã, designadamente a vertente de *Downhill*, com a particularidade de ter incluído na investigação o caso de estudo “Louzanpark”.

O cicloturismo é outra modalidade importante e com amplo espaço de progressão, através de eventos como, por exemplo, o “*Skyroad* Aldeias do Xisto” e, ainda, no contexto de práticas informais em que a motivação principal do viajante é fruir a paisagem e viver experiências únicas nas estradas panorâmicas da Serra da Lousã.

A concluir esta parte do estudo, faz-se uma breve referência às praias fluviais e aos museus.

No primeiro caso, destaca-se a Rede de Praias Fluviais das Aldeias do Xisto, a qual inclui oferta nos concelhos da Serra da Lousã, designadamente: Bogueira, Senhora da Graça e Senhora da Piedade (Lousã); Segade (Miranda do Corvo); Canaveias e Peneda/Pego Escuro (Góis), Albufeira do Cabril e Mosteiro – Figura 35 – (Pedrógão Grande); Poço Corga (Figura 36) e Rocas (Castanheira de Pera); Ana de Aviz e Fragas de São Simão (Figueiró dos Vinhos); Louçainha (Penela).

No que diz respeito ao universo museológico (museus, casas-museu, núcleos museológicos, espaços museológicos, ecomuseus), a Serra da Lousã reflete a diversidade/complexidade deste conceito: Museu Municipal Professor Álvaro Viana de Lemos e o Museu Etnográfico Dr. Lousã Henriques (Lousã); Museu Centro de Artes/Casulo de Malhoa – Figura 37 – (Figueiró dos Vinhos); Museu “A Casa do Neveiro” e Museu Casa do Tempo (Coentral Grande e Castanheira de Pera, respetivamente); Ecomuseu Tradições do Xisto – Figura 38 – (Aigra Nova/Góis); Espaço-Museu da Villa Romana do Rabaçal (Penela); Museu da Chanfana e Museu da Tanoaria (Miranda do Corvo) – a que acresce o Parque Biológico da Serra da Lousã –, entre outros.



Fotografia: Autores

Figura 35. Praia fluvial do Mosteiro (2018)



Fotografia: Autores

Figura 36. Praia fluvial do Poço Corga (2018)



Fotografia: Autores

Figura 37. Museu Centro de Artes/Casulo de Malhoa (2017)



Fotografia: Autores

Figura 38. Ecomuseu Tradições do Xisto (2015)

Na sequência da caracterização geográfica do território, a terceira parte do trabalho explicita os valores culturais, ecológicos e estéticos da Serra da Lousã, assim como apresenta a respetiva proposta de classificação como Paisagem Protegida Regional.

PARTE III
SERRA DA LOUSÁ: PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO
COMO PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL

6. Valor cultural

O relevante valor cultural da Serra da Lousá é evidente em particular nas suas pequenas aldeias, as quais, com um percurso de vida relativamente longo, onde o isolamento e a escassez de recursos materiais condicionou a modelação da paisagem, apresentam na atualidade uma sequência harmoniosa das marcas estruturais de ocupação e utilização do solo, desde a forma dos aglomerados, à arquitetura das estruturas edificadas ou à organização dos antigos campos de cultivo e parcelas de floresta na proximidade dos povoados (Figura 39).



Fotografia: Autores

Figura 39. Cerdeira (2018)

As tendências principais do modelo evolutivo que marca a história moderna e contemporânea da população e do povoamento da Serra da Lousã, designadamente os períodos de 1940 até 1980 e desde esse momento até ao presente, com uma crise rural profunda (a qual conduziu a uma diminuição significativa dos efetivos demográficos, ao seu envelhecimento e, em certos casos, a um êxodo total de população residente, bem como a um abandono das componentes produtivas tradicionais) e uma transição para uma nova geografia de moradores e utilizadores na/da montanha, não escondem certas particularidades locais dessa evolução geral como, por exemplo, ao nível da população, atividades económicas, ocupação, utilização ou estado de conservação dos imóveis.

Contudo, o perfil diferenciador das aldeias da Serra da Lousã decorre da utilização de materiais endógenos (como a pedra e a madeira) e da arquitetura vernacular ainda presente em larga escala em estruturas edificadas (em especial as destinadas a habitação) – Figura 40 – e muros que acompanham espaços de circulação/comunicação (Figura 41) ou sustentam espaços conquistados à montanha e destinados ao aproveitamento agrícola.



Fotografia: Autores

Figura 40. Casa no Coentral Grande (2018)



Fotografia: Autores

Figura 41. Caminho no Franco de Baixo (2019)

Trata-se de paisagens culturais, obras grandiosas do ser humano em harmonia com o suporte físico, as quais, nos dias de hoje, através de infraestruturas e equipamentos adequados, e eventos diversificados (da cultura ao desporto), oferecem experiências únicas aos visitantes. É esta herança (obra de sucessivas gerações) uma geografia singular que importa proteger e valorizar através de ações integradas num novo paradigma de gestão territorial.

A literatura científica tem dedicado especial atenção às aldeias serranas da Lousã, as quais, para o conjunto da Serra da Lousã, constituem o objeto de maior profundidade de estudo e divulgação até ao presente. Monteiro (1985; 1987), na área da sociologia; Cravidão (1989) e Carvalho (2003; 2004; 2005), no contexto da geografia, fazem parte do leque de investigadores com trabalhos sobre a evolução dos povoados serranos da Lousã (Candal, Casal Novo, Catarredor, Cerdeira, Chiqueiro, Silveira de Cima, Silveira de Baixo, Talasnal, Vaqueirinho¹), a que se juntam, na última década, autores como, por exemplo,

¹ Bemposta, Franco de Cima, Franco de Baixo, Cabanões, Vale de Nogueira, Vale Domingos, Vale Pereira da Serra são também lugares da Serra, no concelho da Lousã. Os três primeiros estão em situação de ruína, após a saída definitiva da população residente – desde 1970 não há registo

Adelino (2010), Adelino e Carvalho (2011), Alves (2013), Alves e Carvalho (2016), Ferreira (2018), com contributos centrados em outras aldeias da Serra da Lousã, a saber: Gondramaz (Miranda do Corvo); Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena (Góis); Coentrais (Castanheira de Pera).

É principalmente a partir do século XVI que surgem evidências sobre o povoamento (com menção às aldeias) da Serra da Lousã, em fontes documentais como o “Numeramento de 1527/1532” (o qual regista “moradores” em Vale de Nogueira; Cadaval e Gondramaz; Aigra Nova, Aigra Velha e Pena; Singral, entre outros) ou os registos paroquiais (onde emergem os lugares de Candal, Silveira ou Talasnal, na Lousã, ainda em Quinhentos). Porém, em 1467, no âmbito de uma sentença do monarca Afonso V, são identificados os lugares de Pera, Ervideira e Coentrais.

A difusão de espécies alimentares provenientes do Novo Mundo, como o milho grosso, o feijão, a abóbora e a batata, é essencial para explicar a ocupação do interior serrano (mediante o arroteamento de espaço florestal e a conquista de espaços destinados ao cultivo) assim como o crescimento da população.

Todavia, a componente agrosilvopastoril que durante séculos constituiu a base económica dos povoados de montanha não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento demográfico e as necessidades alimentares da população. Esse desequilíbrio refletiu-se nos fluxos migratórios, os quais terão começado na segunda metade do século XIX. Nas décadas seguintes assumem novos destinos, quer internacionais (em primeiro, o ciclo transoceânico, com o Brasil e os Estados Unidos da América, e depois, em meados do século XX, a Europa Ocidental, onde conquistam preponderância países como a França e a República Federal Alemã), quer nacionais (sobretudo a área metropolitana de Lisboa).

estatístico de habitantes na Bemposta e desde 1981 a mesma situação no Franco. No caso de Vale Pereira da Serra, apesar da ausência de registo nos Censos de 1970 (2001 e 2011), a aldeia mantém estruturas edificadas em condições de utilização e alguns residentes.

Cadaval Fundeiro, Searas, Singral Fundeiro são exemplos de outros lugares em ruínas (o que acontece, também, na quase totalidade, em Cadaval Cimeiro).

A saída cada vez mais frequente de população, visível desde os lustros iniciais do século XX (em 1911 ocorreu o máximo demográfico em aldeias como Aigra Nova, Aigra Velha, Gondramaz, Pena, Bemposta, Cabanões e Silveiras) atingiu um ritmo tão elevado que comprometeu a possibilidade de renovação demográfica sobretudo a partir dos anos 40, quando foram registadas mais de 1600 (exatamente 1622) pessoas nestas aldeias de Góis, Lousã e Miranda do Corvo – a que importa adicionar 556 habitantes das aldeias do Coentral (as quais atingiram o máximo demográfico em 1911, com uma exceção: o Coentral das Barreiras, em 1940) e quase 130 habitantes das aldeias (de Singral e Searas, também com máximo de população em 1911) do setor superior de Campelo. Em 1981 foram contabilizados cerca de 240 habitantes no universo referido, embora apenas 27 com residência nas sete aldeias serranas da Lousã que configuram os casos de estudo mais documentados (em 1940, apresentavam 804 habitantes). Trinta anos mais tarde, ou seja, em 2011, o número de residentes nas aldeias de Góis, Lousã e Miranda do Corvo estava reduzido a menos de metade (sendo pouco superior a uma centena: 112, é o valor presente nos Censos), para o que contribuiu, em larga medida, a diminuição acentuada de habitantes em Vale de Nogueira (de 92, em 1981, para 39 residentes, em 2011) e nas aldeias de Góis (de 61 para 25 pessoas) – para além do resultado de alterações de critério nos levantamentos realizados (por exemplo, Cerdeira não consta da lista de lugares, de forma autónoma, mas teria pelo menos 4 habitantes). Nas aldeias do Coentral o número de residentes, em 2011, não ultrapassava uma centena e no setor mais elevado da ribeira de Alge foram recenseados apenas 2 habitantes (no Singral).

A “sangria” demográfica deixou marcas na composição etária da população, estrutura edificada das aldeias e componentes ativas da paisagem cultural, embora de forma mitigada nas aldeias do Coentral, onde o estado de conservação dos edifícios, as infraestruturas básicas, os espaços de sociabilidade/convívio, o investimento continuado nos lugares, refletem o associativismo de interesses dos que tendo partido não deixaram de manter vínculos duradouros com os mesmos (“ausentes presentes”). Para além destes últimos, há pelo menos dois elementos fundamentais para explicar o estado atual da paisagem cultural associada às

aldeias da Serra da Lousã: a residência secundária e as intervenções no contexto das Aldeias do Xisto.

Tal como em outros lugares montanhosos ou serranos despovoados e (semi) abandonados do Centro, Norte e Algarve, a sua (re)descoberta é indissociável de populações urbanas que reabilitaram e utilizaram as antigas estruturas edificadas como residência secundária (e também para fixar residência principal, como acontece com os neo-rurais), alguns dias por ano, mesmo em condições de acessibilidade e infraestruturas básicas muito deficitárias. Casal Novo e Talasnal (Figura 42), em meados dos anos 70, foram a porta de entrada para a residência secundária na Serra da Lousã (Cravidão, 1989). Nos anos 90, Candal (Figura 43) e Gondramaz (entre outros exemplos) conheceram dinâmicas de reocupação e reabilitação influenciadas por este fenómeno (Carvalho, 2005).

A investigação realizada por Carvalho (2005), com base em inquéritos por questionário aos proprietários e utilizadores de imóveis de ou para residência secundária em Casal Novo, Talasnal e Candal, destacou alguns elementos essenciais para compreender a evolução da residência secundária e os seus efeitos territoriais e patrimoniais. Desde logo, impressiona a distribuição geográfica dos inquiridos: mais de três dezenas de municípios foram assinalados como local de residência principal, destacando-se Coimbra (35%), Lousã (25%) e Lisboa (cerca de 10%). Estes três municípios perfazem quase 70% do total apurado.



Fotografia: Autores

Figura 42. Talasnal (2016)



Fotografia: Autores

Figura 43. Candal (2019)

A aquisição de imóveis para residência secundária é praticamente contínua, entre 1977 e 2003. A análise segundo períodos permite destacar o reduzido

número de aquisições no período anterior a 1980, apenas 7%, e que os períodos de aquisição mais importantes são 1980-1984 (26%), 1995-1999 (23%) e 1990-1994 (20%). No plano dos lugares serranos, o processo de aquisição tem origem no Casal Novo e Talasnal (Cravidão, 1989), onde a década de 80 tem ainda grande expressão, e só mais tarde, nos anos 90, assume relevo no Candal – tal como já se referiu.

O processo de recuperação dos imóveis revela que apenas 24% dos inquiridos recuperaram a sua casa no ano de aquisição; para a grande maioria (76%) foi necessário mais de quatro anos para realizar as obras. Este processo decorreu através de administração direta (40%), empreitada (25%) e com a participação dos proprietários (12%).

Quanto à frequência de utilização da residência secundária, os resultados apurados indicam que cerca de 60% dos inquiridos afirmam utilizar a habitação na Serra, ao longo de todo o ano, embora em especial aos fins de semana. Por outro lado, os resultados do inquérito mostram que mais de 40% de proprietários de imóveis na Serra são igualmente titulares de outras residências secundárias, repartidas por três dezenas de municípios em Portugal. O cruzamento do ano de aquisição desses imóveis com a data de aquisição de casa nas aldeias serranas, permite afirmar que a aquisição de imóveis nas aldeias serranas é, em 75% dos casos, anterior ao processo de aquisição da “segunda” residência secundária (Carvalho, 2005).

Em síntese, Casal Novo, Talasnal e Candal refletem a patrimonialização de paisagens culturais de matriz vernacular, a partir da reabilitação de antigas estruturas edificadas abandonadas, processo espontâneo, sem financiamento público de instrumentos específicos (embora com algum apoio técnico e investimento da parte da Câmara Municipal da Lousã), desde os meados dos anos 70.

Entretanto com o Programa Operacional da Região Centro (Quadro Comunitário de Apoio III, 2000-2006), definiu-se um novo caminho e uma nova estratégia para o desenvolvimento regional e local. No essencial o PO Centro (integrado no Eixo 4 – Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional – do Plano de Desenvolvimento Regional para

2000-2006) estabeleceu uma estratégia e disponibilizou meios para estruturar o território segundo três eixos prioritários: apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal; ações integradas de base territorial; intervenções da administração central regionalmente desconcentradas.

A medida II.6 “Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEDER)” constituiu a referência de enquadramento da linha de ação “Infraestruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades” a qual deu suporte ao projeto de “requalificação de um conjunto de aldeias serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturização com redes básicas) que sustente uma rede de sítios de interesse turístico” (CCRC, 2001:38). Assim nasceu o Programa das Aldeias do Xisto (PAX) e a rede de aldeias homónimas.

A arquitetura rural tradicional, com utilização de recursos locais (pedra e madeira) como principal material construtivo, e a existência de imóveis para serviços (como, por exemplo, ponto de informação, espaço museológico, alojamento turístico, comércio de produtos locais) estiveram entre os critérios de seleção mais importantes para a configuração da rede das Aldeias do Xisto, com o objetivo de moldar um todo coerente e original.

Os planos de aldeia configuraram o suporte técnico das candidaturas apresentadas pelos municípios, os quais, após avaliação da Comissão de Coordenação da Região Centro, conduziram a intervenções em domínios como a instalação ou o reforço de infraestruturas básicas, requalificação de espaços públicos, recuperação de imóveis públicos e privados (fachadas e coberturas), apoio à instalação de atividades económicas (designadamente no contexto do lazer e do turismo), entre outros.

O apoio público teve continuidade em 2007-2013 e 2014-2020, sobretudo através do PROVERE (Aldeias do Xisto) e, de forma menos visível, por via de outros instrumentos de política setorial, designadamente no contexto do desenvolvimento rural e do turismo, com um enfoque na animação, quer a vertente das estruturas permanentes (percurso pedestres, trilhos cicláveis, centros de BTT, percursos e centros de *trail running*, *geocaching*) quer a realização de eventos

centrados nos recursos diferenciadores do território, com ampla divulgação e participação dos públicos interessados. A este respeito, Carvalho e Alves (2017), através da análise do calendário de eventos das Aldeias do Xisto, entre 2014 e 2016, assinalam o elevado número de atividades (417; 11,6 eventos/mês), desenvolvidas de forma regular ao longo do tempo, destacando-se as culturais e as de natureza (82%) – e, portanto, a relevância das atividades criativas e participativas nos programas de visita e sua relação com as experiências únicas (aprendizagem/conhecimento) –, e os municípios da Serra da Lousã (45%) – como os mais dinâmicos na organização e oferta de eventos com a chancela das Aldeias do Xisto.

O aparecimento de um novo ator institucional (ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto), em resultado de uma parceria (com mais de duas dezenas de municípios e uma centena de operadores privados) para gerir e promover a marca/produto das Aldeias do Xisto, constituiu um elemento crucial no processo de afirmação destes lugares na nova geografia do turismo e do lazer em Portugal. A oferta atual, com reconhecimento nacional e internacional, está estruturada em cinco áreas: alojamento, animação turística e restauração; percursos pedestres (caminhos do xisto); trilhos e centros de BTT; praias fluviais; lojas; eventos.

Em resumo, o relevante valor cultural das aldeias da Serra da Lousã² está expresso na arquitetura vernacular, onde a pedra (xisto, na sua maioria, mas também quartzito e granito) e a madeira permanecem como a coluna dorsal de

² As aldeias serranas da Lousã estiveram na génese de um procedimento de classificação, ao abrigo da Lei do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), o qual foi encerrado/arquivado (por despacho de 26/05/2008, do diretor do IGESPAR) e, portanto, sem que daí tenha resultado proteção legal (conforme informação disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72176>; consulta a 17/12/2018).

Contudo foram aprovados pela Câmara Municipal da Lousã, em fevereiro de 2015, os projetos de decisão de classificação e, em junho do mesmo ano, as decisões finais de classificação, das aldeias de Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal (as que foram requalificadas e integradas na Rede de Aldeias do Xisto) como conjuntos de interesse municipal, razão pela qual constam da lista de património imóvel da Lousã em vias de classificação, aguardando a fixação de restrições para o registo da classificação (de acordo com informação disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/19365734>; consulta a 17/12/2018).

uma paisagem singular que se completa, na envoltura de um casario apinhado, com caminhos estreitos e sinuosos (talhados no fraguedo telúrico), ladeados de muros de pedra solta, que conduzem às pequenas parcelas de cultivo, também elas pedindo o auxílio aos muros de pedra para evitar o desmoronamento e o arrastamento do solo para o fundo dos vales; o cenário completa-se com a velha floresta caducifolia composta de castanheiros, carvalhos, medronheiros, adernos, azereiros, azevinhos e outras espécies reliquiais; espaços arborizados de maior envergadura, com espécies nativas e naturalizadas; linhas de água impetuosas; formas de relevo monumentais, e outras manifestações grandiosas de uma relação secular entre o ser humano e o suporte físico, a que o primeiro adicionou traços de genialidade.

Ao mesmo tempo, é necessário considerar as manifestações culturais intangíveis, na amplitude de formas de expressão como a música, a dança, as festividades, as tradições orais como as narrativas (lendas e contos) ainda contadas na primeira pessoa e que são elos fundamentais para o resgate e a partilha da memória coletiva, sem esquecer as artes e ofícios (Figuras 44 e 45).

É o reino maravilhoso da montanha que tem na Serra da Lousã um dos seus grandes solares.

De forma complementar, casas nobres, solares e outros edifícios de valor arquitectónico ou histórico, de índole civil, militar ou religiosa, configuram bens de reconhecido valor cultural no contexto geográfico (municípios) da área de estudo – os 45 imóveis classificados, segundo dados de 2017 (INE, 2018), repartidos pelas categorias de Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público e Imóvel de Interesse Municipal, representam cerca de 1% do total nacional de bens culturais imóveis com estatuto de protecção.



Fotografia: Autores

Figura 44. Carlos Rodrigues (1928-2010) na fase de acabamento de uma escultura em pedra (Gondramaz, 2006)



Fotografia: Autores

Figura 45. Peça de artesanato, em madeira de castanheiro, da autoria de Kerstin Thomas (Cerdeira, 2008)

7. Valor ecológico

A inclusão da Serra Lousã na Rede Natura 2000³ (Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho) é uma prova inequívoca do reconhecimento do seu valor ecológico. O sítio Serra da Lousã (PTCON0060) corresponde a uma área de 15158 ha, repartindo-se pelos concelhos de Castanheira de Pera (onde ocupa 3026,28 ha), Figueiró dos Vinhos (2455,36 ha), Góis (4539,51 ha), Lousã (3788,20 ha) e Miranda do Corvo (1348,23 ha) – Figura 46 e Tabela 6 –, com um conjunto de 84 lugares integrados na área classificada (Figura 47).

Tabela 6. Distribuição geográfica do Sítio Serra da Lousã, por município

Rede Natura 2000 – Sítio da Serra da Lousã			
Concelho	Área (ha)	Área do Concelho Classificada (em %)	Área do Sítio no Concelho (em %)
Castanheira de Pera	3 026,28	45	20
Figueiró dos Vinhos	2 455,36	14	16
Góis	4 539,51	17	30
Lousã	3 788,20	27	25
Miranda do Corvo	1 348,23	11	9

Fonte: ICNF (2018)

³ A Rede Natura 2000, principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia, tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para reduzir a perda de biodiversidade. Além de abranger o meio terrestre também inclui o meio marinho sendo constituída pelas Zonas de Proteção Especial (ZPE), definida pela Diretiva Aves (criada com o intuito de conservar todas as espécies de aves que ocorrem naturalmente no estado selvagem) e pelas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), definida pela Diretiva Habitats (cujo principal objetivo é contribuir para assegurar a conservação dos habitats naturais e de espécies da flora e da fauna selvagens).



Elaboração própria com base em Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 46. Sítio da Serra da Lousã no contexto da Rede Natura 2000 em Portugal Continental

Conforme já referido, a orografia da Serra da Lousã apresenta “declives acentuados (originando encostas íngremes e vales muito encaixados, por vezes quase inacessíveis) nas vertentes a Norte e suaves a Sul onde, respetivamente, se fazem sentir as influências climáticas atlântica e mediterrânica” (ICNB, s/d:1) – Figura 48 –, com características bastante vincadas: temperaturas médias anuais que representam verões quentes (20-22°C), invernos suaves (9-11°C),

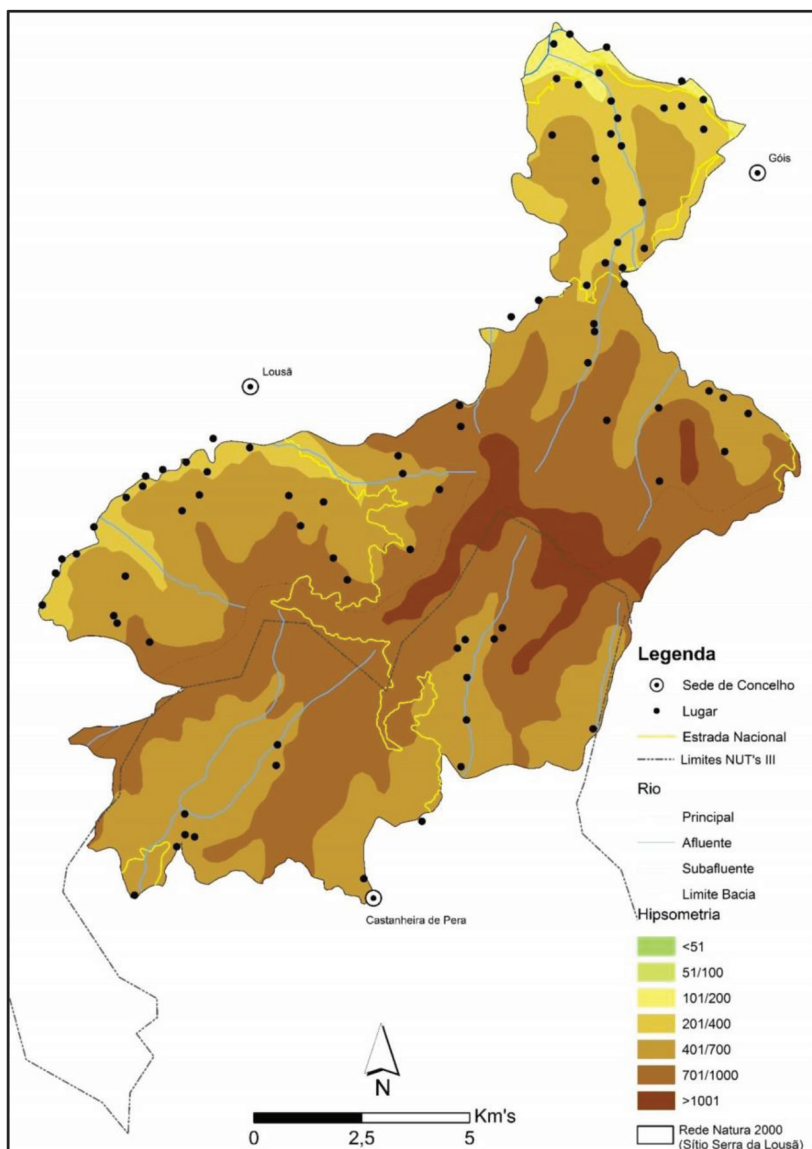
com chuva e neve frequente no outono, inverno e princípios da primavera, com precipitação média anual entre 1000 e 1800 mm (CML, 2014).

Devido às condições físicas enunciadas (“acentuada orografia e variantes climáticas”), “a vegetação existente é diversificada, com a ocorrência de azinheiras (*Quercus rotundifolia*) (9340) nas zonas mais secas e ensolaradas e de carvalhais de carvalho-robusto (*Quercus robur*) e carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) (9230) nas zonas mais húmidas e frias” (*Idem, ibidem*). Os povoamentos de castanheiros (*Castanea sativa*) (9260) encontram-se na proximidade de aglomerados populacionais.



Elaboração própria com base em Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 47. Lugares do SIC Serra da Lousã (Rede Natura 2000)



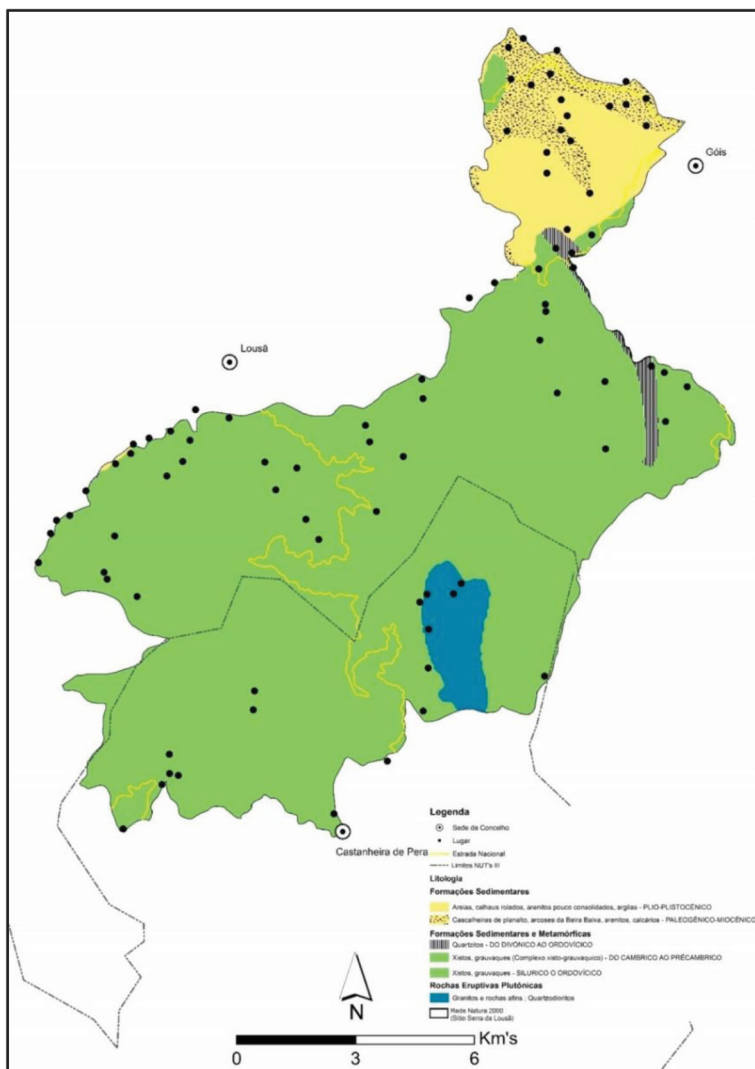
Elaboração própria com base em Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 48. Mapa hipsométrico do SIC Serra da Lousã

De igual modo relevantes são os elementos florísticos termófilos de carácter mediterrânico, como o sobreiro (*Quercus suber*) ou a gilbardeira (*Ruscus aculeatus*), bem como as manchas de aderno (*Phillyrea latifolia*) ou pilriteiro (*Crataegus monogyna*).

O sítio é considerado, no “Plano Sectorial”, como detendo um assinalável “interesse paisagístico, com imponentes cristas quartzíticas de valor geomorfológico significativo, acompanhadas pela existência de cascalheiras (depósitos de vertente) (8130*), áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético” (ICNB, s/d:1).

A sua geografia, marcada pelas inúmeras linhas de água que nascem na Serra da Lousã, “quase todas de carácter permanente, alimentam as bacias hidrográficas dos rios Zêzere e Mondego e assumem grande importância para espécies da fauna” (ICNB, s/d:2) e flora, num território dominado pelos xistos, mas onde o quartzito e granito apresentam uma diversidade notável na paisagem e ecologia (Figura 49). De facto, os solos com maior valor ecológico localizam-se na proximidade das linhas de água, constituídos maioritariamente por aluviossolos e coluviossolos, onde ocorre a vegetação ripícola, que se destaca pelas galerias que se apresentam como os últimos refúgios dos bosques da Laurissilva, fortemente afetados pelas últimas glaciações, onde se podem observar amieiros (*Alnus glutinosa*) (91E0*), salgueiros (*Salix alba*), choupos (*Populus alba*), freixos (*Fraxinus excelsior*) (91E0*) e comunidades dominadas por azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*) (5230*) com elevado interesse ecológico (incluída pela *International Union for Conservation of Nature* na lista vermelha de espécies ameaçadas), com a presença de azevinho (*Ilex aquifolium* – espécie em vias de extinção a nível nacional, protegida pelo Decreto-Lei n.º 423/89), constituindo “um habitat de carácter reliquial naturalmente pouco frequente” (*Idem, ibidem*). Ao longo das galerias ripícolas ocorrem, da mesma forma, outras espécies associadas aos bosques da Laurissilva, nomeadamente loureiro (*Laurus nobilis*) (5230*) e medronheiro (*Arbutus unedo*).



Elaboração própria com base em Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 49. Mapa simplificado da litologia do SIC Serra da Lousã

O “Atlas dos Briófitos Ameaçados em Portugal” (2012) identifica três espécies que ocorrem na Serra da Lousã, nomeadamente: *Microlejeunea ulicina* (que cresce em troncos de árvores em locais protegidos e húmidos, e também sobre a rocha,

muitas vezes sobre outros de briófitos), associada à diretiva habitat 91F0 e 9380; *Porella canariensis* (espécie frequente em zonas em que a humidade ambiental é elevada, podendo ser encontrada em zonas montanhosas costeiras a altitudes medianas), relacionada à diretiva habitat 8220; *Claopodium whippleanum* (que se caracteriza por formar tufos ou tapetes verde escuro, no solo sombrio ácido, taludes, margens de caminhos, rochas e em bases de árvores), correspondente à diretiva habitat 5230, 8130 e 9230.

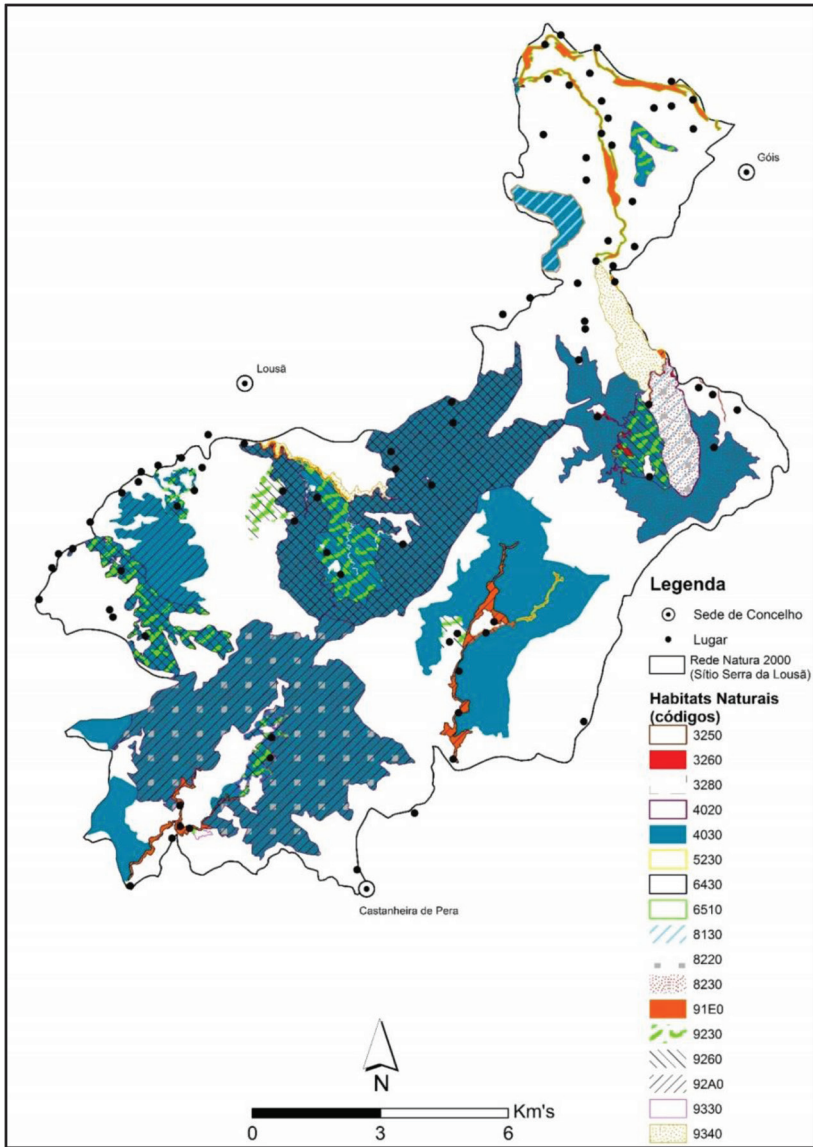
A área classificada como Sítio de Importância Comunitária inclui, da mesma forma, “áreas importantes para a conservação do lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) (1259) e particularmente para a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) (1172), atendendo a que se trata de uma área de elevada diversidade genética para a espécie e de maior vulnerabilidade” (ICNF, s/d:2).

Desta forma, pela sua importância ecológica, ao Sítio Serra da Lousã congrega um total de 16 habitats naturais e seminaturais (constantes no anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005) – Tabela 7 e Figura 50 –, 3 dos quais são considerados prioritários – a negrito na referida Tabela) e 9 espécies de fauna representadas no anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005, 3 delas prioritárias (Tabela 8 e Figura 51), sendo que 49,2% da SIC Serra da Lousã é abrangida por estes habitats. Essa relevância é, ainda, reforçada pela inclusão de outras 18 espécies nos anexos B-IV e B-V do referido diploma, 5 de flora e 13 de fauna (anfíbios e reptéis, invertebrados, mamíferos, peixes, flora e aves) – Tabela 9.

Tabela 7. Habitats naturais e seminaturais do Sítio Serra da Lousá
(a negrito consideram-se os habitats prioritários)

Código	Habitats naturais e seminaturais (anexo B-I, Dec. Lei n.º 49/2005)
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vgetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i> com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
4030	Charnecas secas europeias
5230*	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>)
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
8230	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicion dillenii</i>
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incana</i> , <i>Salicion albae</i>)
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>

Fonte: ICNB (s/d)



Elaboração própria com base em ICNF (2010)

Figura 50. Mapa dos habitats naturais do SIC Serra da Lousã

Tabela 8. Espécies de fauna (anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005)
do SIC Serra da Lousã

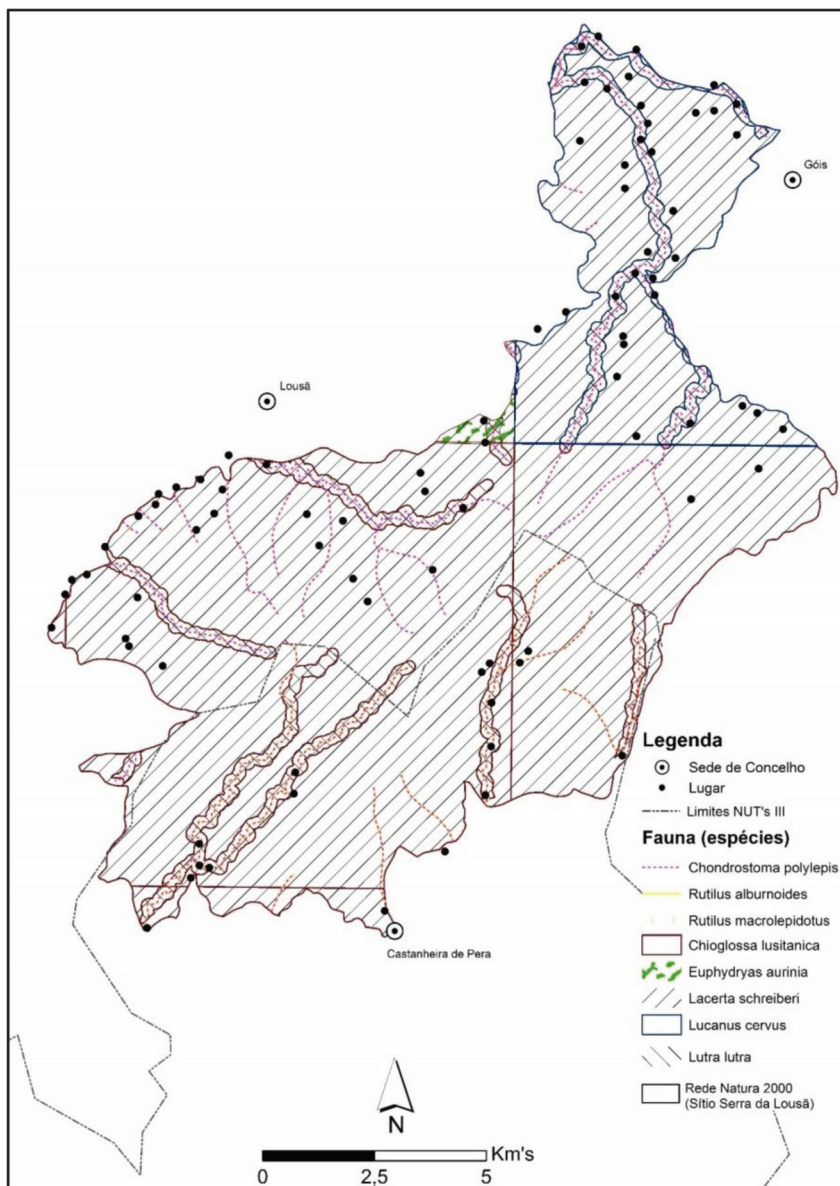
Código	Espécie	Nome Comum	Anexos
1083	<i>Lucannus cervus</i>	Vaca-loura	II
1116	<i>Chondrostoma polylepis</i>	Boga-comum	II
1123	<i>Rutilus albumoides</i>	Bordalo	II
1135	<i>Rutilus macrolepidotus</i>	Ruivaco	II
1172	<i>Chioglossa lusitanica</i>	Salamandra-lusitânica	II, IV
1259	<i>Lacerta schreiberi</i>	Lagarto-de-água	II, IV
1355	<i>Lutra lutra</i>	Lontra	II, IV
1304	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Morcego-de-ferradura-grande	II, IV
1303	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Morcego-de-ferradura-pequeno	II, IV

Fonte: ICNB (s/d)

Tabela 9. Espécies (anexos B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005)
do SIC Serra da Lousã

	Espécie	Nome Comum	Anexos
Flora	<i>Murbeckiella sousae</i>	n/a	IV
	<i>Narcissus bulbocodium</i>	Campainhas-amarelas	V
	<i>Narcissus triandrus</i>	n/a	IV
	<i>Ruscus aculeatus</i>	Gilbardeira	V
	<i>Teucrium salviastrum</i> ssp. <i>salviastrum</i>	Pólio	V
Fauna	<i>Barbus bocagei</i>	Barbo-comum	V
	<i>Alytes obstetricans</i>	Sapo-parteiro-comum	IV
	<i>Chalcides bedriagai</i>	Cobra-de-pernas-pentadáctila	IV
	<i>Hyla arborea</i>	Rela-comum	IV
	<i>Rana iberica</i>	Rã-ibérica	IV
	<i>Rana perezi</i>	Rã-verde	V
	<i>Triturus marmoratus</i>	Tritão-marmorado	IV
	<i>Felis silvestris</i>	Gato-bravo	IV
	<i>Genetta genetta</i>	Gineta	V
	<i>Herpestes ichneumon</i>	Sacarrabos	V
	<i>Mustela putorius</i>	Toirão	V
	<i>Hypsugo savii</i>	Morcego de Savi	IV
<i>Pipistrellus kuhlii</i>	Morcego Morcego de Kuhl	IV	

Fonte: ICNB (s/d)

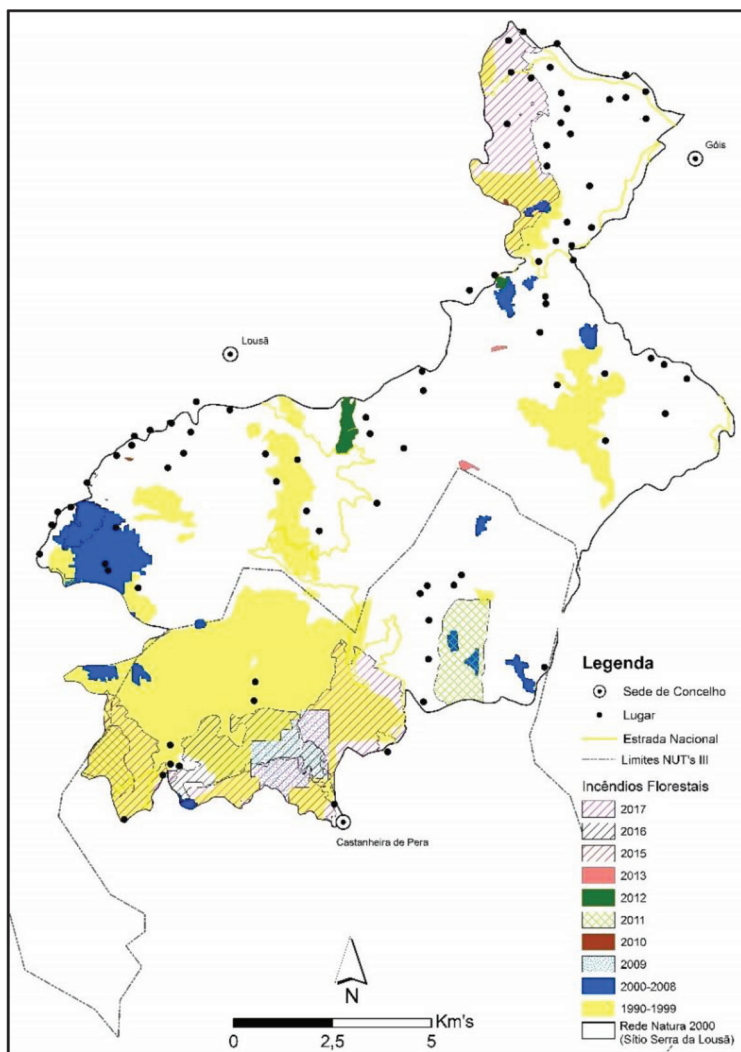


Elaboração própria com base em ICNF (2010)

Figura 51. Mapa de distribuição da fauna do SIC Serra da Lousã

A Carta de Ocupação do Solo de 1990 (COS90) serviu de base para a caracterização do Sítio Serra da Lousã que, segundo os dados expostos na Resolução de Conselho de Ministros, apresentava os seguintes tipos de uso do solo: floresta (51,88%); matos e pastagens naturais (38,70%); áreas agrícolas arvenses (3,44%); áreas agro-silvo-pastoris (3,28%); áreas agrícolas arbóreo-arbustivas (1,48%); outras – áreas urbanas e industriais, áreas sem coberto vegetal (1,20%); zonas húmidas (0,02%). Em relação à composição do uso florestal, e de acordo com o referido diploma, predominavam: pinheiro bravo (24%), eucálio (12%), resinosa (9%), castanheiro (8%), carvalhos (1%), não existindo qualquer referência às espécies invasoras, como a *Acacia dealbata*, que à data já apresentava alguma expressão no Sítio Serra da Lousã. O mesmo diploma refere ainda que 69% da área classificada como Rede Natura 2000 estava afeta ao regime de caça especial, e 31% teria sido afetado por incêndios florestais entre 1990 e 2003.

Neste sentido, no que diz respeito ao histórico de incêndios florestais na área considerada, para o período compreendido entre 1990 e 2018, verificou-se a ocorrência de 61 eventos de fogo (com ignição na Rede Natura 2000 ou fora desta), resultando no conjunto global de 8180,21 hectares queimados, com alguns padrões que se traduzem em áreas percorridas pelo fogo em diversos períodos, nomeadamente o setor das cabeceiras da ribeira de Alge e destas até ao Cabeço do Pião, Serra de Sacões (incluindo nesta a Mata do Sobral) e as vertentes entre Tábuas e os Cadavais (Miranda do Corvo) – Figura 52.

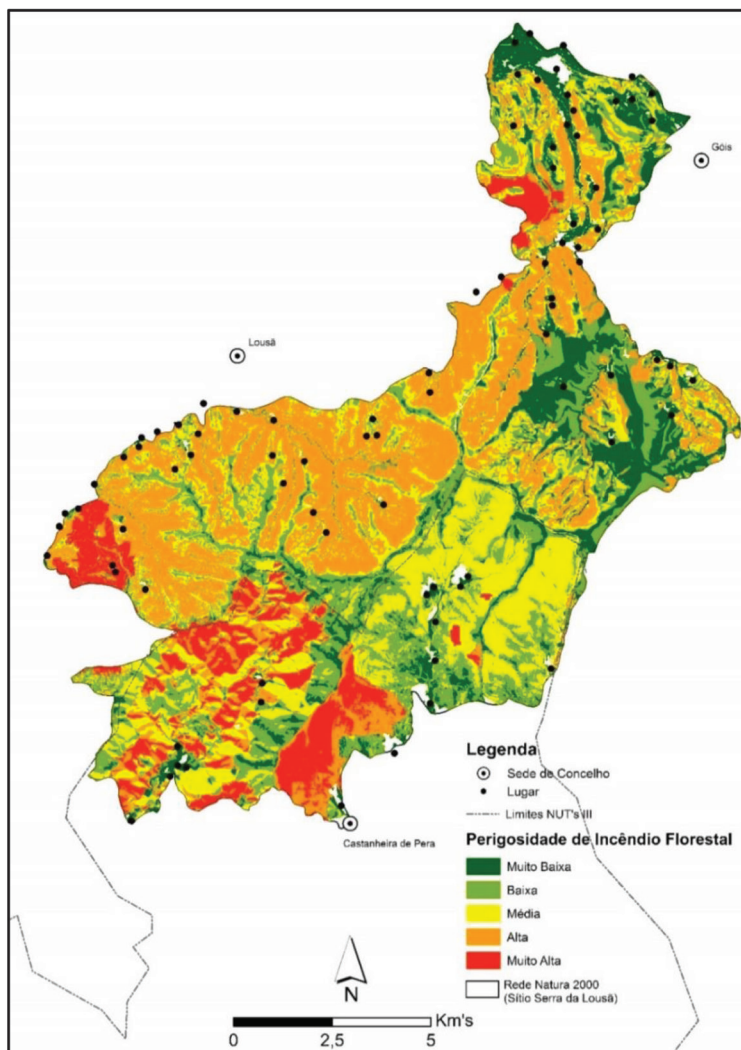


Elaboração própria com base em ICNF (2018)

Figura 52. Incêndios florestais no SIC Serra da Lousã, em 1990-2018

A cartografia de perigosidade de incêndio florestal, resultante da conjugação dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (em vigor) dos cinco concelhos abrangidos pela Rede Natura 2000, revela que 35,6% do SIC

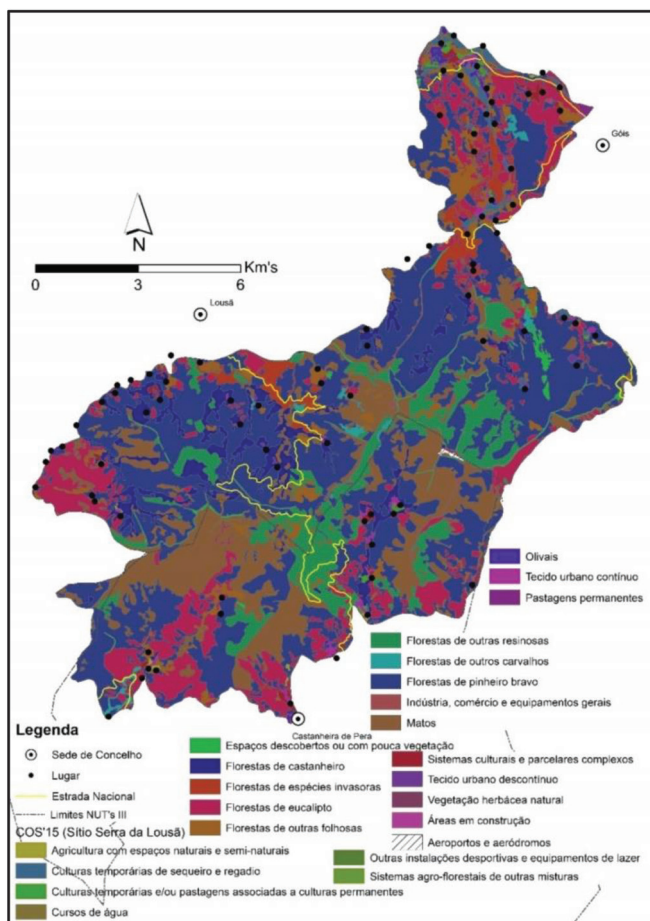
Serra da Lousã apresenta muito baixa ou baixa perigosidade de incêndio florestal, 23,2% perigosidade média, correspondendo os restantes 41,2% da área classificada a uma perigosidade alta ou muito alta (Figura 53).



Elaboração própria com base em ICNF (2018)

Figura 53. Perigosidade de incêndio florestal no SIC Serra da Lousã

Contrapondo os dados da COS90 (utilizados para a caracterização do Sítio Serra da Lousã), com os dados da COS2015, as diferenças são marcantes, com a seguinte composição: 43,1% de florestas de pinheiro bravo; 15,8% de matos; 13,9% de florestas de eucalipto; 9,1% de outras resinosas; 5,3% de florestas de castanheiros; 4,8% correspondentes a outras folhosas; 2,5% referentes a florestas de espécies invasoras; 1,3% são espaços descobertos ou com pouca vegetação (Figura 54).



Elaboração própria com base em DGT (2017)

Figura 54. Ocupação do solo do SIC Serra da Lousã, em 2015

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 na Serra da Lousã, em relação à atividade agrícola, menciona que esta se desenvolvia, “principalmente, ao longo dos vales aluvionares. Os principais sistemas agrícolas são os que se encontram ligados à policultura onde dominam as arvenses, a polipequária e os ovinos e caprinos” (ICNB, s/d:4), apontando uma superfície agrícola utilizada de 229 hectares, nas quais ocorriam 147 explorações agrícolas.

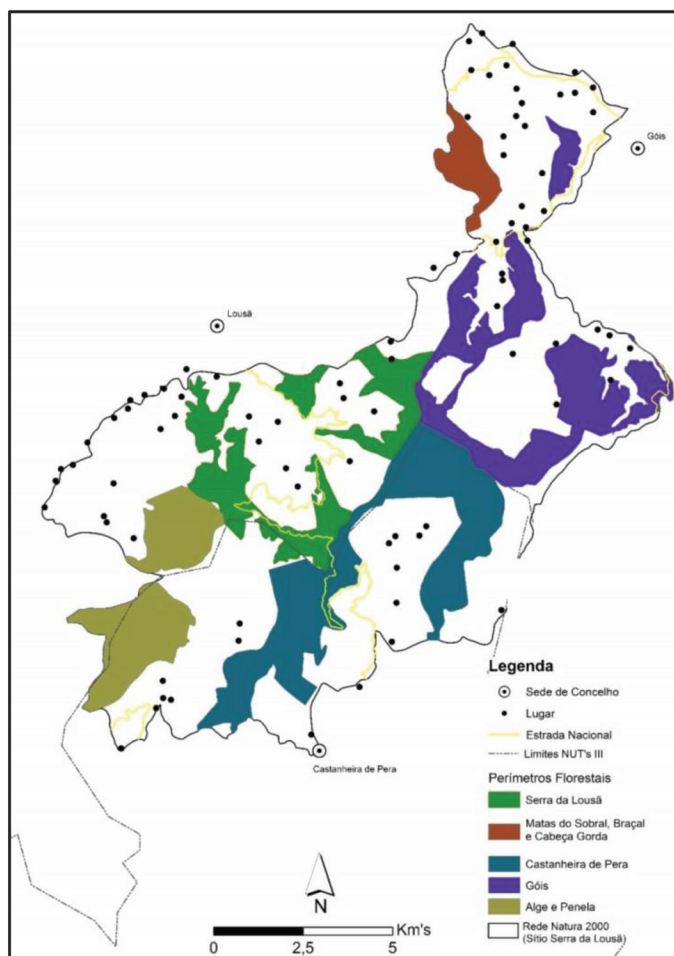
A caracterização socioeconómica assinala uma população residente de 2432 pessoas (2350 presente), com uma taxa de atividade de 34,3%, correspondendo 9,5% a população com atividade agrícola, maioritariamente (70,5%), com idade superior a 55 anos.

O citado documento identifica, da mesma forma, os fatores de ameaça às espécies e habitats na área considerada, apontando: “incêndios florestais; florestações com eucalipto (...); corte de vegetação ribeirinha (...); invasão de espécies exóticas infestantes (...); implantação de infraestruturas (parque eólicos e acessos) (...); pressão turística; passeios e provas motorizadas todo-o-terreno; empreendimentos hidroelétricos” (ICNB, s/d:5).

Como orientações de gestão, o Plano Setorial refere que estas “deverão ser prioritariamente dirigidas para a conservação e manutenção de linhas de água e das galerias que as marginam, bem como da fauna que lhe está associada (...), a preservação dos habitats associados às cristas quartzíticas e às cascalheiras, bem como a manutenção do mosaico agro-silvo-pastoril em diversas áreas (...)”. Preconiza, ainda, que “face às ameaças identificadas deverão ser ordenadas as acessibilidades e as atividades de recreio e lazer, promovida a erradicação de espécies exóticas e assegurado o acompanhamento técnico das ações de ordenamento e gestão florestal” (ICNB, s/d:6).

Por outro lado, é evidente a importância do Estado enquanto proprietário na área da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã, sendo que 38,2% (5790 ha) dos 15158 hectares correspondem a espaços submetidos (de forma parcial) ao regime florestal, com a seguinte expressão na área classificada: Perímetro Florestal de Castanheira de Pera (1750,28 ha), Perímetro Florestal de Góis (1596,49 ha), Perímetro Florestal da Lousã (1157,1 ha), Perímetros Florestais de Alge e Penela

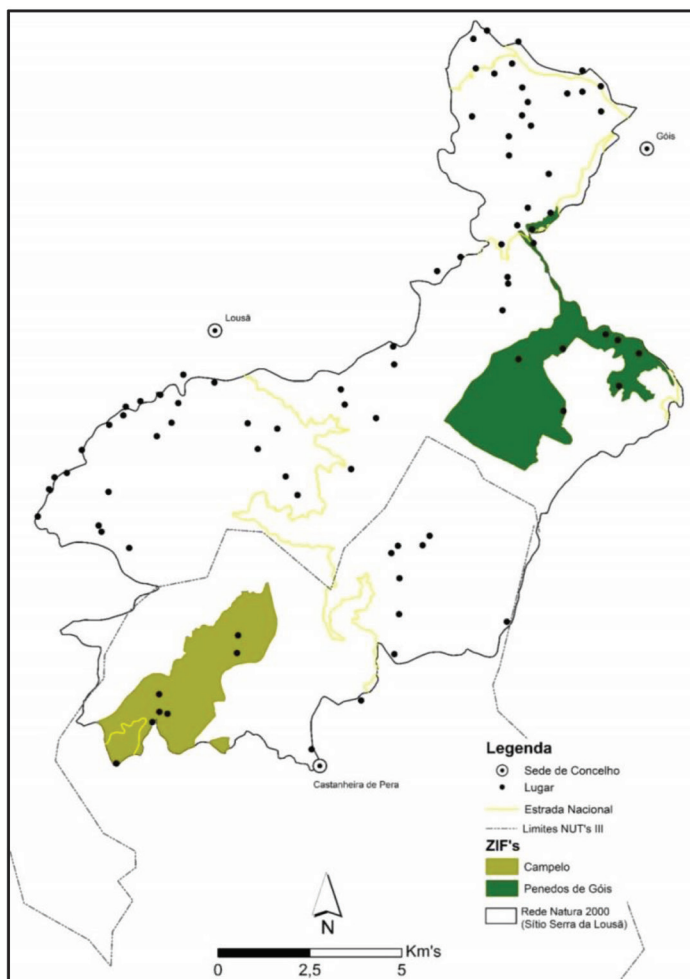
(1011,41 ha), Perímetro Florestal das Matas do Sobral, Braçal e Cabeça Gorda (274,97 ha) – Figura 55.



Elaboração própria com base em ICNF (2018)

Figura 55. Perímetros florestais no SIC Serra da Lousã

Apresenta-se, da mesma forma, como relevante a constituição de duas Zonas de Intervenção Florestal: Penedos de Góis (Góis), em 2008 (1318 ha), e Campelo (Figueiró dos Vinhos), em 2010 (3121 ha) – Figura 56.



Elaboração própria com base em ICNF (2018)

Figura 56. Zonas de Intervenção Florestal no SIC Serra da Lousã

Numa outra vertente, e pese embora o elevado valor ecológico e valor cultural de diversas espécies florestais, com conjuntos ou indivíduos isolados de porte monumental, na área considerada como Rede Natura 2000, na Serra da Lousã, apenas se verifica a ocorrência de uma árvore classificada (Coentral Grande – Castanheira de Pera).

8. Valor estético

O que sobressai na Serra da Lousã são trechos de uma obra de arte paisagística, fundindo elementos naturais e culturais, que pode ser apreciada de diversas maneiras, através dos sentidos. Sendo os valores estéticos as características ou qualidades de um determinado objeto ou local, bem como um conjunto de normas estabelecidas na mente de cada um/a, eles podem gerar diferentes juízos ou inspirar reações positivas ou negativas.

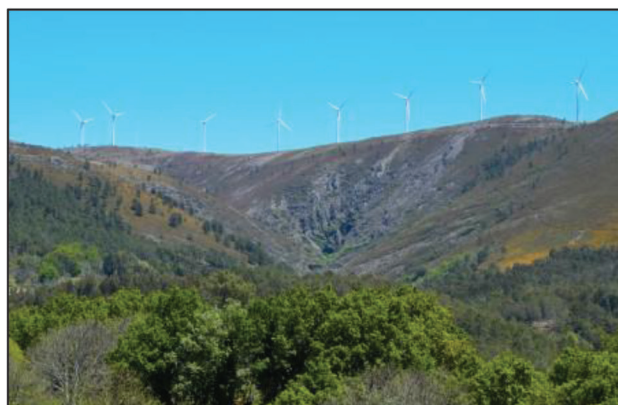
A percepção visual de uma paisagem é com frequência centrada na sua aparência, no valor da sua beleza e mesmo na experiência que a beleza, harmonia, equilíbrio e outras propriedades pode proporcionar, mais do que em critérios utilitários ou de valor económico.

Nesta perspetiva a Serra da Lousã, em particular, tal como a montanha, em geral, apresenta, na sua dimensão paisagística, traços como a imponência, a grandiosidade, o maravilhoso, o magnífico, o místico, a harmonia ou o equilíbrio, entre outros.

O levantamento brusco da Serra da Lousã é perceptível para quem fixa o olhar a partir de pontos de observação privilegiados, na proximidade, como, por exemplo, o Alto de Lamas ou o Senhor da Serra, ou com maior afastamento, como é o caso da linha de cumeada da Serra da Caramulo. Esta última têm a particularidade de permitir observar a imponência e grandiosidade de relevos, difíceis de individualizar, que se projetam ou prolongam no grande conjunto que constitui o bloco noroeste da Cordilheira Central Portuguesa.

Mas é preciso encurtar a distância em relação à Serra da Lousã ou percorrer as suas veredas e caminhos mais recônditos para descobrir perfis ou formas de relevo capazes de suscitar a percepção dos referidos valores. No topo da Serra da Sacões ou no interior da montanha na ligação entre Aigra Nova e Aigra Velha, vislumbram-se, pois emergem no horizonte, as linhas imponentes e grandiosas (quase verticais) dos Penedos de Góis, com as suas escombrelas de gravidade, enquanto símbolo da resistência dos quartzitos ordovícicos aos processos erosivos, a fazer lembrar relevos de outra ordem de grandeza física. A partir do estradão florestal da Cova das Malhadas ou à entrada do Coentral do Fojo, é

o encaixe da ribeira das Quelhas (Figura 57), no seu leito de granito e xisto, com mais de uma dezena de quedas de água e rápidos, que impressiona, pelo desnível e modelado associado. Embora no domínio do xisto, a transição do primeiro nível aplanado para o setor culminante da Serra da Lousã, coloca em evidência o grande mastro da montanha, o Alto (ou Altar) do Trevim, a 1205 metros, de onde se alcança um largo horizonte, “pois estando o tempo claro, dali se descobrem terras distantes mais de trinta ou quarenta léguas, quanto a vista pode compreender”, para usar as palavras do Prior Boaventura de Aguiar e Carvalho, na sua resposta ao Inquérito de 1758 (segundo transcrição de Chorão, 1988:145) – e o sobranceiro Planalto da Neve.



Fotografia: Autores

Figura 57. Ribeira das Quelhas, junto ao Coentral (2018)

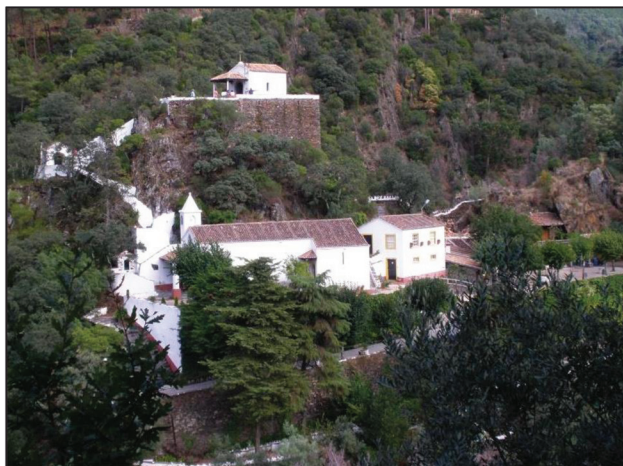
O carácter místico da Serra da Lousã é indissociável de locais como o castelo de Arouce (com origem na segunda metade do século XI e classificado como monumento nacional em 16/06/1910), localizado no promontório semicercado pela ribeira de São João, qual sentinela de tempos remotos a desafiar os séculos, protegendo o pequeno povoado e dominando a entrada da montanha; as ermidas (Figura 58), que com a referida fortificação formam um conjunto de rara beleza, com as capelas de São João – a mais antiga nesse local, “deve datar do século

XV” (Lemos, 1951:79) –, Senhor dos Aflitos (no morro sobranceiro ao castelo, tendo sido edificada em 1912) e, no topo do rochedo, a capela da Senhora da Piedade⁴; os poços da neve (em tempos áureos totalizaram sete exemplares) e a capela contígua, dedicada a Santo António (Figura 59), com a data de 1786 na portaria, mandada edificar por Julião Pereira de Castro (neveiro da casa real), cujo conjunto foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 03/01/1986; a Catraia, localizada no coração geométrico da serra, qual espaço de convergência dos limites administrativos de Lousã, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Miranda do Corvo, configura um ponto de passagem obrigatório na travessia da montanha, onde a figura da “Ti Joaquina” (Figura 60) é reconhecida pelo seu longo apostolado – “3 quartos de século”, na expressão de Álvaro Viana de Lemos⁵ – de bondade, assistência e serviços prestados aos transeuntes desses tempos remotos, tantas vezes colocando em risco a própria vida, face às intempéries, em particular no outono e inverno, a mais de 900 metros de altitude, que cruzavam a sua humilde casa, situada junto ao velho caminho de atravessamento da montanha, quando as condições de transporte de pessoas e bens (numa fase de afirmação da indústria de lanifícios de Castanheira de Pera) eram muito difíceis (a estrada nova da serra – EN 236 – só foi inaugurada em 1929) e a serra era inóspita (o início da rearborização data de meados da mesma década); o Santo António da Neve, enquanto espaço de grande significado cultural pois nele decorria a grande assembleia dos povoados da Serra da Lousã, por ocasião da romaria em homenagem ao ilustre padroeiro, a qual mobilizava centenas de pessoas e, ainda hoje, de outra maneira, é local de (re)encontro dos povos serranos; as pequenas capelas ou ermidas, em locais de celebração da fé ou devoção religiosa, e as alminhas em locais de passagem, por vezes longe de lugares,

⁴ Como explica Álvaro Viana de Lemos (1951:80), “Todas as obras da capela de S. João para cima foram feitas segundo reza uma inscrição colocada por baixo do cruzeiro, pelo capitão Francisco Barbosa, em 1624”.

⁵ O erudito lousanense redigiu um texto de homenagem à “Ti Joaquina da Catraia” (Joaquina Maria Antunes), por ocasião do falecimento desta ilustre Senhora, publicado no jornal “O Povo da Lousã” (02/03/1940, p.4), o qual, mais tarde, teve ampla divulgação, através de Edição Comemorativa da Inauguração da Estrada da Serra (27 agosto 1929 – 29 agosto 1999), pela Câmara Municipal da Lousã.

que reconfortavam os viajantes, nas travessias penosas pelos trilhos da montanha.



Fotografia: Autores

Figura 58. Santuário da Senhora da Piedade (2017)



Fotografia: Autores

Figura 59. Poços e Capela de Santo António da Neve (2017)



Fotografia: Autores

Figura 60. Painel de azulejos evocativo da “Ti Joaquina da Catraia”
(Catraia, 2018)

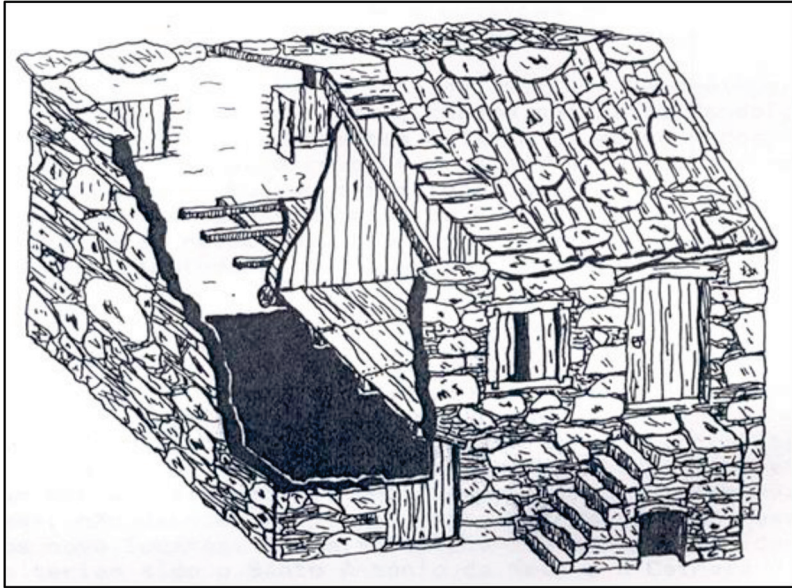
As edificações, os campos de cultivo e as manchas de vegetação são também uma janela para apreciar ou captar no plano visual as paisagens de maior beleza, harmonia ou equilíbrio da Serra da Lousã.

João Erse de Figueiredo (através do pseudónimo literário João Luso), na obra “Viajar”, descreve de forma magistral as construções serranas da Lousã. “Na sua rudeza primitiva, nada as protege dos tufões que varrem os cabeços e chegam a desenraizar carvalhos possantes como castelos; nem das enxurradas que carregam pedregulhos do tamanho de catedrais; nem do raio que escalavra e fende a gigantesca penedia, de alto a baixo... Encarrapitadas no lombo da serra, antes dão ideia de se equilibrar que de se agarrar; e, às vezes, batidas pela ventania, dir-se-ia que oscilam, periclitam, quase se despenham e só por milagre – um milagre que atravessa Invernos e Invernos, e se prolonga por gerações e gerações” (Luso, 1932:134).

A simplicidade e aparente fragilidade das casas, que se apresentam como um amontoado, edificadas umas junto às outras, quase sem deixarem entre elas um palmo de terra (“castelos de xisto” é a expressão utilizada pelo escritor Mário Braga, estampada em letra de forma na obra “Serranos”, editada, pela primeira vez, em 1946), regra geral sem reboco exterior (pedra à vista) e com dois pisos (rés-do-chão, com uma ou duas lojas para o gado e arrumo de utensílios agrícolas, e primeiro andar, composto de uma sala ampla com lareira baixa, onde vivia toda a família, na sua configuração primitiva⁶ – Figura 61) é o reflexo da utilização engenhosa dos poucos recursos locais (pedra: xisto, quartzito, granito; madeira: castanheiro, carvalho, pinheiro bravo) e da extrema pobreza dos habitantes da montanha. Nesse mosto mergulhou também a inspiração dos novos residentes e utilizadores; com outros meios e apoio técnico especializado, através dos melhores exemplos de reabilitação e novas construções, souberam dignificar essa herança e acrescentar qualidade aos lugares, com base numa cultura de valorização da paisagem e dos seus recursos ecoculturais diferenciadores.

⁶ “Mais tarde (...) aparecem divisões para a cozinha e o quarto de dormir, individualizadas através de tábuas de pinho dispostas de forma vertical.

Nos primeiros lustros do século XX, com a aplicação dos capitais amealhados através da (e) migração, aparecem os rebocos interiores e exteriores, que inicialmente eram feitos à base de areia e cal. Posteriormente, com a utilização regular de cimento, a matriz ganha nova expressão. Nas divisórias interiores surgem os tabiques, estruturados com tábuas e fasquias de pinho que recebem a argamassa de cal e areia, e numa fase posterior (meados do século) é utilizado o tijolo” (Carvalho, 2005:377).



Fonte: Carvalho (2005)

Figura 61. Casa serrana da Lousã: desenho esquemático

A percepção visual da paisagem, na componente dinâmica relacionada com a sucessão das estações anuais, tem na fitogeografia um quadro de referência, quando a composição do espaço agrícola e florestal é dominada por folhosas caducifólias. A paleta variegada de cores associada às folhas e/ou flores de castanheiros, carvalhos, bétulas e outras espécies do mesmo tipo, imprime traços originais à paisagem, o que é visível, de forma exuberante, na moldura arbórea de aldeias como, por exemplo, Candal, Catarredor, Talasnal, Vaqueirinho, Coentral Grande, Coentral da Cruz, Coentral do Fojo, Coentral das Barreiras, Gondramaz e Aigra Nova; nos caminhos de ligação entre as aldeias, como acontece na encosta sobranceira à levada da central hidroelétrica da ermida, ou em setores que resultam da reflorestação estatal, como Hortas (Figura 62), Porto Espinho, Trevim ou Cova das Malhadas. Essa alternância de tonalidade é, de igual modo, um postal ilustrado ou cartão de visita de rara beleza quando espécies como, por exemplo, a urze, o tojo, a carqueja

ou a giesta, dominam ou alternam em mosaicos de paisagem de dimensão significativa.



Fotografia: Autores

Figura 62. Terreiro das Bruxas (Cantão das Hortas, 2018)

No plano da toponímia, a montanha reflete a importância de algumas dessas espécies autóctones ou naturalizadas. A mais evidente é o castanheiro⁷, com os Soutos do Bracejal, Loiral, Porto Estieiro, Cova do Barco e Cova Rasa, nas encostas da ribeira do Catarredor e do Candal (na Lousã); Lomba do Souto Redondo e Lomba do Souto de Alvelo (na cabeceira da ribeira de Mega, em Góis); Souto Ramalho e Souto Vilar (a poente do antigo lugar das Searas, em Campelo); Souto Longo (entre a estrada florestal do Estoirão e Fiscal, na Lousã); e o carvalho, como Lomba dos Carvalhos (a sul de Gondramaz, em Miranda do Corvo), Carvalhinha (entre a estrada florestal do Estoirão e Póvoa de Fiscal, na

⁷ “Nas aldeias serranas da Lousã, como em tantas outras áreas montanhosas, a castanha foi durante muito tempo o principal alimento das populações rurais. A castanha pilada (seca nos “caniços”) era muito utilizada na alimentação dos habitantes, em particular quando os nevões de Inverno não permitiam sair de casa. Também era dada ao gado, sendo um alimento de reconhecido valor na engorda dos suínos, tal como as landes dos carvalhos recolhidas no Outono” (Carvalho, 2005:357-358).

Lousã) e Porto da Carvalha (entre Povorais e Oitava, em Góis). Costa do Vale da Aveleira (a norte do Franco de Cima, na Lousã), Costa das Azinheiras (a sul do marco geodésico da Neve, no Coentral), Porto Ervideiro (entre Vale Silveira e Trevim, no Coentral) e Lomba do Vidueiro (entre Aigra Velha e Povorais, em Góis) completam a lista de fitotopónimos da Serra da Lousã, com base na análise das cartas militares da área de estudo.

Quanto à dimensão sonora da paisagem, são os grandes rebanhos das aldeias serranas e os movimentos transumantes (resultado da utilização estival das pastagens da serra ou a pastagem de gado de outras origens, como assinala Adrião Forjaz de Sampaio, em 1838) que faziam ecoar pela montanha uma sonoridade peculiar. Para além do gado (Figura 63), a génese de outras sonoridades está relacionada com animais selvagens como os lobos (ainda em grande número e com danos consideráveis nos rebanhos pelo menos até ao final do século XIX). Rodas de água para acionar moinhos, lagares e estruturas industriais ou pré-industriais (papel e lanifícios) ou para elevar a água em sistemas de rega, instalados nas pequenas ribeiras ou rios que nascem na montanha, originavam também registos sonoros de presença muito antiga na montanha.



Fotografia: Autores

Figura 63. Rebanho de cabras na Ponte das Quelhas (2018)

Tendo perdido a grandeza que granjearam no passado⁸, persistem na atualidade alguns rebanhos nas aldeias serranas (como, por exemplo, em Aigra Velha, Chiqueiro e Coentral Grande), ao mesmo tempo que essas estruturas mais ou menos arqueológicas deixaram de funcionar e estão em abandono e risco de desaparecer (salvo raras exceções). E, como sempre, domina a água, a correr livre por entre penedos e na companhia de vegetação reliquial, em tantos percursos mágicos na montanha, cujo reinado só é quebrado pelo grito estridente de alguma ave de rapina ou pelos poderosos bramidos dos veados, no período de acasalamento, que trespassam montes e vales como relâmpagos fulminantes em noite de tempestade bravia.

Por último, a dimensão olfativa da paisagem, para evocar os odores emanados do fogo que, em lareiras improvisadas, aquecia os lares e os corações dos serranos, que em fogueiras controladas produzia o carvão vegetal a partir de raízes de torga e mato, o mesmo lume que hoje é necessário para confeccionar especialidades gastronómicas centradas na cabra, no cabrito e nas peças de caça (javali, veado, coelho, perdiz) em dias de festividade no recato familiar, em restaurantes afamados como o “Burgo” ou o “Ti Lena”, ou em outros locais que servem os mesmos fins.

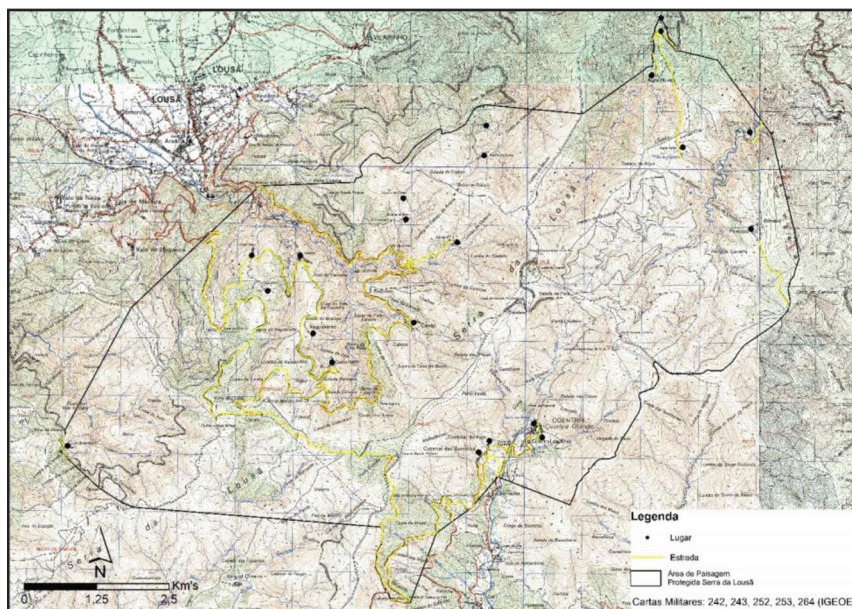
Por outro lado, é preciso mergulhar no interior da montanha e nos seus mais íntimos recantos, para sentir as fragâncias da vegetação silvestre, seja a libertada pelas flores, seja a proveniente de essências florestais (resinosas ou folhosas) ou árvores de fruto. São esses aromas que tornam únicos os locais de ocorrência dessas espécies. Mesmo de olhos vendados é possível perceber que estamos na Serra da Lousã: na ribeira do Mouro, são azereiros e medronheiros; no troço superior da ribeira do Espinho, são loureiros e medronheiros; na

⁸ “No Candal, seja pelo número mais elevado de população residente, seja pela maior disponibilidade de espaços para pastagem, nos anos 30 do século passado, existiam cerca de duas mil cabeças de gado. Três décadas depois, o rebanho estava reduzido a menos de um milhar de animais, e nos anos 70, quando terminou o pastoreio colectivo, o número de animais rondava uma centena. Esta diminuição, que atingiu as outras aldeias, decorre sobretudo da redução substancial da área de pastagens livres, que, por sua vez, é consequência da submissão de parte significativa dos antigos baldios serranos ao regime florestal. O declínio do pastoreio foi (mais) um elemento decisivo para a desagregação da frágil economia serrana” (Carvalho, 2005:356-357).

Catraia e no Porto Espinho, são pinheiros-silvestres, pseudotsugas, cameciparis, cedros-do-Atlas e pinheiros-negros; nos Coentrais, Candal ou Gondramaz, são castanheiros, carvalhos e cerejeiras. E mesmo no final do outono, quando a vegetação prepara a chegada da estação fria, são os tufos de folhas de castanheiro, carvalho, bétula, faia, amieiro, entre outras, o tapete de caminhos e percursos também adornados de musgos e líquenes (agarrados a pedras em muros que mãos caritativas construíram com tanto esforço), para aqueles que, no presente, buscam na montanha o (re)encontro com a mãe natureza ou apenas o encanto de sítios raros e lugares mágicos.

9. Delimitação

A proposta de delimitação da Serra da Lousã como Paisagem Protegida de âmbito Regional (Figura 64) tem como pressuposto principal o elevado valor cultural, ecológico e estético das paisagens que no presente refletem os mais relevantes resultados da relação harmoniosa do ser humano com o suporte físico, segundo uma perspetiva de continuidade espacial, o que consideramos como o mais adequado também para a sua gestão integrada.



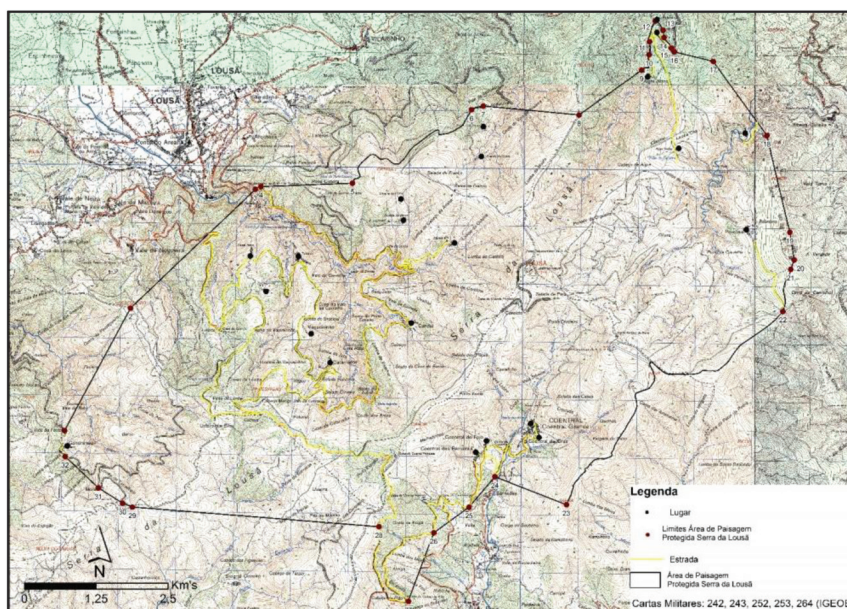
Elaboração própria com base na Carta Miliar de Portugal (folhas n.º 242, 243, 252 e 253)

Figura 64. Proposta de delimitação da Paisagem Protegida da Serra da Lousã

A espacialização desta proposta, de acordo com os critérios enunciados, é materializada através dos pontos de conexão identificados na Figura 65 e Tabela 10, do seguinte modo: do ponto georreferenciado (1) junto ao local de estacionamento e inversão de marcha para autocarros no Gondramaz estende-se uma ligação em linha reta até ao marco geodésico do Pessegueiro (2) e, deste, segue até ao Miradouro da Senhora da Piedade (3), na Lousã – interceptando a estrada florestal das Hortas, junto ao Miradouro da Tarrasteira. Desta porta de entrada, a área delimitada acompanha a estrada nacional 236 até às coordenadas identificadas no ponto 4, do qual se prolonga uma linha reta até ao cruzamento entre o aceiro da Ortiga e a estrada florestal (5) que se estende até às proximidades do aceiro sobranceiro ao Franco de Baixo, utilizando este caminho como referência até ao ponto georreferenciado (6). Deste ponto o limite acompanha a estrada florestal de ligação ao Franco de Baixo até ao ponto georreferenciado

(7), do qual se estende através de um segmento de reta até à linha de cumeada da Lomba do Mouro (8). A partir deste ponto, a área protegida é projetada pelo vale da ribeira do Mouro até cruzar com a estrada florestal que circunda a Aigra Nova (9), na base do lugar, seguindo-a em direção a Norte até alcançar o cruzamento com a estrada asfaltada de ligação entre Aigra Nova e Comareira (10). Desde este ponto de referência, acompanha a referida estrada (orientada a Norte) durante alguns metros até alcançar o cruzamento com a estrada florestal de ligação ao lugar de Cerejeira (11), seguindo-a até ao próximo ponto georreferenciado (12). Desta última coordenada, inflete pelo caminho que liga Cerejeira a Comareira, até alcançar a marca referenciada na base de Comareira (13), da qual é traçado um segmento de reta até à confluência com estrada florestal (14) que cruza com estrada asfaltada (15) (de ligação entre a estrada nacional 342 e as Aldeias do Xisto de Góis). Desde este último conjunto de coordenadas, o limite prolonga-se através da referida estrada, durante escassos metros, até ao ponto georreferenciado (16), a partir do qual é projetada uma linha reta até ao Penedo dos Corvos (17), no ponto de passagem do percurso pedestre PR1-GOI. Daqui, estabelece-se uma ligação até aos Penedos de Góis, sensivelmente a Este da Pena, até à posição georreferenciada (18). A partir desta coordenada a delimitação acompanha, de forma aproximada, a linha de cumeada da crista quartzítica até à referência assinalada (19), seguindo a inflexão da linha de cumeada até às coordenadas identificadas (20) e, deste, com uma linha reta até ao cruzamento entre a estrada asfaltada (de ligação aos Povorais) e a estrada florestal (21) que permite a ligação ao Santo António da Neve, seguindo ao longo desta até ao ponto georreferenciado (22), onde acompanha a estrada florestal que percorre a linha de cumeada (de forma aproximada), ao longo do parque eólico da Safra, até alcançar o marco geodésico com a mesma designação (23). Deste último ponto, o limite prolonga-se em linha reta até à estrada municipal 1150 de Castanheira de Pera (24), nas proximidades da Ponte de Pedra, seguindo em linha reta até ao ponto de contacto com a estrada municipal 508 do mesmo concelho (25), onde a delimitação avança de modo retilíneo até alcançar um ponto intermédio da Estrada Nacional 236 (26), a partir do qual se projeta uma linha reta até ao Mirante do Cabeço do Pião (27). A partir desta

última referência, a demarcação da área de paisagem protegida acompanha o traçado da estrada nacional 236, até alcançar as alminhas junto ao quilómetro 32 (28), onde se traça um segmento de reta até à marca georreferenciada na estrada florestal do parque eólico de Vila Nova (29), abrangendo as cabeceiras da ribeira de Alge. Desde este último ponto, o limite acompanha uma reta que se prolonga até às coordenadas (30), no contacto com a estrada florestal que liga até ao Gondramaz, desde o parque eólico. A partir desta coordenada, uma nova linha reta estende-se até à Fonte da Moita (31), junto ao tanque, permitindo um último segmento até à entrada meridional do Gondramaz (32), seguindo a estrada até encontrar o ponto de partida (1).



Elaboração própria com base na Cartas Miliar de Portugal (folhas n.º 242, 243, 252 e 253)

Figura 65. Referência de delimitação da Paisagem Protegida da Serra da Lousã

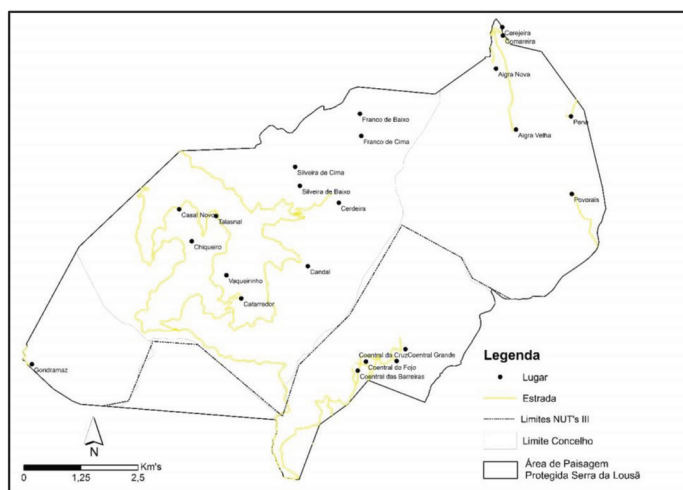
Tabela 10. Coordenadas correspondentes aos pontos de referência de delimitação da Paisagem Protegida da Serra da Lousã

Coordenadas Geográficas	Latitude (N)	Longitude (O)	Coordenadas Geográficas	Latitude (N)	Longitude (O)
1	40° 3.875'	8° 16.425'	17	40° 7.334'	8° 8.493'
2	40° 5.021'	8° 15.620'	18	40° 6.639'	8° 7.836'
3	40° 6.133'	8° 14.094'	19	40° 5.733'	8° 7.555'
4	40° 6.158'	8° 14.027'	20	40° 5.475'	8° 7.502'
5	40° 6.191'	8° 12.907'	21	40° 5.388'	8° 7.543'
6	40° 6.879'	8° 11.450'	22	40° 4.994'	8° 7.640'
7	40° 6.914'	8° 11.308'	23	40° 3.185'	8° 10.288'
8	40° 6.831'	8° 10.135'	24	40° 3.446'	8° 11.162'
9	40° 7.251'	8° 9.368'	25	40° 3.161'	8° 11.478'
10	40° 7.395'	8° 9.279'	26	40° 2.921'	8° 11.909'
11	40° 7.518'	8° 9.272'	27	40° 2.279'	8° 12.217'
12	40° 7.712'	8° 9.205'	28	40° 2.977'	8° 12.579'
13	40° 7.624'	8° 9.106'	29	40° 3.159'	8° 15.595'
14	40° 7.556'	8° 9.096'	30	40° 3.195'	8° 15.714'
15	40° 7.457'	8° 9.007'	31	40° 3.338'	8° 16.009'
16	40° 7.420'	8° 8.969'	32	40° 3.630'	8° 16.417'

Esta proposta integra cinco municípios (de duas comunidades intermunicipais), numa área coincidente e coerente com os valores naturais, culturais e estéticos anteriormente explicitados, de elevada notoriedade e amplamente reconhecidos para o biótopo Serra da Lousã.

Assim, como uma área de aproximadamente 6736 hectares, a Paisagem Protegida distribui-se pelos concelhos de Lousã (43,9%), Góis (26,5%), Castanheira de Pera (16,7%), Miranda do Corvo (7,8%) e Figueiró dos Vinhos (5,1%), agregando um total de 16 lugares com população residente e edificado, no geral, em bom estado de conservação (Figura 66), a saber: Candal, Catarredor, Cerdeira, Chiqueiro, Talasnal e Vaqueirinho (Lousã); Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira, Pena e Povorais (Góis), Coentral Grande, Coentral da Cruz, Coentral das Barreiras e Coentral do Fojo (Castanheira de Pera), Gondramaz (Miranda do

Corvo) – a que se junta o Casal Novo (Lousã) sem população residente, embora a aldeia permaneça recuperada, bem como 4 lugares desabitados e em mau estado ou ruína: Franco de Baixo, Franco de Cima, Silveira de Baixo e Silveira de Cima, na Lousã –, onde moram 146 pessoas⁹ (64,4% diz respeito à antiga freguesia do Coentral¹⁰), sendo a maioria população idosa, distribuídos por 74 famílias, para um universo de 520 edifícios e 521 alojamentos¹¹ (embora apenas uma pequena parte – menos de 14% do total –, com utilização permanente/residência habitual) – segundo dados dos Censos 2011 (Tabela 11).



Elaboração própria

Figura 66. Lugares abrangidos pela Paisagem Protegida da Serra da Lousã

Como portas principais de entrada da Paisagem Protegida da Serra da Lousã contam-se, a partir de Miranda do Corvo, o Gondramaz (com ligação desde a

⁹ Os valores de Agra Nova (4) e Agra Velha (3), em Góis, foram obtidos a partir de Alves (2013:178), uma vez que estes lugares não constam dos Censos 2011 – tal como acontece para o lugar da Cerdeira, na Lousã. Em 2003, no âmbito dos Planos de Aldeia, o Gabinete Técnico Local de Góis, refere a existência de 8 habitantes em Agra Nova e 5 residentes em Agra Velha.

¹⁰ O levantamento realizado no âmbito dos trabalhos preliminares do “Plano de Aldeia do Coentral” (Carvalho e Alves, 2018), para os lugares de Central Grande e Coentral da Cruz, indica uma redução da população residente: de 55 habitantes em 2011 para 34 residentes.

¹¹ Para estas variáveis não há dados de 2011 relativos à aldeia de Cerdeira.

estrada municipal 555 em Cadaixo, e articulação com o interior da serra); na Lousã, o castelo de Arouce (monumento nacional) e os miradouros de Senhora da Piedade (na estrada municipal 580 e na estrada que conduz ao interior/setor meridional da serra – EN236 –, respetivamente) e Tarrasteira (na estrada florestal das Hortas); em Góis, a Comareira, a Aigra Nova e a Aigra Velha (com acesso desde a estrada nacional 342, na proximidade de Ponte de Sótão), a Pena e os Povorais (a que se acede a partir da estrada nacional 2); em Castanheira de Pera, o mirante do Cabeço do Pião e os Coentraís (com ligação a partir da estrada nacional 236, através da estrada municipal 508, e do caminho municipal 1150, para além do acesso superior – caminho municipal 1148 – desde o Santo António da Neve); em Figueiró dos Vinhos, o limite superior da ribeira de Alge, com acesso desde a estrada municipal 521 (em Pé de Janeiro, junto à estrada nacional 347) até à Catraia ou a partir da estrada nacional 236 junto ao referido local.

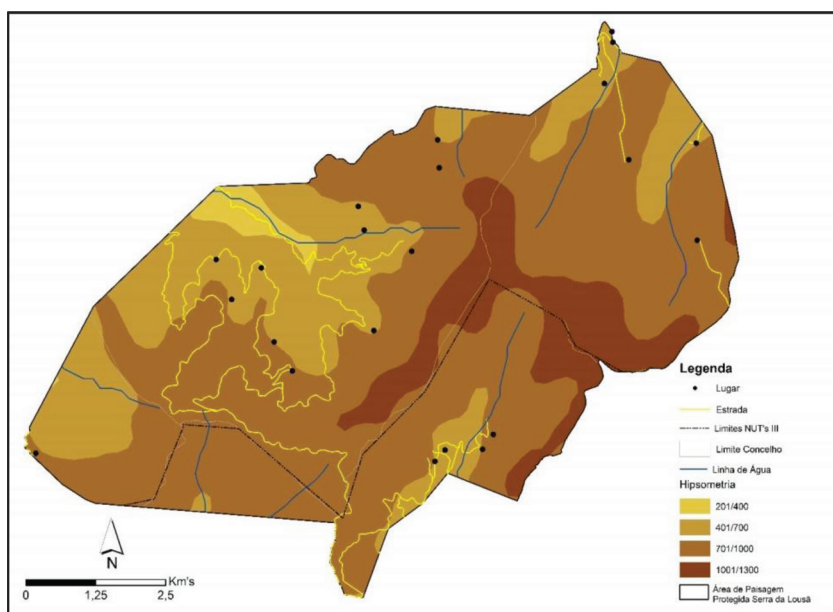
Tabela 11. Indicadores demográficos das aldeias da Paisagem Protegida da Serra da Lousã, em 2011

Distribuição Geográfica	População Residente	Famílias	Edifícios	Alojamentos	Alojamentos Residência Habitual
Coentral da Cruz	29	13	50	51	13
Coentral das Barreiras	35	13	45	45	12
Coentral do Fojo	4	2	23	23	2
Coentral Grande	26	13	76	77	13
Castanheira de Pera	94	41	194	196	40
Aigra Nova	4	2	23	23	2
Aigra Velha	3	2	11	11	2
Comareira	4	2	13	13	2
Pena	14	7	23	23	7
Povorais	2	1	25	25	1
Góis	27	14	95	95	14
Candal	3	2	63	63	2
Casal Novo	0	0	31	31	0
Catarredor	11	8	26	26	8
Cerdeira	sd	sd	sd	sd	sd
Chiqueiro	2	1	12	12	1
Talasnal	1	1	48	48	1
Vaqueirinho	4	4	17	17	4
Lousã	21	16	197	197	16
Gondramaz	4	3	34	34	3
Miranda do Corvo	4	3	34	34	3
Total	146	74	520	521	73

Elaboração própria com base em INE (2011) e Alves (2013)

Quanto às características da área proposta para classificação, designadamente os atributos biofísicos, importa, em primeira análise, destacar a importância da hipsometria, uma vez que 72,9% do polígono apresenta entre 701 e 1205 metros de altitude (e, destes, 61,3% correspondem a valores altimétricos entre 701 e 1000 metros). As cotas entre 401 e 700 metros correspondem a 25,4% do território e, por fim, 1,7% da área varia entre 201 e 400 metros (Figura 67).

Em relação à drenagem da Serra da Lousã, esta marca a separação entre as bacias hidrográficas do Mondego e Zêzere (Tejo), correspondendo a 63,2% e 26,8% da área de paisagem protegida, respetivamente.

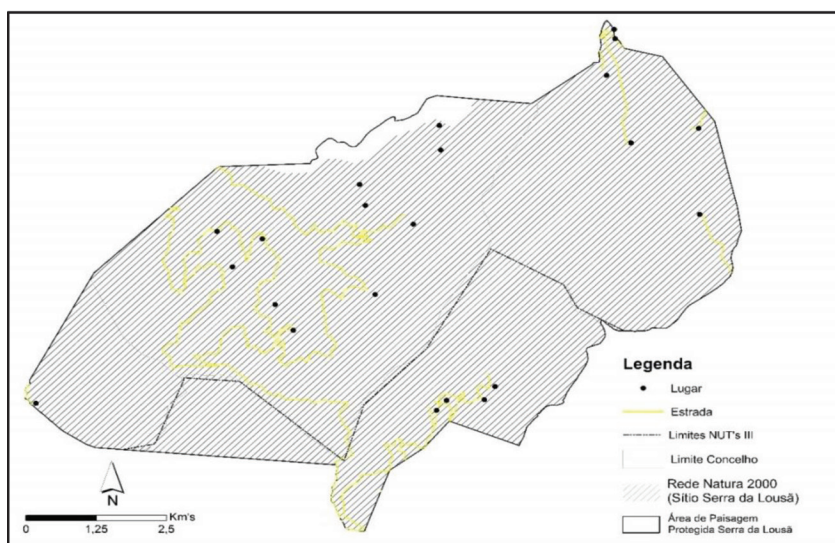


Elaboração própria com base no Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 67. Mapa hipsométrico da Paisagem Protegida da Serra da Lousã

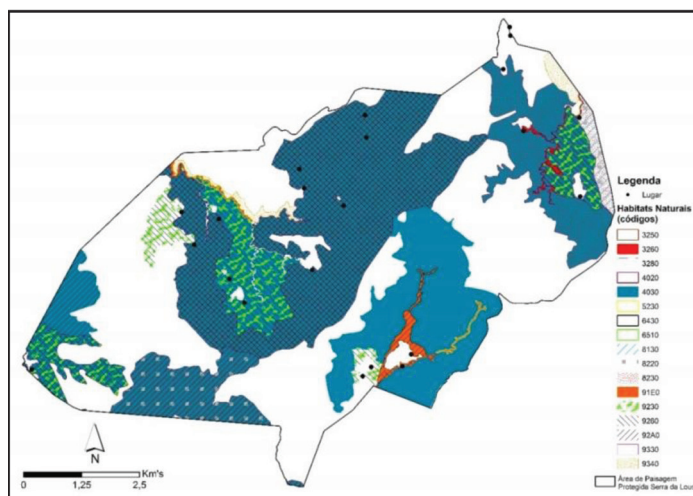
A relevância dos valores ecológicos da Paisagem Protegida da Serra da Lousã destaca-se, de entre outros elementos, pelo facto de 98,2% da área considerada pelo estudo se encontrar integrada no Sítio de Importância Comunitária Serra da Lousã (Figura 68), da Rede Natura 2000 e, do conjunto dos 6736 hectares, 61,1% da área é coincidente com habitats naturais e seminaturais identificados

no plano setorial deste Sítio de Importância Comunitária (Figura 69) e 98,2% integrados nos habitats de fauna referenciados pela Rede Natura 2000 (Figura 70).



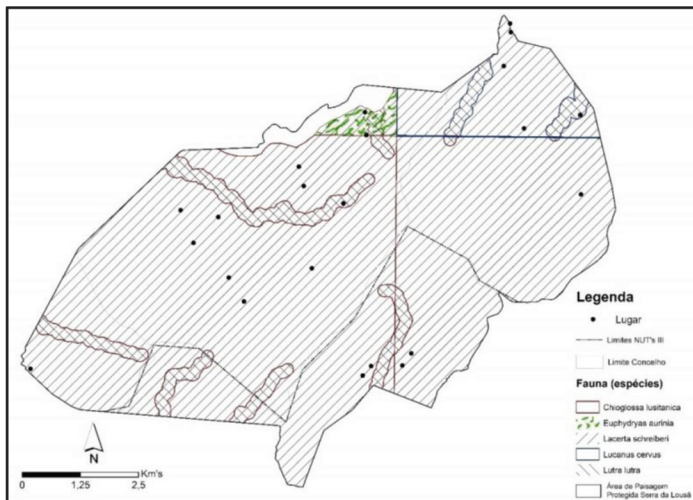
Elaboração própria com base em ICNF (2010)

Figura 68. Rede Natura 2000, na Paisagem Protegida da Serra da Lousã



Elaboração própria com base em ICNF (2010)

Figura 69. Habitats naturais e seminaturais da Rede Natura 2000, na Paisagem Protegida da Serra da Lousã



Elaboração própria com base em ICNF (2010)

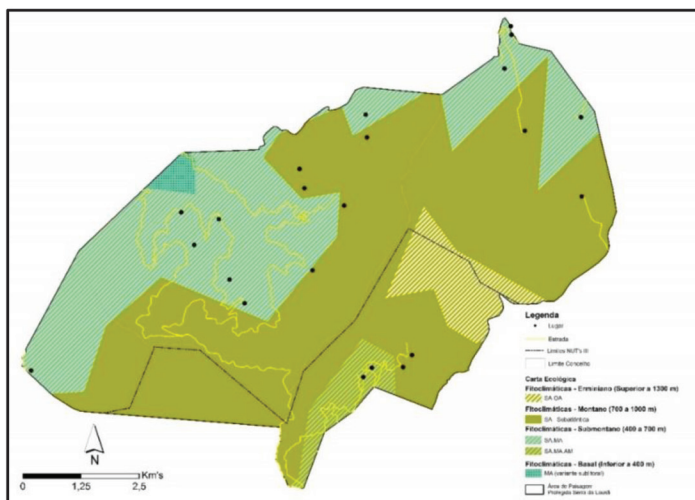
Figura 70. Espécies de fauna da Rede Natura 2000, na Paisagem Protegida da Serra da Lousã

Da mesma forma, a análise à carta ecológica (Atlas Digital do Ambiente, 2014), permite identificar para a área proposta quatro andares, com predominância do montano (58,6%) e submontano (35,2%) – Figura 71 –, correspondendo às zonas ecológicas SA (subatlântica) e SA.MA (subatlântica, de transição entre o domínio atlântico e mediterrânico).

No que diz respeito aos tipos de paisagem identificados pelo Atlas Digital do Ambiente, na área proposta para Paisagem Protegida da Serra da Lousã, são consideradas quatro unidades fundamentais, com maior representatividade das classes Montanhas de Granito e Xisto (nível pastoril) (60%) e Subserra Erminiana (31,7%) – Figura 72.

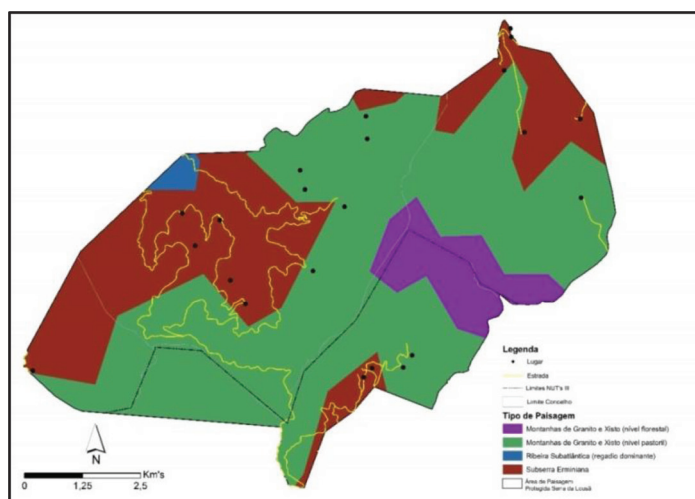
Com solos compostos maioritariamente por cambiosolos (húmicos/xisto e húmicos/de xisto e quartzito) – Figura 73 –, estes são predominantemente ácidos, com PH entre 4,6 e 5,5 (99,4%) (Atlas Digital do Ambiente, 2014) – Figura 74. Na área em causa a precipitação média varia entre 1400 e 1600 mm, por ano (Atlas Digital do Ambiente, 2014), e as temperaturas médias que variam entre 10-12,5°C (51,2%) e

entre 75-10°C (48,8%) – Figura 75. Em termos litológicos predominam os xistos e grauvaques, com pequenas (mas importantes) manchas de granito (Coentrais) e quartzitos (Penedos de Góis) – Figura 76. De igual modo, é necessário reconhecer a importância da tectónica na definição do relevo (Figura 77).



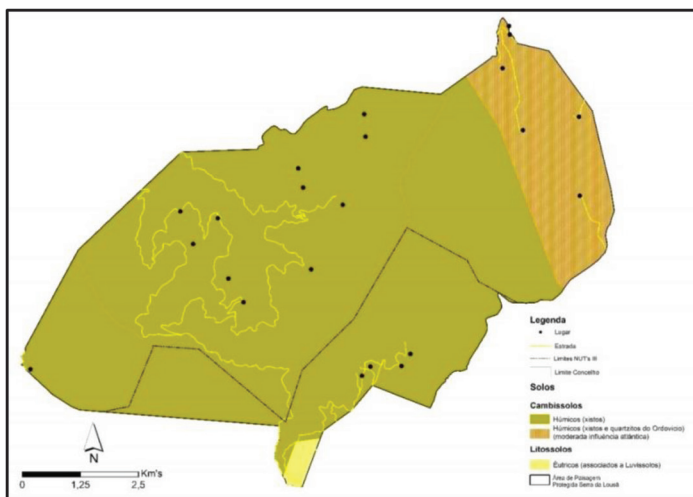
Elaboração própria com base no Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 71. Carta ecológica da Paisagem Protegida da Serra da Lousã



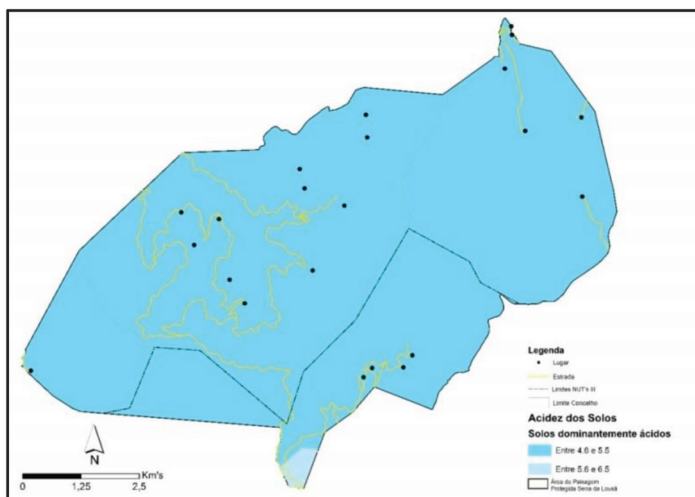
Elaboração própria com base no Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 72. Tipologias de paisagem da Paisagem Protegida da Serra da Lousã



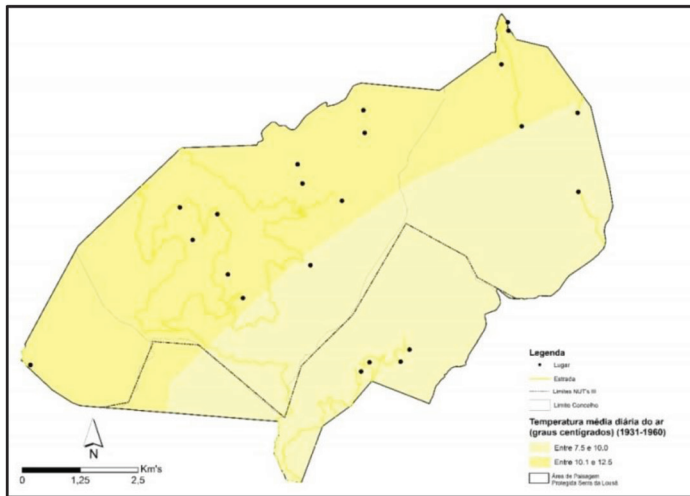
Elaboração própria com base no Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 73. Carta de solos da Paisagem Protegida da Serra da Lousã



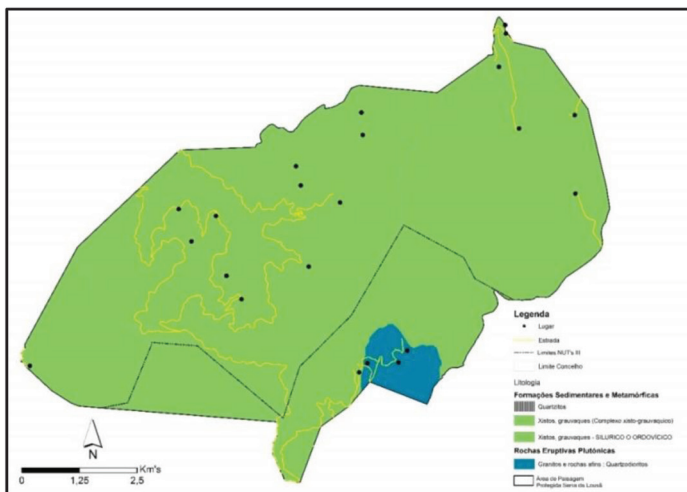
Elaboração própria com base no Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 74. Acidez dos solos da Paisagem Protegida da Serra da Lousã



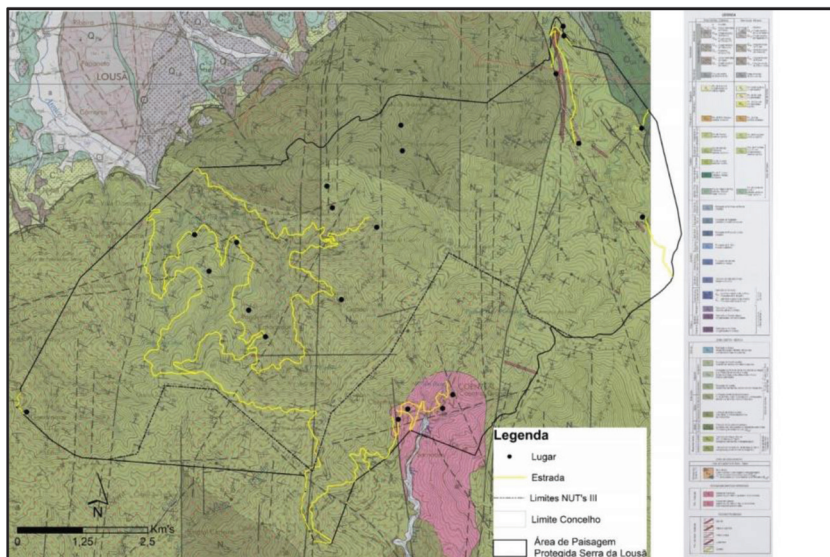
Elaboração própria com base no Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 75. Distribuição da temperatura média na Paisagem Protegida da Serra da Lousã (normais climatológicas 1931-1960)



Elaboração própria com base no Atlas Digital do Ambiente (2014)

Figura 76. Litologia (simplificada) da Paisagem Protegida da Serra da Lousã



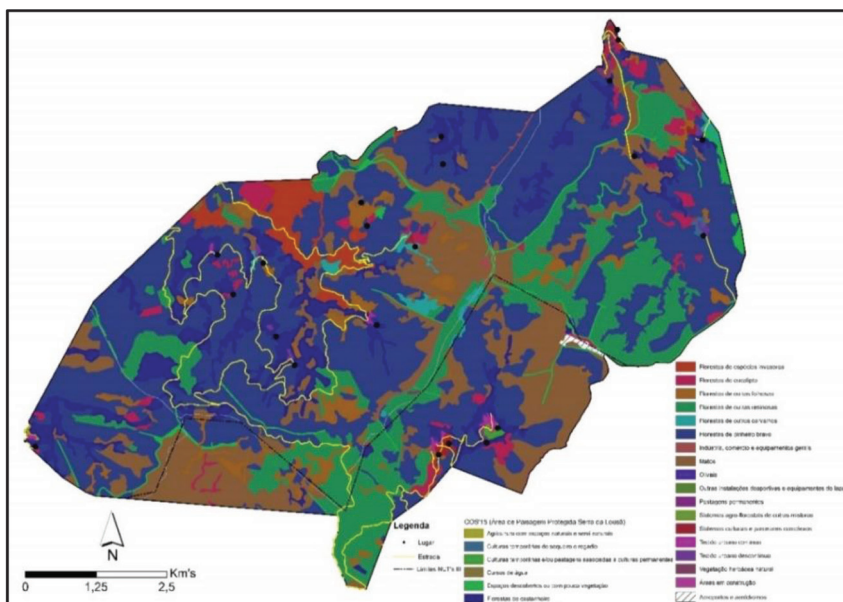
Elaboração própria com base em LNEG (2018)

Figura 77. Carta geológica 19-D, adaptada à Paisagem Protegida da Serra da Lousã (parcial)

Considerando a ocupação do solo, de acordo com os dados disponibilizados pela Carta de Ocupação do Solo de 2015, na área de Paisagem Protegida da Serra da Lousã, predomina a ocupação por florestas de pinheiro bravo (46,1%), seguindo-se, entre as mais representativas, áreas ocupadas por matos (16,9%), florestas de outras resinosas (15,6%), florestas de castanheiro (9,3%), florestas de outras folhosas (3,5%), florestas de eucalipto (2,6%), florestas de espécies invasoras (2,2%). A área ocupada por tecido urbano, contínuo e descontínuo, segundo a COS15, corresponde a cerca de 24ha (0,4%) – Figura 78.

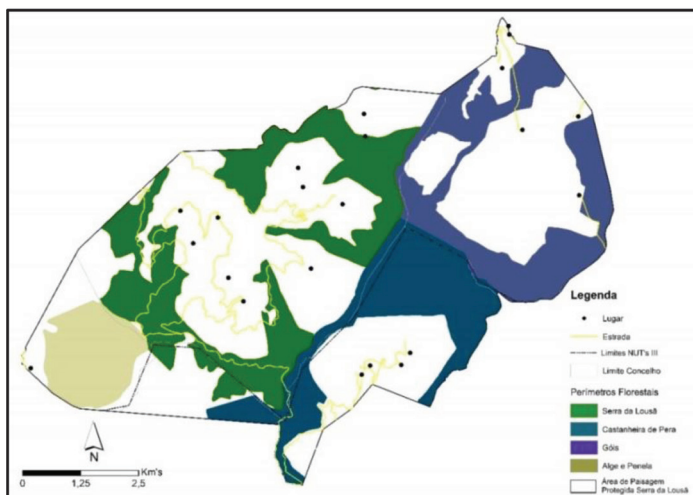
Destaca-se, na área delimitada para a Paisagem Protegida da Serra da Lousã, a importância do Estado enquanto proprietário, representando 46,9% dos 6736 hectares, em parcelas correspondentes a perímetros florestais, todos em regime parcial, com a seguinte expressão: Perímetro Florestal da Lousã (1175,76 ha); Perímetro Florestal de Góis (825,96 ha); Perímetro Florestal de Castanheira de Pera (777,87 ha); Perímetros Florestais de Alge e Penela (377,36 ha) – Figura 79 –,

aos quais estão associadas cinco casas florestais, coincidentes com o polígono da área proposta para classificação, a saber: Cavalete, Cova das Malhadas, Estoirão, Hortas e Porto Espinho (Figura 80). Apresenta-se, da mesma forma, como relevante a constituição de duas Zonas de Intervenção Florestal, Penedos de Góis (Góis) e Campelo (Figueiró dos Vinhos), correspondendo a 11,6% da área de paisagem protegida proposta (Figura 81).



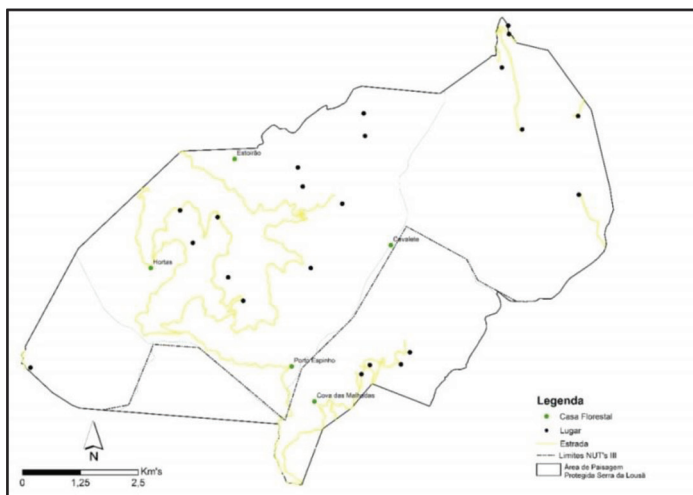
Elaboração própria com base em DGT (2017)

Figura 78. Carta de ocupação e uso do solo (2015) da Paisagem Protegida da Serra da Lousã



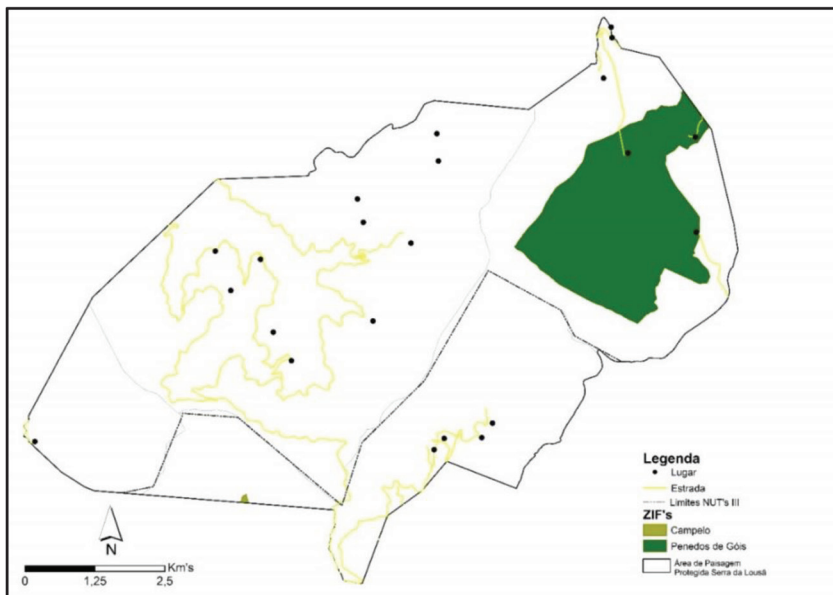
Elaboração própria com base em ICNF (2018)

Figura 79. Perímetros florestais abrangidos pela Paisagem Protegida da Serra da Lousã



Elaboração própria

Figura 80. Casas florestais integradas na Paisagem Protegida da Serra da Lousã

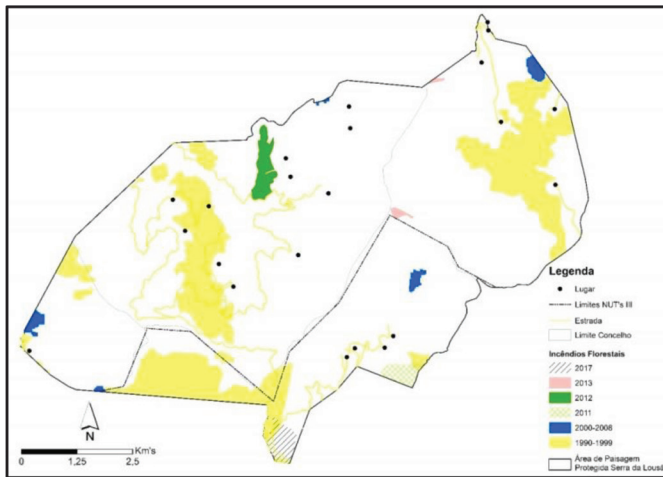


Elaboração própria com base em ICNF (2018)

Figura 81. Zonas de intervenção florestal integradas na Paisagem Protegida da Serra da Lousã

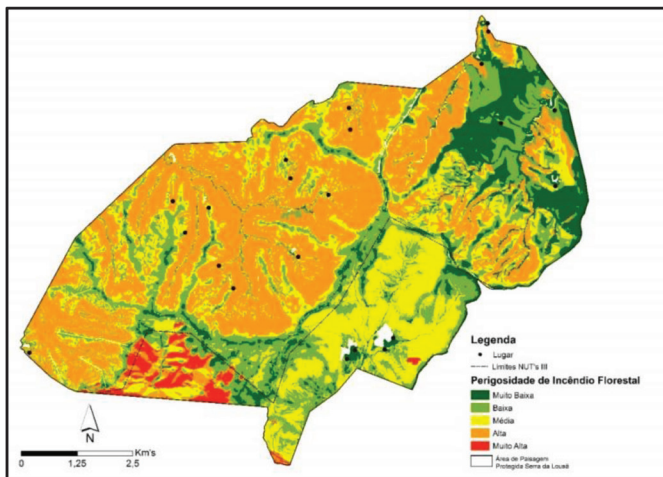
Numa outra perspetiva, a análise ao histórico de incêndios florestais na área proposta, tendo como referência o período compreendido entre 1990 e 2017 (último ano com registo de área ardida coincidente com a paisagem protegida), verificou-se a ocorrência de 21 episódios de fogo, resultando no conjunto global de 1283,8 hectares queimados (Figura 82).

A cartografia de perigosidade de incêndio florestal, resultante da conjugação dos dados expostos pelos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (em vigor), dos cinco concelhos abrangidos pela Paisagem Protegida da Serra da Lousã, revela que 39,7% área considerada apresenta elevada perigosidade de incêndio florestal, 33,8% baixa ou muito baixa perigosidade, 24,5% um nível médio, correspondendo os restantes 2% da área classificada a uma perigosidade muito alta (Figura 83).



Elaboração própria com base em ICNF (2018)

Figura 82. Áreas queimadas, por ano, na Paisagem Protegida da Serra da Lousã



Elaboração própria com base em ICNF (2018)

Figura 83. Perigosidade de incêndio florestal na Paisagem Protegida da Serra da Lousã

Por fim, e apesar do elevado valor ecológico e inestimável relevância cultural do arvoredo no território em estudo, com resultado na ocorrência de conjuntos ou indivíduos isolados de porte monumental, no polígono proposto para a Paisagem Protegida da Serra da Lousã, apenas se verifica a ocorrência de uma árvore classificada (em Coentral Grande, Castanheira de Pera), o que abre uma janela de oportunidade para a criação de um plano de salvaguarda das singularidades fitogeográficas do território, da qual poderá resultar a classificação de dezenas de árvores isoladas e/ou conjuntos de porte monumental, mesmo que considerando apenas os exemplares excepcionais.

(Página deixada propositadamente em branco)

CONCLUSÃO

A realização desta investigação teve subjacente dois objetivos fundamentais: por um lado, a apresentação do estado da arte, com base em revisão de literatura especializada, para explicitar o significado e importância das áreas protegidas, bem como analisar as suas ligações ao património, lazer e turismo, designadamente em espaços rurais e montanhosos; por outro, tendo como suporte a consulta, a recolha e o tratamento de informação relevante sobre o território (na amplitude de publicações especializadas, dados estatísticos e outros elementos fundamentais provenientes de investigação de campo), a estruturação de uma proposta de classificação da Serra da Lousã no contexto da Rede Nacional de Áreas Protegidas, a qual promova também um novo modelo de ordenamento e gestão em escala supramunicipal.

O desenvolvimento dos concelhos da Serra da Lousã, não obstante a complexidade e heterogeneidade das suas realidades económicas, sociais e territoriais, resultou em dinâmicas singulares como, por exemplo, o crescimento urbano dos lugares polarizadores da bordadura setentrional (com forte ligação a Coimbra); a regressão demográfica e o envelhecimento dos povoados do interior da montanha (com dimensões locais diferenciadas); a redução da atividade e dos ativos do setor primário; o abandono progressivo de espaços rurais (agrícolas e florestais – incluindo os que foram submetidos ao regime florestal); o crescimento da área ocupada por espécies exóticas (designadamente o eucalipto) e invasoras (com destaque para a acácia-mimosa); a requalificação/refuncionalização de algumas aldeias e paisagens serranas, de que resultou valor acrescentado para os municípios e a região.

Este último processo está relacionado, quer com a residência secundária, desde meados dos anos 70 do século XX, quer com o turismo por via de instrumentos de desenvolvimento integrados e territorializados como a Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, em 2000-2006 e o Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, em 2007-2013 e 2014-2020, entre outros apoios públicos relevantes, os quais estão na génese e consolidação do produto turístico Aldeias do Xisto e, com ele, a afirmação e agregação de novos territórios, até então ausentes ou sem visibilidade na geografia do lazer e/ou do turismo, associados a uma imagem e marca cada vez mais visível: a Serra da Lousã.

O desenvolvimento de novas modalidades de lazer ativo e turismo de/natureza, com destaque para as atividades de pedestrianismo, BTT (como, por exemplo, *Downhill*, *Cross Country* ou Maratona), *geocaching*, observação de fauna e flora, *trail running* (corrida através de trilhos sinalizados), é outra evidência incontornável não só do crescente interesse e utilização ou apropriação das paisagens rurais e de montanha, como também da necessidade de proteger e valorizar os recursos culturais, naturais e paisagísticos de maior relevância, através de uma gestão integrada, coordenada e sustentável do território capaz de envolver os seus principais agentes.

É assim que se justifica a importância dos estatutos de classificação/proteção dos territórios e a pertinência de incluir a Serra da Lousã na rede nacional de áreas protegidas, através de uma proposta adequada às suas paisagens mais expressivas.

Conforme foi demonstrado neste estudo, existem diversos tipos de denominações de áreas protegidas, cada um com uma finalidade concreta, fronteiras espaciais e gestão específica, do mesmo modo que abrangem uma grande variedade de paisagens. Como consequência, determinados sítios de elevado valor biológico e/ou cultural podem ser abrangidos ou cobertos, em parte ou totalmente, por um número de tipos de designação diferente aplicado em nível local, regional, nacional ou internacional (EAA, 2012).

Embora a proteção da biodiversidade permaneça um dos principais objetivos das áreas protegidas na atualidade, há uma série de outros benefícios associa-

dos às áreas protegidas, designadamente a visitação e fruição, os quais podem contribuir para a dinamização de diversas atividades económicas e o desenvolvimento local e regional, o que releva também a necessidade de abordagem integrada e colaborativa tendo em vista dinâmicas de desenvolvimento que sejam capazes de integrar preocupações de conservação e valorização dos patrimónios (natural, cultural e paisagístico) dos territórios. Com efeito, tal como reconhece a “Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030” (ENCNB 2030), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7/05/2018, é necessário a adoção de uma nova forma de gestão das áreas protegidas, ativa, colaborativa, participativa e de maior proximidade, segundo um paradigma aliçercado no envolvimento dos atores locais.

A paisagem protegida, uma vez que configura paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural é a tipologia de classificação considerada no presente como a mais adequada às características da Serra da Lousã, através de uma perspetiva de continuidade territorial (ao invés de uma configuração do tipo arquipélago) centrada na elevada qualidade patrimonial das paisagens reconhecidas como as mais expressivas a esse respeito, o que resulta da necessidade de planear e gerir de forma integrada uma área de reconhecido valor mas que permanece dispersa ou fragmentada no plano institucional.

Com uma área superior a 6700 ha, repartida por cinco freguesias (Castanheira de Pera e Coentral; Campelo; Góis; Lousã e Vilarinho; Vila Nova) e igual número de concelhos (Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã e Miranda do Corvo), a proposta para a Paisagem Protegida da Serra da Lousã, ao evidenciar os recursos ecoculturais diferenciadores do território, inclui: dezasseis lugares habitados (seis, na Lousã; cinco, em Góis; quatro, em Castanheira de Pera, um em Miranda do Corvo), dos quais (considerando também o Casal Novo, na Lousã) uma dezena faz parte da Rede de Aldeias do Xisto (para além do Coentral – Grande e da Cruz – que já apresentou candidatura no mesmo sentido); 146 habitantes (64,4% diz respeito à antiga freguesia do Coentral),

sendo a maioria população idosa; 74 famílias; 520 edifícios; e 521 alojamentos (embora apenas uma pequena parte – menos de 14% do total –, com utilização permanente/residência habitual).

De igual modo fazem parte do referido espaço delimitado como Paisagem Protegida da Serra da Lousã as maiores e mais relevantes manchas de vegetação autóctone, bem como os antigos cantões (de forma total ou parcial) de Estoirão, Hortas, Porto Espinho, Cova das Malhadas, Trevim e Assentada do Espinho, com espécies florestais autóctones e exóticas naturalizadas de reconhecido valor ecológico.

No mesmo sentido, importa considerar outros patrimónios de valor cultural como, por exemplo, antigas casas da guarda-florestal (e suas dependências) ou de cantoneiros; estradas panorâmicas; miradouros; fontenários; levadas; áreas de lazer; poços e capela de Santo António da Neve. E ainda o património literário e artístico que retrata ou teve como fonte de inspiração a Serra da Lousã. Miguel Torga, na literatura realista e ficcionada, José Malhoa e Carlos Reis, na pintura naturalista (cuja obra foi continuada por diversos discípulos), emergem como referências incontornáveis dessa celebração e exaltação de paisagens serranas e campestres de grande relevo.

Em resumo, a presente proposta para a criação da Paisagem Protegida Regional da Serra da Lousã pretende não só assegurar a adequada proteção a um universo significativo de patrimónios, como também abrir novas perspetivas para a sua valorização efetiva, através de um modelo de gestão (de base supra-municipal) capaz de envolver, aproximar e suscitar novas formas de participação e colaboração entre os atores institucionais (ICNF, autarquias, universidades, politécnicos, associações de desenvolvimento e outras entidades relevantes) e as populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adelino, L. (2010). *Planeamento turístico em Miranda do Corvo: contributo de uma análise geográfica*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestrado em Geografia Humana. Ordenamento do Território e Desenvolvimento, 116 pp.
- Adelino, L. e Carvalho, P. (2011). Turismo e perspetivas de desenvolvimento em espaços de montanha. O exemplo de Miranda do Corvo (Pinhal Interior Norte/Centro de Portugal). *Atas Oficiais del 5º Congreso Internacional Virtual sobre Turismo y Desarrollo*. Málaga: Grupo de Investigación EUMED (Universidade de Málaga), 21 pp.
- Alves, L. (2013). *Processos de mudança, turismo e desenvolvimento rural: as Aldeias do Xisto do Concelho de Góis e o papel da Lousitânea*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, 355 pp. (publicada, com o mesmo título, em 2015, pela EUMED, 351 pp.).
- Alves, L. e Carvalho, P. (2016). Ecomuseu Tradições do Xisto (Serra da Lousã): da tradição à dinamização e valorização territorial. In P. Carvalho (coord.), *Museus, Turismo e Território*. Málaga: EUMED, pp. 78-95.
- Alves, L., Cordeiro, B. e Carvalho, P. (2015). Classificação de património natural: o exemplo dos Penedos de Góis (Cordilheira Central Portuguesa). In P. Carvalho (org.), *Planeamento e Gestão Territorial*. Málaga: EUMED, pp. 917-117.
- Alves, L., Cordeiro, B. e Carvalho, P. (2018). Renascimento e (re)descoberta de espaços florestais. O exemplo da Mata do Sobral (Lousã). *Atas do Colóquio Ibérico de Geografia*. Lisboa: IGOT, pp. 1428-1436 (em publicação).
- Ashworth, G., Graham, B. & Tunbridge, J. (2007). *Pluralising Pasts: Heritage, Identity and Space in Multicultural Societies*. London: Pluto Press, 248 pp.
- Bell, S., Pröbstl, U., Sievänen, T., Tyrväinen, L. & Simpson, M. (2009). *European Forest Recreation and Tourism. A Handbook*. Oxon: Taylor & Francis, 240 pp.
- Butler, R., Hall, C. M. & Jenkins, J. (1998). Continuity and Change in Rural Tourism. Introduction. In Butler, R., Hall, C. M., & Jenkins, J. (eds.), *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester: John Wiley & Sons, pp. 3-16.
- Braga, M. (1946). *Serranos*. Lisboa: Portugália Editora, 6.ª edição [1979], 185 pp.
- Buhalis, D. (2003). *eTourism: Information Technology for Strategic Tourism Management*. London: Prentice Hall, 376 pp.
- Bushell, R. & MacCool, S. (2007). Tourism as a tool for conservation and support of protected areas: setting the agenda. In R. Bushell & P. Eagles, (eds.), *Tourism and protected areas: benefits beyond boundaries*. The Vth IUCN World Parks Congress. CAB International, pp. 12-26.

- Caeiro, J. (2009). *Novas políticas e instrumentos de desenvolvimento em áreas de montanha: o exemplo da Ação Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela (2000-2006)*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Geografia e Ordenamento do Território, 178 pp.
- Carvalho, P. (1996). *A Vila da Lousã. Contributo para um Estudo de Geografia Urbana*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, 435 pp. (publicada, com o mesmo título, em 1999, pela Câmara Municipal da Lousã, 421 pp.).
- Carvalho, P. (1999). Lousã: Evolução de um Pequeno Espaço Urbano. *Cadernos de Geografia. Atas do I Colóquio de Geografia de Coimbra (1996)*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos, pp. 143-175.
- Carvalho, P. (2003). Património Cultural e Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural. In L. Caetano (coord.), *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, pp. 199-227.
- Carvalho, P. (2004). Heritage and the (Re)Discovery of Rural Territories. In S. Nogués Linares (ed.), *The Future of Rural Space*. Santander: Serviço de Publicações da Universidade da Cantábria, pp. 255-266.
- Carvalho, P. (2005). *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento em Geografia, 657 pp. (publicada, com o título *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*, em 2009, pela Câmara Municipal da Lousã, 657 pp.).
- Carvalho, P. (2008). Questionando as trajetórias e as perspetivas de desenvolvimento das áreas de montanha em Portugal – entre marginalização e integração territorial. In M. Valença (coord. e org.), *Globalização e Marginalidade. Desenvolvimento, na teoria e na prática*. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pp. 935-946.
- Carvalho, P. e Alves, L. (2016). Áreas protegidas e desenvolvimento inclusivo em territórios rurais: contributo para uma proposta de classificação da Serra da Lousã. *Turydes*, 9 (21), 9 pp.
- Carvalho, P. e Alves, L. (2017). Animação turística, inovação e criatividade no desenvolvimento rural. O caso das Aldeias do Xisto. In F. Sousa, J. Pereira e M. Lopes (coords.), *Animação Sociocultural: Turismo Rural e Desenvolvimento Comunitário*. Chaves: Intervenção, pp. 171-179.
- Carvalho, P. e Fernandes, J. (2002). Paisagem e apropriação dos Territórios. Reflexão em torno de dois exemplos comparativos: a Serra da Lousã e o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. In L. Caetano (coord.), *Territórios, Globalização e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, pp. 275-320.
- Cavaco, C. (2005). Novas formas de habitar os espaços rurais. In C. A. Medeiros (coord.), *Geografia de Portugal. Actividades Económicas e Espaço Geográfico (vol. 3)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 78-91.
- CCRC (2001). *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 97 pp.
- CML (2014). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2015-2019 (Caderno I)*. Lousã: Câmara Municipal da Lousã, 57 pp.
- Coghlan, A. & Buckley, R. (2013). Nature-based Tourism. In A. Holden, & D. Fennell (eds.), *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment*. London and New York: Routledge, pp. 334-344.

- Cooper, C. & Hall, C. M. (2008). *Contemporary Tourism: An International Approach*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 377 pp.
- Cordeiro, B. (2017). *Biodiversidade e plantas invasoras: uma análise da percepção social*. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Biodiversidade e Biotecnologia Vegetal (especialidade em Biodiversidade), 109 pp.
- Correia, V. e Gonçalves, A. N. (1952). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- Costa, M. E. (1992). *Metodologias de análise da estrutura de povoamentos mistos. Instalação, recolha e análise de dados de parcelas permanentes na Serra da Lousã*. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Doutoramento em Engenharia Florestal (ramo de Produção Florestal), 365 pp.
- Costa, J. (2014). *Os caminhos da invasão do género acacia mill. na bacia do rio Arouce*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Dissertação de Mestrado em Geografia Física, Ambiente e Ordenamento, 104 pp.
- Cravidão, F. (1989). *Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 90 pp.
- Dashper, K. (2014). Rural tourism: opportunities and challenges. In K. Dashper (ed.), *Rural tourism: an international perspective*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, pp. 1-21.
- Daveau, S. (1988). Contribuição para uma colectânea de antigas descrições geográficas da Lousã. In *Livro das Jornadas de Cultura e Turismo* (Comemoração do 150.º aniversário da 1.ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã). Lousã: B.M.L./C.M. da Lousã, pp. 89-111.
- Daveau, S., Birot, P. et Ribeiro, O. (1985-1986). *Les bassins de Lousã et d'Arganil: recherches géomorphologiques et sédimentologiques sur le massif ancien et sa couverture à l'Est de Coimbra*. Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 8. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 450 pp [1º vol.: *Le bassin sédimentaire* (1985); 2º vol.: *L'évolution du relief* (1986)].
- Dias, P. e Rebelo, F. (1985). *Lousã. A Terra e as Gentes*. Lousã: Edição da Câmara Municipal da Lousã, 95 pp.
- EEA (2012). *Protected Areas in Europe – an Overview*. European Environment Agency Report. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 136 pp. (disponível em: <https://www.eea.europa.eu/publications/protected-areas-in-europe-2012>).
- Fernandes, G. (2011). Políticas de montanha e coesão territorial. Da dimensão europeia ao caso de Portugal. In N. Santos e L. Cunha (coords.), *Trunfos de uma Geografia Ativa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 85-92.
- Fernandes, J. (2003). Dinâmicas de desenvolvimento, territórios e áreas protegidas. Breve reflexão para o caso português. In L. Caetano (coord.), *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, pp. 229-274.
- Fernandes, J. (2012). *Parques naturais e outras áreas classificadas no modelo de desenvolvimento português*. Seia/Coimbra: Terras de Sena, 537 pp.
- Ferrão, J. (2015). Ambiente e território: para uma nova geração de políticas públicas com futuro. In V. Soromenho-Marques & P. Pereira (coords.), *Afirmar o Futuro: Políticas Públicas para Portugal* (vol. II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 328-337.
- Ferreira, J. (2018). *Coentral. História, usos, costumes e tradições*. Edição do Autor, 290 pp.
- Font, X. & Tribe, J. (eds.) (2002). *Forest Tourism and Recreation: Case Studies in Environmental Management*. New York: CAB International 292 pp.

- Fredman, P. & Tyrväinen, L. (2010). Frontiers in Nature-Based Tourism. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10 (3), 177-189.
- Girão, A. (1939). Aspectos geológicos e geográficos da Serra da Lousã. In *O Centenário Turístico da Serra da Lousã*. Lousã: Câmara Municipal da Lousã, pp. 7-17.
- Hall, C. M., Gossling, S. & Scott, D. (2015). "Tourism and sustainability: towards a green(er) tourism economy?". In C. M. Hall, S. Gossling & D. Scott (eds.), *The Routledge Handbook of Tourism and Sustainability*. London: Routledge, pp. 490-519.
- ICNB (s/d). *Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Sítio Serra da Lousã*. Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, 10 pp. (disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/resource/doc/sic-cont/serra-da-lousa>).
- ICNF (2019). *Número de visitantes que contactaram as áreas protegidas* (disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/resource/doc/visit/visitantes-contactaram-AP-1996a2018-ICNF.pdf>).
- INE (2017). *Anuário Estatístico da Região Centro 2016*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 532 pp.
- INE (2018). *Anuário Estatístico da Região Centro 2017*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 551 pp.
- Lemos, A. V. (1951). *A Lousã e o seu concelho*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 170 pp.
- Leung, Y-F., Spenceley, A., Hvenegaard, G. & Buckley, R. (eds.) (2018). *Tourism and visitor management in protected areas. Guidelines for sustainability*. Best Practice Protected Area Guidelines Series n.º 27. Gland: IUCN, 136 pp (disponível em: https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-027-En_0.pdf).
- Lourenço, L. (1996). *As Serras de Xisto do Centro de Portugal. Contribuição para o seu conhecimento geomorfológico e geocológico*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento em Geografia Física, 756 pp.
- Luso, J. (1932). *Viajar*. Rio de Janeiro: Ed. Braz Lauria, pp. 87-91.
- Mendigorry, A. M. (2017). Territorio y áreas protegidas en España y Portugal: dos modelos de intervención en una geografía compartida. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 74, 205-227 (disponível em: <https://www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/2452>).
- Mexia, F. (1936). *A vila da Lousã e o seu termo. Coleção de documentos antigos*. Lousã: Tipografia Lousanense, 420 pp.
- Miranda, R. (1939). Paisagem geológico-geográfica da Serra da Lousã. In *O Centenário Turístico da Serra da Lousã*. Lousã: Câmara Municipal da Lousã, pp. 21-32.
- Monteiro, P. (1985). *Terra que já foi terra. A análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã*. Col. Tempos Modernos n.º 2. Lisboa: Edições Salamandra, 290 pp.
- Monteiro, P. (1987). Luso-americanos no Connecticut. Questões de etnicidade e de comunidade. *Povos e Culturas*, 2, 765-913.
- Moreno, L. (2009). A serra do Açor e o Piódão: refúgios de uma ruralidade recriada. In C. Cavaco (coord.), *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 395-413.
- Moyano Estrada, E. (2006). Nuevas orientaciones de la política europea de desarrollo rural. A propósito del Nuevo Regulamento de Desarrollo Rural. *VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales*. Huelva: Universidade Internacional de Andaluzia, 21 p.

- Page, S. & Getz, D. (1997). The business of rural tourism: international perspectives. In S. Page. & D. Getz (eds.), *The Business of Rural Tourism: International Perspectives* London: International Thomson Business Press, pp. 3-36.
- Paiva, F. (2009). *Contribuição para o estudo da pré-história do Vale do Ceira: as indústrias líticas da Quinta do Conde de Foz de Arouce*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, 309 pp.
- Pereira, M. (2009). Cultura de Planeamento e Governação: Contributos para a coesão territorial. *Atas do 15.º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional/2.º Congresso Lusófono de Ciência Regional*, 23 pp. (disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%209/252A.pdf>).
- Pereira, M., Bragagnolo, C., Calado, H. e Fonseca, C. (2014). Conflitos territoriais em áreas protegidas de pequenas ilhas: a “ilha montanha” do Pico (Açores - Portugal). *GOT (Revista de Geografia e Ordenamento do Território)*, 5, 207-231 (disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n5/n5a10.pdf>).
- Pickering, C. & Weaver, D. (2003). Nature-based Tourism and Sustainability: Issues and Approaches. In R. Buckley, C. Pickering & D. Weaver (eds.), *Nature-based Tourism. Environment and Land Management*. Oxon: Cabi International, pp. 7-10.
- Plaza Gutiérrez, J. (2006). Territorio, geografía rural y políticas públicas. Desarrollo y sustentabilidad en las áreas rurales. *Boletín de la A.G.E.*, 41, 69-95.
- Poon, A. (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Wallingford: CAB International.
- Price, M. (2007). Integrated approaches to research and management in mountain areas: an introduction. In M. Price (ed.), *Mountain Area Research & Management. Integrated Approaches*. London: Earthscan, pp.1-23.
- Pringle, R. (2017). Upgrading protected areas to conserve wild biodiversity. *Nature*, 546 (7656), 91-99 (disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317276745_Upgrading_protected_areas_to_conserve_wild_biodiversity).
- Rebelo, F. (2013). *Portugal. Geografia, Paisagens e Interdisciplinaridade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 170 pp.
- Ribeiro, O. (1982). *Le Portugal Central (Livret-guide de l'excursion C du XVI Congrès International de Géographie)*. Lisboa, pp. 121-146 (reimpressão da 1.ª edição; 1949).
- Richards, G. & Wilson, J. (2007). *Tourism, Creativity and Development*. London: Routledge.
- Roberts, L. & Hall, D. (2001). *Rural tourism and recreation: principles to practice*. Oxon & New York: CABI Publishing, 231 pp.
- Rola, A., Gomes, E., Gama Pereira, L., Gomes, C. (2014). Caracterização didática de afloramentos para uma aula de campo virtual na Serra da Lousã. *Comunicações Geológicas* 101, Especial III, 1369-1373 (disponível em: <http://www.ineg.pt/iedt/unidades/16/paginas/26/30/185>; consultado a 7/12/2018).
- Rodrigues, A. (2018). *Turismo de natureza na Serra da Lousã*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios. Coimbra, 214 pp.
- Sampaio, A. F. (1838). *Uma viagem à Serra da Lousã no mês de Julho de 1838*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 43 pp. (edição comemorativa. Lousã, Biblioteca Municipal, 1938, 61 pp., com notas de Álvaro Viana de Lemos).
- Santos, J. C. (1998). *Os povoados pré-históricos de N.ª S.ª dos Milagres/Castelo Velho e Penedo do Granada (Concelho de Pedrógão Grande)*. Pedrogão Grande: Câmara Municipal de Pedrógão Grande, 71 pp.

- Santos, V. (2013). Intervenção arqueológica no Alto do Calvário, Miranda do Corvo: a necrópole rupestre. *Medievalista* [Online], 14, julho-dezembro 2013, 31 pp. (disponível em <http://medievalista.revues.org/383>; consultado a 5/12/2018).
- Sequeira, I. (2017). *Em poucas décadas, vamos ter veados selvagens na Serra da Estrela* (disponível em: <https://www.wilder.pt/historias/em-poucas-decadas-vamos-ter-veados-selvagens-na-serra-da-estrela/consultado-a-21/12/2018>).
- Sharpley, R. (2003). Rural tourism and sustainability – a critique. In D. Hall, L. Roberts & M. Morag (eds.), *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot: Ashgate, pp. 38-53.
- Schulp, C., Leversb. Ch., Kuemmerle, T., Tieskens, K. & Verburg, P. (2019). Mapping and modelling past and future land use change in Europe’s cultural landscapes. *Land Use Policy*, 80: 332-344.
- Tan,S.-K., Kung, S.-F. & Luh, D.-B. (2013). A Model of “Creative Experience” in Creative Tourism. *Annals of Tourism Research*, 41, 153-174.
- Sousa, A. & Carvalho, P. (2014). Turismo de Natureza na Calheta (Madeira/Portugal). *Turydes (Revista Turismo y Desenvolvimento)*, 7 (16), 19 pp.
- Stein, T., Jensen, F., Tanaka, N. & Tyrväinen, L. (2012). Expanding Forests’ Benefits: Forest-based Recreation and Tourism. *Forests*, 2(4).
- UNEP-WCMC & IUCN (2016). *Protected Planet Report 2016. How protected areas contribute to achieving global targets for biodiversity*. United Nations Environment Programme - World Conservation Monitoring Centre and International Union for Conservation of Nature. Cambridge and Gland, 84 pp. (disponível em: <https://www.unep-wcmc.org/resources-and-data/protected-planet-report-2016>).
- Valente, A., Valente, J., Fonseca, C. & Torres, R. (2017). The success of species reintroductions: a case study of red deer in Portugal two decades after reintroduction. *International Journal of Biodiversity Science, Ecosystem Services & Management*, 13(1), 134-138.
- Vasconcelos, L., Oliveira, R. e Caser, Ú. (2009). *Governância e participação na gestão territorial. Série Política de Cidades – 5*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 24-27.
- Vasio, M. (2014). *O papel das áreas protegidas no desenvolvimento de áreas remotas e populações locais. Caso do Parque do Iona (Angola)*. Projeto de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura (Universidade de Coimbra). Coimbra (inédito).
- Vaz, G. (2017). *A Bicicleta Todo-o-Terreno na Região Turística de Coimbra: o caso do Centro de BTT Aldeias do Xisto/Louzanpark*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios, 82 pp.
- Worboys, G. L. (2015). Introduction. In G. L. Worboys, M. Lockwood, A. Kothari, S. Feary & I. Pulsford (eds.), *Protected Area Governance and Management*. Canberra: ANU Press, pp. 1-8 (disponível em: <https://press-files.anu.edu.au/downloads/press/p312491/pdf/book.pdf>).

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

Ge  grafias

1 2  9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA